

JADSON PORTO

Guiana
Francesa

AMAPÁ

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E
INSTITUCIONAIS CONTINUAM (2000-2023)

Macapá

Ilha de Marajó

Belém



Altamir **Uniedusul**



Observatório de
Desenvolvimento
Regional

Uruará

Tucuruí

ribo

JADSON PORTO

Saint-Laurent-du-Maroni

Guiana
Francesa

Grand-Santi

Oiapoque

Maripasoula

AMAPÁ

AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS CONTINUAM (2000-2023)

E

O PARU DESTA

Macapá

Ilha de Marajó

Belém

Santarém

o Chão



Altamir **Uniedusul**



Uruará

Tucuruí

© Copyright © 2024 - Todos os direitos reservados aos autores desta obra

Capa: Ivan Luís Vitor Porto

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P853a Porto, Jadson.
Amapá [livro eletrônico] : as transformações econômicas e institucionais continuam (2000-2023) / Jadson Porto. – Maringá, PR: Uniedusul, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5418-064-1

1. Amapá – Transformações territoriais. 2. Amapá – História – 2000-2023. I. Título.

CDD 363.69

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

doi: 10.51324/54180641

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.



Universidade Federal do Amapá
Mestrado Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS)
Observatório Desenvolvimento Regional (ODR)
Reitor: Júlio César Sá de Oliveira
Coordenadora: Marília Silva Lobato
Vice-Coordenador: Marco Antônio Augusto Chagas
Coordenadora do ODR: Lylian Caroline Maciel Rodrigues



Academia Amapaense de Letras
Presidente: Fernando Pimentel Canto.
Vice-presidente: Paulo Fernando Batista Guerra.
Secretário: Paulo Tarso Barros.
Tesoureiro: Benedito Rostan Costa Martins.
Diretor de Biblioteca e Arquivo: Jadson Luís Rebelo Porto.

AMAPÁ, ASSIM SE PASSARAM 80 ANOS...

Vejam só, que história boa eu tenho para contar
Sente aqui e venha escutar
Sobre uma terra que já foi Pará
E hoje é conhecido como Amapá.

Contarei uma história a vocês
Sentado aqui nesta beira
Era 13 de setembro de 1943
Início da semana, segunda-feira.

Foi num dia quente que urgia
O equinócio se aproximava
Cinco Territórios Federais que nasciam
Dentre eles, o Amapá despontava.

Certo dia, Janary Nunes aqui descia
O primeiro governador se apresentava
Era um longo governo iniciaria
Um Território Federal se configurava.

E sua capital, Macapá?
Não foi pensada para tal intento
Do Amapá para Macapá, a capital transferia
Janary Nunes tomou a decisão.

À medida que o tempo passava
Intenções de desenvolvimento apareciam
Exploração mineral, silvicultura, pesca seriam
Novas dinâmicas econômicas que se organizavam.

Migrantes chegaram, outros voltaram
Jovens saíram para estudar
Rio de Janeiro, São Paulo, Belém do Pará
Fomraram-se e retornaram para construir o Amapá.

5 de outubro de 1988, quarta-feira
A Constituição brasileira é promulgada
O Território Federal de Amapá começa a ser
Estado
Mas ainda não é estadualizado.

20 de dezembro de 1991, sexta-feira
Data não lembrada neste lado de cá.
A Constituição estadual foi promulgada
Nascia ali, o Estado do Amapá.

Vejam só, que história boa eu tenho para contar
De um Território Federal que não mais será
Mas de um novo Estado a se apresentar
Novos tempos passam no Amapá

Novas dinâmica expectativas aparecem
Área de Livre Comércio, transfronteiriização
Municípios e região metropolitana foram criados
Teve até um Senador do Maranhão

Agronegócio, rodovias em pavimentação
Usinas hidrelétricas se conectam ao linhão
Chegaram também a privatização e até um apagão.

Petróleo? Haverá exploração?

O rio Amazonas atrapalha do desenvolvimento
Por várias vezes ouvi falar
Mas o rio que separa, é o mesmo que conecta
Por suas águas se articula o Amapá.

Unidades de conservação foram criadas
Açaí, breu branco, óleo da castanha e soja
comerciados
Terras indígenas demarcadas
Gestão e questões ambientais monitoradas

Economias do contracheque e do empenho
Também faz parte desta rotina
Esta é a memória que tenho
De um tempo que se atina.

Vejam só, que história boa eu tenho para contar
E que não ousa ainda terminar
Se passaram oitenta anos para se estudar
Seu centenário em breve irá chegar.

Macapá, 13 de setembro de 2023.
Jadson Porto.

PREFÁCIO

Quando o Prof. Jadson Porto me convidou para escrever esse prefácio fiquei muito honrado. Entretanto, lembrando de nossas conversas de vários anos sobre as questões da Amazônia e suas particularidades, percebi que também seria um desafio enorme. Principalmente porque o livro que ora se apresenta faz uma síntese dos processos e dinâmicas que envolvem os 80 anos de história do Amapá, focalizando especialmente esse início do século XXI.

O livro traz uma importante contribuição por sintetizar informações sobre a realidade social e econômica do Estado do Amapá. A linguagem do texto é marcada pelo constante questionamento dos processos históricos e das abordagens teóricas construídas sobre esses processos, o que enriquece o conteúdo.

É possível identificar ao longo do texto um conjunto de três temas principais: o desenvolvimento econômico; o processo histórico de construção e configuração das instituições; as especificidades do contexto amazônico. Também perpassa o texto um conjunto de temas transversais, que incidiram ao longo da história do Amapá com maior ou menor intensidade em cada momento: as discussões sobre o papel do Estado, em suas várias instâncias; as possibilidades de inserção do estado na economia nacional e internacional; a preservação ambiental com suas especificidades e múltiplas possibilidades de leitura.

O desenvolvimento econômico é tratado a partir de uma perspectiva de processo resultante das interações, por um lado, entre as demandas externas ao Amapá, que atuam principalmente a partir da compreensão desta unidade federativa como uma fonte importante de recursos minerais fundamentais para a indústria do Brasil e do mundo.

Além dos minérios, o território também é considerado como potencial para a expansão de atividades agropecuárias de grande escala, fechando uma concepção de primarização da economia, que é também uma tendência do conjunto da economia brasileira. Por outro lado, agentes da sociedade local que atuam no sentido de buscar alternativas de desenvolvimento calcadas na valorização dos ativos socioambientais, considerando como decisivos a criação de um arcabouço institucional e legal capaz de criar condições para a implementação de investimentos que sejam capazes de gerar riqueza de maneira sustentável.

A tensão entre essas duas concepções de desenvolvimento está presente ao longo do livro, refletindo a grande dificuldade no sentido de elaboração de uma proposta que seja convergente entre a exploração imediata dos recursos naturais e a configuração de um tipo de desenvolvimento que seja menos imediatista, atendendo de maneira mais abrangente ao interesse social.

Essas percepções sobre o desenvolvimento perpassam o livro, servindo de base para um embate político que está latente no texto, muito embora não seja tratado de maneira direta. Assim, destaca-se a importância das unidades de conservação, que abrangem diversos tipos previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, cobrindo 72% do território. Ao mesmo tempo, esse arcabouço legal constituído no âmbito da legislação federal não significou a implantação efetiva dessas unidades de conservação no Amapá. Um dos exemplos apresentados é o Parque Nacional Montanha do Tumucumaque, que ocupa cerca de 25% do território do Amapá. Sendo apresentada como uma área prioritária para a biodiversidade em 1999, a sua institucionalidade ocorreu somente em 2002. Passadas duas décadas da criação e instalação desse Parque Nacional, ainda não houve a implantação das medidas compensatórias previstas; como também, não houve uma avaliação objetiva das consequências sociais e econômicas de sua criação e instalação.

A contradição entre a criação de arcabouços institucionais/legais e sua implementação na prática gera a “decretização do desenvolvimento”. Ou seja, a concepção de que a mera criação desses arcabouços seria

suficiente para gerar o desenvolvimento econômico, o que efetivamente não ocorreu, como evidenciado no livro.

Aliás, essa cultura de criação de leis com o objetivo de gerar e garantir processos ocorre nos diversos níveis dos entes federativos do Brasil. Existem algumas leis “que pegam” e um grande conjunto de leis que “não pegam”, em um arcabouço legal extenso e pouco eficaz, que pode ser alterado pelo Congresso Nacional, a depender dos grupos de interesse econômico que se apresentam. O caso mais notório foram as alterações do Código Florestal ocorridas ao longo dos anos recentes, para entender aos interesses específicos do setor do agronegócio.

O livro também permite fazer uma reflexão sobre a capacidade do Estado, através de incentivos e direcionamentos, para atrair investimentos e gerar dinâmicas econômicas. Em um contexto capitalista, os investimentos atendem aos interesses de lucro e retorno o mais imediato possível. Eventualmente, as vantagens institucionais oferecidas em determinados contextos regionais podem não ser suficientes para atrair a instalação de empresas. No caso do Amapá, embora tenham sido criadas institucionalidades que favorecem a instalação de empreendimentos com características ambientalmente favoráveis, ainda predomina a indústria mineral extrativista, com baixa agregação de valor. Historicamente, essa tem sido a atividade econômica em expansão no estado. A capacidade efetiva do planejamento é, então, um dos temas subjacentes ao texto.

O autor documenta de maneira bastante eloquente o processo histórico de criação dos instrumentos legais e institucionais relacionados ao desenvolvimento do Amapá. Fica evidente, através dos indicadores apresentados, que houve avanços, sendo alguns muito significativos. Um desses avanços diz respeito ao potencial do estado como “hub” a partir de onde podem se conectar diversas modalidades de transporte. O acesso aos rios e ao mar expressa esse potencial o Porto de Santana. Entretanto, os avanços verificados ocorreram de maneira muito lenta ao longo do tempo. E o exemplo mais evidente dessa evolução lenta dos investimentos que deveriam ser prioritários diz respeito à implantação do sistema de energia elétrica, retomado em vários momentos ao longo do texto.

As potencialidades e contradições expressas neste livro ganharam ainda mais evidência ao longo do ano de 2023, através da discussão sobre a aprovação da exploração de petróleo na zona costeira do Amapá. Mais uma vez colocam-se as questões econômicas frente às questões ambientais. As demandas externas ao estado, com a possibilidade de grande aporte de recursos por empresas nacionais e estrangeiras, visando a exploração de um ativo com potencial de grande impacto ambiental local. O livro permite balizar um pouco melhor essa discussão, na medida em faz um recorrido histórico das implicações de vários investimentos realizados ao longo do tempo.

Pela compilação e análise de informações riquíssimas sobre o Amapá, pela relevância e pela atualidade dos temas tratados, pela síntese que de certa forma expressa as contribuições ao debate sobre desenvolvimento realizadas ao longo das décadas pelo autor, esse livro merece ser lido com atenção. Aqui também estão indicados caminhos, potencialidades e dificuldades do processo de planejamento econômico.

Finalizo estas breves considerações com uma saudação especial ao Prof. Jadson Porto. Dos 80 anos do Amapá como unidade administrativa, o Prof. Jadson esteve presente nos últimos 30 anos como professor da Universidade Federal do Amapá. A atuação incansável de Jadson ao longo desse longo período significou uma força de reflexão e de ação prática, agindo de maneira positiva nos processos sociais. Este livro se junta à vasta produção científica e cultural do Prof. Jadson Porto, como mais uma contribuição significativa dentro dessa trajetória de construção de um conhecimento que é fundamental para o processo de desenvolvimento social e econômico, referenciado na melhoria das condições de vida da sociedade local e nacional.

Campinas, 28 de fevereiro de 2024.

Prof. Roberto Luiz do Carmo

Universidade Estadual de Campinas

Departamento de Demografia (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas)

Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”.

APRESENTAÇÃO

O livro que Jadson Porto disponibiliza ao leitor é, em primeiro lugar, resultado de anos de pesquisa, vivência e aprendizado no estado do Amapá. O autor apresenta uma cronologia da formação territorial do Amapá desde a sua criação como Território Federal, quando foi desmembrado do estado do Pará em 1943, alçado à condição de estado da federação com a Constituição de 1988, até o primeiro quarto do século XXI. Ou seja, são cerca de 80 anos de existência desse ente federativo que Jadson Porto procura revelar ao público as principais ações e transformações nesse espaço, em parte oriunda da União, através de inúmeras intervenções, em parte oriunda já do ente autônomo, que, do mesmo modo, realiza ações de ordenamento territorial.

Em geral o Amapá é lembrado pela população do resto do Brasil a partir da expressão popular “do Oiapoque ao Chui”, como sendo o estado onde se encontra o ponto extremo do país, condição que foi desfeita desde que se identificou que o ponto extremo é o Monte Caburá, em Roraima. No entanto, o Amapá é muito mais que esta simples referência, e Jadson Porto as coloca ao longo dos quatro capítulos que compõem o livro. O Amapá possui características singulares em sua formação territorial, tanto de caráter natural quanto de caráter histórico: quase um losango perfeito, tem seus limites dados pelo rio Amazonas, pelo rio Oiapoque e pelo oceano Atlântico; abriga uma fronteira diferente, está na foz do rio Amazonas e, mais recentemente, em virtude de

sua localização no extremo norte, tornou-se porto para exportação de soja.

O destaque inicial é dado para a própria criação do Território Federal, uma vez que sua condição espacial fronteiriça justificava a necessidade de uma presença do estado nacional nessa área. Esta foi, certamente, uma das ações primordiais da formação territorial do Amapá e que continua sendo até os dias atuais um ponto de pauta toda vez que se fala do estado, afinal é a fronteira brasileira com a União Europeia, unida por uma ponte em que se busca passar do efeito-barreira para o efeito-cooperação, como escreve o autor.

Assim, as bases primordiais de Jadson Porto ancoram-se nas noções de *vivificações* e *vitalizações*, sendo a primeira noção decorrência do estímulo às políticas públicas para o ordenamento territorial, e a segunda, *vitalizações*, está associada à manifestação da base material, da consolidação do uso do território.

Além da condição fronteiriça, o estado do Amapá sempre esteve presente no imaginário brasileiro com a exploração de recursos minerais, principalmente o manganês, na Serra do Navio, realizada pela empresa Icomi, que extraiu o minério e deixando o estado após este feito. De modo semelhante, um outro gigantesco empreendimento implantado na margem direita do rio Jari, já no estado do Pará, ganhou repercussão nacional quando o “Projeto Jari” resolve atuar na produção de celulose trazendo do Japão duas enormes fábricas flutuantes. A chegada desse empreendimento, hoje denominado “Complexo Industrial do Jari”, foi responsável por substanciais mudanças territoriais como a plantação de *gmelina arbórea*, pinho e o eucalipto na Amazônia, fragmentação territorial com criação de municípios no sul do Amapá, com a criação de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, como também, no processo migratório para a área do Complexo Industrial.

Nesse processo de dinamização das atividades produtivas, seja por parte da União, seja por parte do estado federado, Jadson Porto indica a existência contraditória de *espaços de expansão*, caracterizado pela implantação de diversos sistemas de engenharia para equipar o território, como rodovias, hidrelétricas, e *espaços de restrição*, como denomina o autor sobre a criação de unidades de conservação e terras indígenas, que ocupam parte do território amapaense e detém algum grau de restrição de uso do território.

Após discorrer sobre a trajetória histórica e geográfica do estado do Amapá, realizando avaliações prudentes e críticas sobre a gestão territorial do estado, na última parte do livro, Jadson Porto demonstra o seu aprendizado e aponta uma série de proposições, exposta em um quadro que permite boa visualização e síntese, dedicadas aos principais problemas vivenciados pelo estado, como a questão do fluxo fronteiriço, a gestão ambiental, num momento de tensões mundiais a respeito desse tema, e visualiza, também, a formação da região metropolitana. Ou seja, como o próprio autor coloca, são vários *Amapás* que o Brasil precisa conhecer e todos eles são apresentados sob o olhar apurado do pesquisador.

Manaus, 30 de janeiro de 2024.

Ricardo José Batista Nogueira.

Doutor em Geografia.

Prof. Titular da Universidade Federal do Amazonas

PRÓLOGO

Ao revisitar a tese de doutorado do professor Jadson Porto, 20 anos depois de sua publicação em 2003, e cotejá-la com as reflexões aqui expostas, testemunhamos uma imersão profunda nas múltiplas camadas do Amapá. Revisitamos também as escolhas políticas e econômicas que conduziram a porção setentrional da Amazônia brasileira aos dias de hoje. As complexidades deste território foram objeto de estudo do autor que, em sua trajetória acadêmica, se propôs a compreender sua territorialidade, economia e peculiaridades como região fronteira. Ampliou o debate incluindo e incentivando estudantes e parceiros de pesquisa a pensar conjuntamente sua institucionalidade, políticas públicas e as comparações com outros territórios nacionais e internacionais.

O eixo do desenvolvimento sempre foi central em suas discussões. Em sua tese, Porto (2003) chegou a sugerir linhas possíveis de desenvolvimento para o Amapá e já apontava sua exploração como “um grande negócio” para o capital nacional e internacional desde sua constituição com Território Federal e exploração do manganês (primeiro empreendimento mineral de grande escala e capital intensivo na região amazônica brasileira). Nesta atualização, ressalta sua continuidade com a recente integração no sistema energético nacional. A constatação a que chega é de que, passadas duas décadas do século XXI, poucos avanços foram estabelecidos em comparação ao que foi construído

ao longo do século anterior. O Amapá, mesmo já estadualizado, ainda não conseguiu delinear uma trajetória virtuosa de desenvolvimento socioeconômico, embora se mantenha como um grande negócio para exploração, sacrificando a qualidade de vida de sua população e o aproveitamento sustentável de sua sociobiodiversidade.

Para explicar as transformações econômicas e institucionais o autor mobiliza um arcabouço conceitual relevante, contudo, mesmo que *vivificações*, *vitalizações* e *intenções de desenvolvimento* se manifestem em programas, projetos e discursos e se implementem parcialmente, a efetiva materialização de mecanismos e estratégias para engendrar internamente o fortalecimento socioeconômico dependem de forças políticas e sociais ausentes ou não dispostas a investir e enfrentar o desafio, uma vez que se beneficiam do “grande negócio”. Uma delas, indicada pelo autor, é o tipo de elite presente no estado. No Amapá, a elite não se propõe a criar ou estabelecer condições para criação de técnicas e tecnologias que possam amplificar e agregar valor aos produtos e processos locais, mas “*se consolida cada vez mais como uma elite tecnificada, que somente consomem produtos industrializados produzidos em outros locais (...) e até usando matérias primas oriundas do território amapaense, que retornam industrializados*” (Porto, 2023, p. 23). A lição aprendida foi a de “*ser fornecedor de commodities*”. A magnitude do poder público na oferta de janeiro de empregos (dando forma e conteúdo a economia do contracheque e do empenho) e formação de uma classe média burocrata e não empreendedora, é também parte desse processo.

Argutamente, Porto esclarece os caminhos pelos quais isso facilita o uso do território para atender interesses nacionais e internacionais, sem que as demandas internas do frágil setor produtivo e movimentos sociais sejam levados em consideração. A

integração ao sistema elétrico nacional deixou isso evidente, tornando o estado produtor de energia elétrica para a urbanização e industrialização nacional, sem atender as necessidades internas – nunca é demais lembrar que mesmo tendo 4 hidrelétricas, o estado vivenciou um apagão de 21 dias em plena pandemia da COVID19. O mesmo se dá com as expectativas recentes de inserção do Amapá no circuito internacional petrolífero, inclusive negligenciando riscos ambientais para a região.

As características identificadas pelo autor para explicar o “grande negócio” se completam em uma fina sintonia com sua interpretação sobre a condição fronteira desta porção do território amazônico, ao mesmo tempo periférica e estratégica. O caráter periférico é evidenciado pela qualidade de vida, economia pouco diversificada, baixo desenvolvimento tecnológico e distância dos centros políticos decisórios. Por outro lado, a dimensão estratégica se revela no potencial de conexão com o exterior, nas riquezas naturais de interesse nacional e internacional, e na participação em um circuito de fornecimento de *commodities* à economia-mundo. Assim, segundo Porto a fronteira amazônica não pode ser simplificada como estratégica ou periférica isoladamente, pois esses comportamentos são complementares, conjuntas e indissociáveis, dependendo da perspectiva adotada. Sob a lógica das políticas públicas de desenvolvimento, a ênfase estratégica ressaltou a conectividade com o mercado subcontinental (Destaque para relações diplomáticas com a Guiana Francesa, desde o Acordo Quadro Brasil-França em 1996) e a inserção internacional, mas não buscou superar a condição periférica. O efeito "vice-versa" da condição estratégico-periférica não apenas explica a construção histórico-econômica da fronteira,

mas também revela uma escolha política em manter essa dicotomia.

Porto sugere em suas reflexões, se utilizando e por vezes desafiando paradigmas convencionais, que muitos “Amapás” heterogêneos são construídos, politizados, reconstruídos com novas funções e usos, e acionados por diferentes atores/mecanismos/estratégias de exploração. Na aprendizagem territorial do espaço amapaense, ele nos aponta que ainda prepondera a lógica da exploração. Sua conversão em desenvolvimento socioeconômico e ambiental e superação da condição periférico/estratégica, embora sempre na agenda, ainda não foi construída.

João Pessoa, 23 de janeiro de 2024

Eliane Superti.
Doutora em Ciências Sociais; Ex-Reitora
da Universidade Federal do Amapá;
Professora Titular do Departamento de
Relações Internacionais da Universidade
Federal da Paraíba.

PREÂMBULO

Na apresentação à primeira edição deste livro, em 2003 (à época na condição de Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá - SETEC), comentei que a produção científica no Amapá era insuficiente para explicar a rica diversidade natural e social do Amapá, tendo em vista tratar-se de um estado recentemente criado, enquanto estrutura política e administrativa. Sua edição foi o primeiro trabalho apoiado pelo Governo do Estado do Amapá, através da SETEC, por considerar a importância de seu conteúdo ao conhecimento local. Passados 20 anos, houve um aumento significativo, em termos quantitativos e qualitativos de produção científica (pesquisas e publicações) sobre a realidade do Amapá, nas mais diversas áreas. Não obstante, o livro *Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)*, do Prof. Dr. Jadson Porto, é, sem dúvida, uma referência insofismável na esfera do conhecimento científico sobre o estado.

Dedicando-se a estudar processos históricos de transformações econômicas e institucionais, o autor desenvolveu investigações em diferentes momentos de sua carreira acadêmica, que o credenciam a abordar com desenvoltura o Amapá, em seu processo de evolução geopolítica.

Na primeira edição do livro, que foi a sua tese doutoral defendida na Unicamp, Jadson Porto desenvolve um estudo aprofundado sobre as transformações da economia do Amapá, desde a criação do Território Federal, em 1943, até o ano de 2000.

Nesse sentido, o autor analisa como as transformações políticas do Amapá influenciaram em sua formação econômica e social. Uma parte das transformações foram gestadas pela política do governo federal direcionada no processo de integração das fronteiras da Amazônia ao país - integração que teve início no governo de Getúlio Vargas e ganhou novos contornos (ideológicos e políticos) no governo militar implantado em 1964. Importante ressaltar que pelo vínculo institucional à União, até 1990 as políticas públicas colocadas em prática, visando o desenvolvimento do Amapá, eram oriundas de Brasília, especialmente do Ministério do Interior, que tinha a incumbência de conduzir as ações de governo nos Territórios Federais, incluindo com a prerrogativa de nomeação dos governadores.

Um aspecto relevante que o autor explora no livro de 2003 é que o processo econômico de todas as unidades da região, no período pós-64, foi concebido no âmbito da política de desenvolvimento regional direcionada à Amazônia. Tal política foi ancorada no estímulo e financiamento de grandes projetos de infraestrutura e econômicos, ancorados pela implantação de instituições federais de suporte ao desenvolvimento, tais como Sudam, Suframa e Banco da Amazônia.

Ao analisar os processos institucional e econômico no contexto de uma política estratégica de integração da região ao Estado Nacional, Jadson Porto nos permite uma abordagem de conjuntura nacional e regional da formação geopolítica, econômica e social do estado do Amapá, enquanto unidade federativa. Tal fato, amplia o horizonte de análise, ao invés de uma consideração isolada de constituição do estado.

A ligação do estado do Amapá com o restante do país se dá por meio dos transportes aéreo e naval, não havendo, portanto, ligação terrestre com outros estados. Tal fato, implica em

isolamento geográfico e que têm consequências econômicas e sociais. Além da importação da maioria dos produtos consumidos no estado, o Amapá não é atrativo para empresas de fora, especialmente na área da industrialização, setor da economia impulsionador do desenvolvimento.

Desde à época de Território Federal, o Amapá é dependente das transferências de receitas do governo federal – seja através de repasses constitucionais, seja por meio de alocação de recursos através de emendas parlamentares. Em razão desse cenário de dependência na injeção e circulação de recursos públicos para movimentar a economia local, o Amapá se ampara em uma “economia do contracheque”. Tal economia é baseada sobretudo no salário do funcionalismo público.

As políticas de desenvolvimento no Amapá – conduzidos por governadores eleitos periodicamente – passou por iniciativas no século XXI que em um momento buscam aliar o desenvolvimento com a conservação ambiental, na perspectiva da sustentabilidade – como tivemos no final do século XX e inícios dos anos 2000 – e em outro com enfoque no desenvolvimentismo. De diferentes formas, as políticas governamentais no limiar do século XXI tiveram preocupações e mantiveram compromissos com a preservação ambiental, especialmente na manutenção das unidades de conservação ou preservação.

No início do século XXI tivemos iniciativas no sentido de estimular o aproveitamento de produtos da floresta, aliando sustentabilidade econômica e ambiental – cuja iniciativa visava colocar produtos local no mercado nacional e no exterior. Em seguida, embora manteve-se o compromisso ambiental – por exemplo, criou-se a zona franca verde, sem sucesso –, o enfoque era na produção econômica, com atração de empresas forâneas.

A falta de perspectiva de desenvolvimento no Amapá ficou evidente nos anos recentes, em duas situações: i) o apagão elétrico que ocorreu em 2020; e ii) o impacto da epidemia de covid-19, que provocou o fechamento de várias empresas e conseqüentemente o desemprego em massa, que forçou a migração de centenas de amapaenses para outros estados, sobretudo para Santa Catarina, em busca de oportunidade de trabalho.

Nos últimos 6 anos, os governantes que ascenderam ao poder político no Amapá têm forjado uma política de desenvolvimento a partir da atração de empresas para as áreas de mineração e do agronegócio, que colocam em risco a tradição de estado ambientalmente mais preservado do país. Mineração, agricultura extensiva (com destaque para a soja) e a pecuária têm sido produzidos como *commodities* para o mercado internacional; deixam rastros de destruição ambiental e não produzem desenvolvimento local.

Pode-se afirmar, então, que as políticas públicas no Amapá reproduzem, em pleno século XXI, políticas de desenvolvimento forjadas desde o século XIX na Amazônia. Tais políticas concebem a região tão somente como reserva de terras e de matérias-primas destinadas a abastecer o mercado internacional, ocasionando pobreza e problemas ambientais que impactam as populações da região.

Nesse primeiro quartel do século XXI, é importante enfatizar que a aposta no agronegócio e na mineração nos anos recentes indicam que os governos no Amapá repisam e replicam os equívocos históricos de busca de inserção do estado na economia nacional e internacional. Tal fato, possibilita a concentração de renda, escassez de oportunidade no mercado de trabalho e o eterno devir nas discussões e ações concretas sobre o desenvolvimento do estado.

Os aspectos apontados acima constituem a riqueza da análise e convidam os leitores a fazer uma viagem pela história política e econômica do Amapá. Por isso, a publicação de percepções revistas e atualizadas da tese doutoral do autor, defendida a 20 anos, fazem com que esta obra seja muito bem-vinda e contribui decisivamente para que novos estudos sejam estimulados e realizados. Assim, o livro torna-se leitura sine qua non para se compreender a história econômica do Amapá, vinculada à sua institucionalidade como unidade da federação.

Macapá, 30 de janeiro de 2024.

Dr. José Maria da Silva.
Professor Associado IV da Universidade Federal do Amapá.
Ex-Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá.
Ex-Reitor da Universidade do Estado do Amapá.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	06
<i>Roberto do Carmo</i>	
APRESENTAÇÃO.....	10
<i>Ricardo José Batista Nogueira</i>	
PRÓLOGO.....	13
<i>Eliane Superti</i>	
PREÂMBULO.....	17
<i>José Maria da Silva</i>	
INTRODUÇÃO.....	24
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMAPÁ NO SÉCULO XX.....	29
OUTRAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS AMAPAENSES: O PRIMEIRO QUARTIL DO SÉCULO XXI.....	46
OUTRAS DINÂMICAS ECONÔMICAS E OUTROS USOS DO TERRITÓRIO AMAPAENSE.....	49
OUTRAS DINÂMICAS INSTITUCIONAIS PARA NOVOS USOS DO TERRITÓRIO AMAPAENSE.....	77
OS ENSAIOS DA TRANSFRONTEIRIZAÇÃO.....	78

A AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE RESTRIÇÃO, MAS SEM
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS.....82

A CONDIÇÃO URBANO-METROPOLITANA
AMAPAENSE.....87

**REPENSANDO O ESPAÇO AMAPAENSE: HOUE
APRENDIZADO TERRITORIAL?.....91**

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....110

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....117

INTRODUÇÃO

Esta obra pretende atualizar as discussões apresentadas na tese doutoral do autor em 2002 e publicadas em 2003 pela Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá (Setec). Vinte anos depois, com 45 livros publicados e/ou organizados, sendo 35 técnicos e 11 de poesias (sendo estes estimulados pela Academia José de Alencar (Curitiba, PR) e pela Academia Amapaense de Letras (Macapá, AP), resgato minha tese doutoral e os textos oriundas dela, bem como vários textos de intelectuais que detém o espaço amapaense como objetos de pesquisa, de supervisionados pós-doutorais ex-orientandos de mestrado e de iniciação científica.

Vinte anos após à publicação de minha tese, também o Estado do Amapá completou 80 anos como ente federativo, quando foi criado como Território Federal em 1943. A partir de então, esta unidade da federação percebeu alguns atos e ações de *vivificações* e *vitalizações*, que lhe garantiu novas formas e funções de usos de seu território.

Sob este foco, a fim de refetir sobre o primeiro quartil do século XXI de transformações territoriais e econômicas do ex-Território Federal do Amapá (2000-2023), perceberam-se: dinâmicas dessas transformações se assentaram em novas expectativas; busca-se até hoje o desenvolvimento e; ocorrências de novas configurações ao seu território para se estimular e acioná-lo como um grande negócio (seja na exploração de suas potencialidades naturais, seja como receptor de investimentos públicos).

No quartil aqui abordado, múltiplos elementos e fatores foram estimuladores para se repensar o uso do território amapaense, seja em suas construções históricas, econômicas, políticas, culturais em seus mais diversos aspectos e escalas tereritorias (Porto, 2023b). Por exemplo: Em 2022, se a Icomi ainda estivesse no Amapá, completaria 80 anos de existência; o Parque Nacional Montanha do Tumucumaque completou 2 décadas e as medidas compensatórias discutidas à época de sua instalação, até a conclusão deste livro, não foram implantadas; a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, por sua vez, registrou 30 anos de atuação na economia amapaense, e que necessita de análises mais profundas sobre o seu desempenho nas economias amapaense e macapaense. Em 2023, o Amapá completou 80 anos de existência como ente federativo; a Região Metropolitana Amapaense, 20 anos. Em 2024, Macapá comemora seus 80 anos como capital amapaense; completa 20 anos do contrato de exploração do óleo da castanha e do breu branco na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do rio Iratapuru, Laranjal do Jari (Amapá) (Santos, 2008).

Tais temporalidades, per si, estimulam novas reflexões investigativas sobre essa unidade da federação brasileira, em seus mais diferentes aspectos, avanços e restrições, configurações e formatações. Enfim, tem-se que perceber os usos e as funções territoriais do Amapá em suas espacialidades, territorialidades, institucionalidades, acionalidades e inte(g)ragibilidades.

Porto (2003; 2020a; 2022c) tem ressaltado que o ente federativo Amapá, seja enquanto Território Federal, seja com Estado brasileiro, histórica e economicamente tem se destacado como um espaço de grande negócio, tanto por se comportar como: fornecedor de matérias-primas; pela magnitude do Estado em sua socioeconomia (Chelala, 2008); produtor de energia elétrica e os contratos de distribuição ao sistema elétrico brasileiro (Porto;

Tostes; Gomes, 2021); receptor de investimento privado, público ou por transferência de recursos de bancada política.

Por oito décadas, o dinamismo econômico que se destacaram no Amapá foram: as atividades do setor de serviços, notadamente no eixo Macapá-Santana; as exportações de *commodities*, com a exploração mineral (manganês, ouro, caulim, cromita, tantalita, ferro), madeira (cavacos), exportação de alimentos (carne, pesca, soja e açaí); inserções de questões ambientais nas políticas públicas governamentais estaduais, seja na elaboração de sistemas de normas, seja na instalações de unidades de conservação que chegam a ocupar múltiplas áreas municipais; a industrialização, por sua vez, não foi atingida. Chelala (2008) observa que efetivamente, no Amapá houve *decretização do desenvolvimento*, não o desenvolvimento em si.

Em oitenta anos de existência, o Amapá foi ocupado, descoberto, estudado, acionado mediante aos interesses identificados em suas temporalidades e materializado. Neste período, além do seu aprendizado territorial, também foi muito estudado, seja para os levantamentos de suas potencialidades pelo capital internacional, seja como resultados de monografias acadêmicas apresentadas em programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Amapá, como também fora do Estado.

O repensar o espaço amapaense em suas diversas manifestações (condições urbana e urbana-metropolitana; a transfronteirização e expectativas para as interações transfronteiriça; suas funções e uso do território em suas temporalidades; suas novas institucionalidades espaciais e territorializadas; sua acionalidade econômica; sua interagibilidade espacial; as mudanças de comportamentos sobre usos das potencialidades às novas questões ambientais do século XXI), também são algumas percepções que necessitam ser feitas e

revistas. Pois, usos de seu território ocorreram; transformações e dinâmicas espaciais foram efetivadas; permanências e testemunhos foram deixados; diversificaram-se e novas acionalidades às economia-mundo, nacional e regional foram implementadas após década de 1950.

O repensar sobre esse estado, também, se faz necessário e estimulante. Pois, na expectativa de se gerar novos debates e reflexões analíticas sobre as oito décadas percorridas, os usos e funções de seu território, considerando as suas recomposições territoriais e históricas; refletir sobre as *vivificações* e *vitalizações* do território amapaense é perceber as potencialidades e tudo que ali existe e convive é inserido, articulado, envolvido, selecionado e acionado para atender aos interesses, relações e atividades do capital, com grande atuação da magnitude do Estado nessas dinâmicas.

Por que se deve repensar o Amapá? Dentre as diversas repostas a esta pergunta, destacam-se: primeiro porque são oito décadas de usos de seu território e produtos; territorialidades e espacialidades foram (des)construídas e, nesta construção destruidora, muito há para se analisar; porque outras institucionalidades foram instaladas no período; porque (des)acionalidades, *vivificações* e *vitalizações* foram estabelecidas; porque ocorreram novas inte(g)rabilidades e se articularam com novas espacialidades; porque em suas espacialidades, manifestaram-se, instalaram-se, organizaram-se, configuraram-se relações sociais, econômicas, políticas e culturais; porque em suas ambientidades naturais, pesquisas são necessárias; porque vem se configurando uma nova condição urbana em metropolização há 20 anos, já criada, ampliada, regulamentada, mas sem governança; porque *Amapás* vem se evidenciando... Enfim, embora possua oito décadas de existência federativa própria, muito há para de conhecer.

Na expectativa de atender objetivo principal desta obra, a questão orientadora que aqui se pretende refletir é: Como se tem comportado as transformações econômicas e institucionais percebidas no Estado do Amapá entre 2000-2023?

Este livro é composto por 4 sessões. A primeira aborda sucintamente as transformações territoriais amapaenses no século XX; a segunda, apresenta outras transformações econômicas ocorridas no espaço amapaenses entre 2000 e 2023; na terceira, expõe-se outras transformações institucionais ocorridas no espaço amapaenses nos três primeiros decênios do século XXI; na quarta, são tratadas algumas reflexões sobre o repensar o aprendizado territorial amapaense nessas oito décadas de existência como ente federativo.

BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE O AMAPÁ NO SÉCULO XX

Como ente federativo, o atual Estado do Amapá, nasceu como Território Federal¹, resultado do desmembramento territorial do Estado do Pará em 1943, a partir dos municípios de Almerim, pelo seu distrito de Arumanduba, Mazagão (a união dessas duas áreas, originaram o município de Mazagão), Macapá e Amapá. Porto (2003; 2020b e; 2021a), por sua vez, indica dez justificativas para a origem do Território Federal do Amapá (TFA), ei-las: A criação do Território Federal do Acre (1904); questões geopolíticas fronteiriças; extração mineral; influência de políticos locais; características regionais do norte do Pará; a proposta pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial (1933); justificativa militar; defesa nacional e; jurídica.

Essas unidades federativas, contudo, não se resumiram somente às suas experiências administrativas. Há também outros fatores de análise que devem ser considerados para o melhor entendimento de suas participações nos cenários nacional e regional (Porto, 2003; 2020a), por mais que esses entes tivessem existido por 84 anos na realidade brasileira (1904-1988), desde a sua instalação como o Acre até a Carta Magna de 1988, com as

¹ Sobre os Territórios Federais, vide: Medeiros (1944; 1946); Mortara (1944); Benevides (1946); Capes (1957); Reis (1963); Rosa (1972); Temer (1975); Jacques (1977); Freitas (1991); Porto (1999; 2003; 2020b); Porto e Schweitzer (2018); Porto (2023c).

estadualizações dos últimos Territórios Federais existentes, Amapá e Roraima.

Passados 80 anos de existência (1943-2023), o Amapá enquanto ente federativo ainda não conseguiu estabelecer uma visão clara sobre o que significou a experiência de Território Federal na sua organização espacial e muito menos sobre as suas atuações no federalismo brasileiro, bem como após a sua estadualização (1991)². Além do mais, há uma percepção que estão esquecendo esta parte de sua história. Somente os mais moradores antigos abordam o assunto em suas conversas de memória. E eles estão partindo.

Por outro lado, evidenciou-se que esses Territórios foram verdadeiros “*Estados em embrião*” (Mayer, 1976; Porto, 2023c), se forem considerados outros elementos contribuidores para as suas configurações espaciais (Políticas públicas nas mais diferentes frentes; atividades econômicas ali estabelecidas; relações espaciais nas escalas nacionais e internacionais, com ênfase à sua condição transfronteiriça), além das três expostas pelo Presidente Vargas na década de 1940 (Sanear, povoar e educar); perceber –se-á, também, o complexo movimento de ações para *vivificar* e *vitalizar* a fronteira exposta por Reis (1949) e analisada por Porto e Superti (2022) e; entender como foram acionados (Porto, 2021a).

² Por mais que a Carta Magna de 1988, em seu Art. 14º indique que *Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados, mantidos seus atuais limites geográficos* e que em seu § 1º *A instalação dos Estados dar-se-á com a posse dos governadores eleitos em 1990*, sua consolidação jurídica ocorreu em 1991 com a promulgação da Constituição do Estado do Amapá (Carvalho; Carvalho; Porto, 2023).

Porto (2003) expõe diversas transformações econômicas e institucionais no espaço amapaense no século XX em três temporalidades (Quadros 1, 2 e 3). Ao perceber as diversas construções ocorridas no Amapá em suas distintas temporalidades, espacialidades, territorialidades, economicidades, indica que o comportamento das transformações ocorridas ampliou as ocorrências de disparidades em suas mais diversas escalas, com resultados de indicadores sociais deploráveis, embora apresente dinamismos econômicos locais e internacionais, ampliando as suas articulações com na economia-mundo, mantendo-se como fornecedor de *commodities*.

ANO	AÇÕES	OBJETIVOS
1943	Criação do Território Federal do Amapá.	Ocupar regiões fronteiriças e de baixa densidade demográfica.
1944	Transferência da capital amapaense: do Município do Amapá para Macapá.	Dotar o TFA de uma capital com melhores condições infraestruturais
1945	Criação do Município de Oiapoque, por desmembramento do Município do Amapá	Ocupar e proteger a região limítrofe entre o TFA e a Guiana Francesa.
1946	O manganês do Amapá é decretado como reserva nacional	Garantir a participação direta do Território Federal na exploração do minério.
1947	Contratada a Icomi Ltda. para a exploração das jazidas de manganês amapaense.	Levantar a potencialidade manganésifera do TFA.
1948	Compra das terras do Coronel José Júlio de Andrade, no Vale do Jari por um grupo de portugueses, originando a empresa Jari Indústria e Comércio.	Explorar a castanha, borracha, exportação de madeiras nobres e comércio de mercadorias diversas, através dos entrepostos às margens dos rios Jari, Paru, Caracuru, Cajari e Pacanari.
1950	Revisão do contrato de exploração do manganês do Amapá.	Garantir a exploração do manganês pela Icomi, decorrente da mudança de pessoa jurídica da empresa como Limitada para Sociedade Anônima, pela inserção acionária da Bethlehem Steel Corporation.
1953	- Criação da Superintendência do Plano de Valoração Econômica da Amazônia (SPVEA). - Criação da Colônia Agrícola do Matapi, em Porto Grande. - Instalação da Icomi S/A, em Serra do Navio e em Santana, Município de Macapá.	- Incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca, a partir de planejamentos quinquenais para a valorização econômica da Amazônia. - Fornecer produtos alimentícios para Macapá - Explorar e exportar o manganês da Serra do Navio, Macapá.
1955	Divulgado o Plano de Industrialização do TFA.	Criar um pólo minero-metalúrgico aproveitando os potenciais hidráulico e madeireiro amapaenses.

Quadro 1 - Principais ações para a organização espacial do Amapá (1943-1974) (Continua).

Fonte: Porto (2003, p. 115).

ANO	AÇÕES	OBJETIVOS
1956	- Criação do Município de Calçoene, por desmembramento do Município do Amapá. - Criação da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).	- Reorganização territorial e política-administrativa do TFA. - Construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos; promover a expansão do mercado de energia elétrica no TFA e estimular a criação de um parque industrial.
1957	Início da produtividade da Icomi	Produzir, escoar e comercializar o manganês de Serra do Navio.
1961	Criação da Reserva Florestal do Tumucumaque	Conservação da natureza, proteção e assistência às populações indígenas, de acordo com o preceito constitucional e à legislação específica em vigor.
1966	- Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). - Criação do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA). - Criação da Companhia Progresso do Amapá (Copram).	- Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais. - Levantar os recursos naturais e humanos e preparar propostas para o seu aproveitamento. - Captar recursos e promover os investimentos no Território Federal do Amapá.
1967	Aquisição de terras nos Municípios de Almeirim (PA) e Mazagão (AP), por Daniel Keith Ludwig	Implantar o Projeto Jari.
	- Criação do Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia.	- Supervisionar estudos de aproveitamento do potencial energético regional.
1968	- Instalação do Projeto Jari, nos municípios de Almeirim (PA) e Mazagão (AP). - Instalação da Bruynzeel Madeireira S/A (Brumasa), em Santana. - Criação do Parque Nacional Indígena do Tumucumaque.	- Plantio de <i>gmelina arborea</i> ; instalação da fábrica de celulose e; plantio de arroz em São Raimundo (Almeirim, Pará). - Explorar e exportar a <i>Virola Surinamensis</i> . - Proteção e assistência às populações indígenas, de acordo com o preceito constitucional e a legislação específica em vigor.
1969	Sanção do Decreto 411 /1969.	Organizar político-administrativamente os Territórios Federais e instituir o planejamento nas suas administrações.
1970	- Instalação do Programa de Redistribuição de Terras (Proterra) e estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste. - Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).	- Promover a capitalização rural. - Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	- Criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). - Instalação da Eletronorte no Amapá.	- Concentrar recursos em áreas selecionadas, visando o estímulo de fluxos migratórios; elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana. - Garantir a conclusão, o funcionamento e a geração de energia onuda da UHE de Coaracy Nunes, do rio Araguari.

Quadro 1 - Principais ações para a organização espacial do Amapá (1943-1974) (Conclusão).

Fonte: Porto (2003, p. 115).

ANO	AÇÕES	OBJETIVOS
1975	1º Plano de Desenvolvimento do Amapá.	Introdução do planejamento no TFA; priorizar o aproveitamento das potencialidades naturais; fortalecer a agropecuária; diversificar o setor industrial; desenvolver o subsetor comércio; proporcionar condições de habitabilidade nos núcleos e aglomerados urbanos em formação; intensificar o desenvolvimento em infraestrutura e econômico-social; modernizar e reaparelhar a estrutura organizacional do Território ao nível das funções motoras do desenvolvimento.
1976	- Início da geração de energia pela UHE de Coaracy Nunes, no rio Araguari. - Instalação da Amapá Celulose S/A (Amcel), em Porto Grande.	- Fornecimento de energia elétrica para Macapá, Santana e Serra do Navio. - Cultivo de pinhos destinada à fábrica de celulose do Projeto Jari.
1978	- Instalação da Empresa Caulim da Amazônia (Cadam), em Munguba, Almeirim (PA). - O Parque Nacional do Tumucumaque é redenominado para Parque Indígena de Tumucumaque e foi declarada sua intervenção.	- Extração, beneficiamento e exportação de caulim do Município de Mazagão (AP). - Demarcação de terras indígenas.
1979	- Construção da BR-156 em direção ao Oiapoque.	Conectar a fronteira Brasil/França e articulação espacial norte amapaense
1980	- A criação do Distrito Industrial de Macapá. - 2º Plano de Desenvolvimento do Amapá. - Criação do Parque Nacional do Cabo Orange. - Criação da Reserva Biológica do Lago Piratuba.	- Estabelecer empresas que se beneficiassem dos recursos naturais e fiscais do Amapá. - Atender ao setor primário amapaense delimitando áreas prioritárias para a agropecuária, pesca e extração mineral e áreas urbanas. - A preservação permanente de área natural que abrigava espécies da flora e fauna, sítios geomorfológicos e paisagens naturais. - A proteção dos recursos naturais para fins científicos e educativos.
1981	- Instalação da Companhia de Dendê do Amapá (Codepa), em Porto Grande. - Criação da Estação Ecológica de Maracá-Jípioca.	- Cultivar dendê. - Proteger amostras do ecossistema, possibilitando estudos comparativos entre o meio ambiente natural protegido e o que já sofria ação antrópica.

Quadro 2 - Principais ações para a organização espacial do Amapá (1975-1987)
(Continua).

Fonte: Porto (2003, p. 128-129).

ANO	AÇÕES	OBJETIVO
1982	<ul style="list-style-type: none"> - Venda da Jari Celulose S/A e da Cadam a um grupo de 22 empresários brasileiros, cujo acionista majoritário foi Augusto Trajano de Azevedo Antunes, proprietário do Grupo Caemi. - Demarcação da Reserva Indígena dos Galibis. - Criação da Estação Ecológica do Jari. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da produção de caulim: calcinação da bauxita, beneficiada pela empresa Mineração Santa Lucrécia; Intensificação da pesquisa florestal de pinhos e eucaliptos para celulose; domínio biotecnológico dessas espécies. - Regularizar terras indígenas no TFA. - A proteção de amostras do ecossistema, possibilitando estudos comparativos entre o meio ambiente natural e o que já sofreu ação antrópica.
1983	Instalação da Mineração Novo Astro.	Extração aurífera mecanizada em Calçoene.
1984	Criação da Reserva Biológica da Fazendinha.	Preservação integral e permanente dos ecossistemas e recursos naturais da área.
1985	<ul style="list-style-type: none"> - Cnação da Estação Ecológica da Ilha do Parazinho. - Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preservar os recursos naturais locais e da tartaruga da Amazônia. - Garantir o desenvolvimento pelo Planejamento Integrado; delimitação das áreas prioritárias deste Plano; alocação de recursos públicos e as ações de planejamento seriam levadas em consideração às suas especificidades locais; indicação das seguintes áreas: Espaços com Programas Especiais, Polamazônia - Pólo Amapá (Macapá, Mazagão, Amapá e Calçoene); áreas de reforma agrária (Macapá, Mazagão, Amapá, Calçoene e Oiapoque); área de fronteira (Oiapoque); e cidade de porte médio (Macapá).
1986	Instalação da Companhia Ferro Liga do Amapá (CFA), em Santana.	Beneficiar o manganês oriundo de Serra do Navio pelo processo de pelotização.
1987	<ul style="list-style-type: none"> - Criações do Municípios de Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Santana e Tartarugalzinho, por desmembramento de Mazagão, Macapá e Amapá. - Promulgação do Decreto 95.518, de 18 de dezembro. 	<ul style="list-style-type: none"> - A reorganização territorial e política-administrativa do TFA. - Outorgar à Jari Energética S.A (JESA) concessão para o aproveitamento da energia hidráulica no rio Jari, na cachoeira de Santo Antônio, entre os Municípios de Mazagão (AP) e Almeirim (PA).

Quadro 2 - Principais ações para a organização espacial do Amapá (1975-1987)
(Conclusão)

Fonte: Porto (2003, p. 128-129).

ANO	AÇÕES	OBJETIVO
1988	Transformação do TFA em Estado pela Constituição brasileira.	Promover a reestruturação política e administrativa nacional.
1989	- Instalação da Mineração Yukio Yoshidome S/A. - Criação da Floresta Nacional do Amapá.	- Extração aurífera mecanizada em Labounie (Calçoene). - Manter a diversidade ecológica, amostras de ecossistemas em estado natural e apoiar o desenvolvimento florestal dos demais recursos naturais.
1990	Criação Reserva Extrativista do Rio Cajari.	Viabilizar a exploração auto-sustentável de exemplares naturais pertencente à biota, sem prejuízo da conservação ambiental.
1991	- Criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS). - Promulgação da Constituição do Estado do Amapá. - Demarcação da Reserva Indígena dos Uaçá.	- Promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana. - Estruturar a organização do Estado e disciplinar o exercício do poder político. - Regularizar terras indígenas no Estado do Amapá.
1992	- Saída da Mineração Yukio Yoshidome S/A. - Regulamentação da ALCMS. - Demarcação da Reserva Indígena dos Juminá. - Instalação da Mineração Água Boa Ltda. - Criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú. - Plano de Ação Governamental do Amapá. - Criações dos Municípios de Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba, Porto Grande e Itaúbal, por desmembramento de Macapá.	- Encerramento das atividades da mineradora. - Organizar e regulamentar a ALCMS. - Regularizar terras indígenas no Estado do Amapá. - Promover a extração aurífera em Mazagão. - Proteger e conservar os recursos ambientais e os ecossistemas ali existente. - Primeiro Plano de Governo estadual. - Realizar a reorganização territorial e política-administrativa do Estado do Estado do Amapá.
1994	Criação do Município de Vitória do Jari, por desmembramento de Laranjal do Jari.	Realizar a reorganização territorial e política-administrativa do Estado do Amapá.
1995	- Implantação do Programa de Desenvolvimento do Amapá (PDSA). - Saída da Mineração Novo Astro.	- Segundo Plano de Governo do Estado do Amapá. - Encerramento das atividades da mineradora.
1997	- Saída da Icomi. - Demarcação da Reserva Indígena Parque Tumucumaque. - Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru.	- Encerramento das atividades da mineradora. - Regularizar terras indígenas nos Estados do Pará e Amapá. Explorar o potencial florestal da reserva no Vale do Rio Jari, notadamente a castanha-do-Brasil.

Quadro 3 - Principais ações para a organização espacial do Amapá (1988-2000)
(Continua).

Fonte: Porto (2003, p. 128-129).

ANO	AÇÕES	OBJETIVO
1998	Revisão da criação da Área de Proteção Ambiental do Curiaú.	Disciplinar o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que vivem nesta APA; resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.
2000	Compra do Complexo Industrial do Jari pelo Grupo Orsa	- Ampliar a produção de caulim, da bauxita; aprimorar o domínio biotecnológico do eucalipto, destinado à fábrica de celulose da Jari; construir a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Jari.

Quadro 3 - Principais ações para a organização espacial do Amapá (1988-2000) (Conclusão).

Fonte: Porto (2003, p. 128-129).

Porto (2003, p. 87) expõe que a área dos Territórios Federais que ficou sob a tutela governamental, iniciou com 152.522 km², entre 1904 a 1941, e chegou a atingir 931.070,7 km², entre 1942-1946, quando foram criados seis desses entes federativos no Brasil. Com as recuperações das áreas no oeste de Santa Catarina e Paraná (que originou o Território Federal do Iguaçu) e sudoeste de Mato Grosso (originando o Território Federal de Ponta Porã) e das estadualizações de Acre (1962), Rondônia (1982), Amapá e Roraima (1988), o Governo Federal não mais possui áreas tuteladas com as mesmas características do Território Federal³. Isso implica em se perceber que a percepção da totalidade desses entes federativos como um conjunto indissociável de gestão territorial ainda necessitam de análises mais profundas; mas as suas particularidades, enquanto reflexões inerentes a cada caso, alguns estudos aparecem em dissertações e teses.

³ Atualmente, existem territórios federalizados sob a influência de órgãos administrativos (a exemplo do que ocorre com as unidades de conservação, terras indígenas e terras destinadas à reforma agrária) e das forças armadas (a faixa de fronteira, que abrange 11 unidades da federação e 588 municípios brasileiros).

A totalidade enquanto realidade em sua integridade, está em sua constante busca de sua totalização (Santos, 1996). Por outro lado, assim continua o autor (*op.cit.*, p. 96),

O processo histórico é um processo de separação em coisas particulares, específicas. Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo. O processo de totalização conduz da velha à nova totalidade e constitui a base do conhecimento de ambas.

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas verdades são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização.

Ou seja, para se entender os usos e as funções dos Territórios Federais no Brasil, deve-se conhecer os seus usos e funções em suas totalidades para se entender as suas (des)construções em suas particularidades. Como *Estados em embrião*, particularidades foram construídas configuradas que se refletiram em seus usos e funções territoriais distintas⁴.

Em princípio, os dois eixos condutores totalizadores dos Territórios Federais no Brasil foram a defesa, por se localizarem em regiões de fronteira e; a *magnitude do Estado* em sua sócio-economia. Quanto às suas particularidades, somente as suas construções históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais e suas potencialidades explicam os seus usos e funções nas economias locais, regionais, nacionais e mundo.

⁴ Para Santos (1994), o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. Neste rumo, as particularidades irão expor vários territórios, e que no caso estabelecido nesta obra, os *Amapás*.

Porto (2003) autor identificou, também, que no quesito fronteira, o caso amapaense ensaia seu processo de efeito cooperação a partir de 1996, com a assinatura do Acordo Quadro Brasil-França, embora o reconhecimento diplomático da linde entre esses países já tivesse sido acordada desde 1900 e a criação do Território Federal para *vivificar* e *vitalizar*⁵ esta fronteira desde 1943. Por mais que em 1978 tivesse sido assinado o Tratado de Cooperação da Amazônia, que tinha como um de seus objetivos estimular a transfronteirização dos seus signatários, envolvendo todos os países com territórios amazônicos (Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Cooperativa da Guiana e Suriname), a Guiana Francesa não foi signatária deste Tratado, delongando a transfronteirização entre o Amapá e a Guiana Francesa. De *efeito-barreira* a ensaios de *efeito-cooperação*, da fronteirização a ensaios de transfronteirização, novos usos e funções da fronteira amapaense aparecem⁶.

No aspecto espacial, o novo ente federativo estimulou e incentivou a criação de novas atividades econômicas. Contudo, algumas dessas novas atividades, notadamente a de mineração e de madeira, promoveram um gradativo processo de degradação

⁵ Segundo Superti, Porto e Oliveira (2020) *vivificar*, diz respeito ao estímulo das políticas públicas na conformação do território; ao passo que *vitalizar*, expressa o uso do território em si, seja em ações formais ou informais. Porto (2022a), por sua vez, expõe que as *vivificações* e as *vitalizações* do território são resultados de uma série de fatores construídos social, econômico, cultural e politicamente, decorrentes do uso e função do território exercidos em temporalidades e espacialidades distintas. Assim, mediante às conquistas, acionamentos e usos dos espaços amazônicos, ajustes espaciais foram realizados para garantir a melhor e maior mobilidade dos fluxos econômicos nas economias Brasil e mundo. Vide, também: Reis (1949); Porto (2021); Porto e Superti (2022).

⁶ Sobre o assunto, vide Porto (2003; 2020a; 2020c; 2022a); Silva (2013); Superti; Porto e Oliveira (2020).

ambiental, que somente após a década de 1990 chamaram a atenção dos poderes públicos. No social, ressaltam-se alguns avanços, da qualidade de vida com o fornecimento de energia elétrica, a construção de rodovias, a melhoria dos setores de saúde e da educação, embora seja consenso de que muito há ainda a ser feito nessas áreas. Comparando-se o que existe atualmente com o que havia no início da década de 1940, constata-se que a melhoria foi substancial.

Assim, embasado no que foi exposto nos quadros acima, percebe-se que se ampliaram as conexões e articulações de sua linde aos circuitos local, regional, nacional e global, em uma complexa rede de articulações políticas e econômicas; bem como suas interações espaciais passaram a extrapolar o *efeito-barreira* de sua fronteira; sua *condição fronteira*, notadamente com a Guiana Francesa, tem sido gradativamente se consolidando em *efeito-cooperação*, formadora de uma *condição transfronteira*.

Na década de 1940, quatro fenômenos estimularam a organização do novo ente federativo: a criação do Território Federal do Amapá em si (1943) com três municípios (Amapá, Macapá e Mazagão), a partir deles outros foram criados por desmembramento; a transferência da capital amapaense do Município do Amapá para o Município de Macapá (1944) a 250 km mais ao Sul do primeiro; a criação do município de Oiapoque (1945) e; a licitação internacional para a exploração mineral do manganês em serra do Navio (1947).

A partir da década de 1950, *sistemas de engenharia* e dos *ajustes espaciais* no Amapá passam a ser instalados no espaço amapaense (Rodovias e uma ferrovia), em adição às conexões executadas pelo sistema hídrico da foz do rio Amazonas; o contrato da Icomi foi revisto (1950) e se teve início ao novo uso do espaço amapaense, como exportador de minério de manganês; foi elaborado o Plano de

Industrialização do Território Federal do Amapá (1955) (Urech, 1955); a criação do município de Calçoene (1956). Inicia-se, então, as conectividades artificiais por rodovias (BR-156 e BR-210) e ferrovia alguns espaços do interior amapaense.

Neste sentido, Superti, Porto e Oliveira (2020, p. 10) defendem *que o espaço amapaense foi conectado e uma vez estabelecida as conexões, garantiu-se a densidade de fluidez. Feito isso, este espaço estaria apto a ser acionado, desacionado e reacionado pelo capital na medida em que houvesse interesse das novas elites de investidores eminentemente externos.*

A partir da década de 1960, iniciam-se as instalações de *espaços com restrições de uso do território* pelas áreas protegidas, representadas pelas unidades de conservação e e terras indígenas. Quando chega o primeiro decênio do século XXI, tais espaços detêm 72% do espaço amapaense. Ou seja, somente 28% do espaço amapaense são *espaços de expansão* (Porto, 2020a). Outro fator fundamental para a organização do espaço amapaense foi a promulgação do Decreto-Lei 411/1969 (Brasil, 1969). Este diploma legal regulamenta o Território Federal. Dentre os vários elementos que são regulamentados, destaca-se a organização da questão eleitoral nos territórios Federais, que afetará a urbanização por soluções nestes entes federativos (Porto, 2003; Souza; Porto; Pedro; Santos, 2023).

A partir da 1970, planos de desenvolvimento começam a ser elaborados ao ente federativo amapaense. Ei-los: O 1º Plano de Desenvolvimento do Amapá (1975); o 2º Plano de Desenvolvimento do Amapá (1980); o Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá (1985); início da produção de energia pela Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (1976); instalação da Amapá Celulose S. A. (Amcel), em Porto Grande (1976); início da exploração de caulim, pela empresa Caulim da Amazônia (Cadam),

em Mazagão (1978), atual Município de Vitória do Jari; e a construção da BR-156 em direção ao Oiapoque (1979).

Na década de 1980, destacam-se a criação do Distrito Industrial de Santana (1980); elaboração de dois Planos de Desenvolvimento para o TFA; ampliam-se a instalação de *espaços de restrição* no espaço amapaense (o Parque Nacional do Cabo Orange, Reserva Biológica do Lago Piratuba (1980); Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca (1981); Estação Ecológica do Jari (1982); a Reserva Biológica da Fazendinha (1984); Floresta Nacional do Amapá (1989) e; Demarcação da Reserva Indígena dos Galibis (1982); a criação de novos municípios (Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Santana e Tartarugalzinho, em 1987); transformação do TFA em Estado pela Constituição brasileira de 1988.

Na década de 1990, seis fenômenos se destacam: a promulgação da Constituição Estado do Amapá e efetivação da estadualização amapaense (1991); a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (1992) (Porto; Costa, 1999); a assinatura do Acordo-Quadro Brasil-França (1996) (Silva, 2013); a criação de novos municípios (em 1992, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba, Porto Grande e Itauba; em 1994, Vitória do Jari); ampliam-se a instalação de *espaços de restrição* no espaço amapaense (Reserva Extrativista do Rio Cajari, 1990; Área de Proteção Ambiental do Cunaú, 1992; Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, 1997; Demarcação das Reservas Indígena dos Uaçá, 1991; Juminá, 1992; Parque Tumucumaque, 1997); a saída da Icomi (1997) (Porto, 2003).

Com a estadualização, o Amapá passou a apresentar novas características, dentre as quais cabe ressaltar: políticas, econômicas e político-administrativas. Nas políticas, buscaram-se atualizar as novas institucionalidades e seus sistemas normativos para atender as novas características advindas da estadualização amapaense. Quanto aos

principais avanços econômicos obtidos, destacam-se: Diversificação das atividades econômicas além da extração mineral; implantação da ALCMS; implantação de planos governamentais destacando-se o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá - PDSA (1995-2002) ⁷ e Amapá Produtivo (2003-2010); intenções do plano de Governo Pró-Amapá (2011-2014) e; o intuito de um possível Amapá Produtivo 2 (2015-2022)⁸. Até a conclusão desta obra, com a eleição do Governador Clécio Vieira em 2022, a identidade sua governamental não teve tempo de se manifestar.

Por outro lado, ainda permanecem a grande dependência das Transferências da União; ampliaram-se a instalação de *espaços com restrições* de uso do território, unidades de conservação e terras indígenas, atingindo 58,8 % do território amapaense até 2000, sendo 10,4% pela demarcação de terras indígenas, e 48, 4% de áreas de conservação, corroborando para a macrocefalia urbana em Macapá Santana (Porto, 2018; Silva; Porto, 2022), bem como na configuração virtual de seus municípios (Araújo, 2010); na agricultura, a rarefação de políticas que estimulassem o setor, inibiu seus investimentos, fazendo com que permanecesse com reduzida modernização.

O ciclo de exploração mineral foi completo no caso manganésífero, cujo reflexo maior do seu encerramento deu-se no Município de Serra do Navio em 1997, onde estava localizada a

⁷ O PDSA foi o primeiro programa governamental que permitiu a reeleição de João Alberto Capiberibe (PSB) para governo do Estado do Amapá.

⁸ O *Amapá Produtivo*, também foi adotado em dois períodos governamentais de Waldez Góes (PDT). Contudo, este último retorna a governo do Amapá no período de 2014 - 2022, sem uma identidade governamental, mas que tenta resgatar alguns aspectos para se aproveitar as potencialidades amapaense.

mina; como também em algumas jazidas auríferas, como aquelas localizadas em Tartarugalzinho. Contudo, a atividade mineral continua a se destacar nas exportações amapaenses, notadamente na exploração aurífera, da cromita e do caulim. Sobre este último, deve-se ressaltar que a mina se encontra no Amapá, no Município de Vitória do Jari, e a indústria de beneficiamento, em Almerim (PA). Devido a isso, a balança comercial amapaense não registra a exportação do caulim, mas sim o Pará. Com isso, a participação do total da exportação mineral, menos o caulim, no PIB estadual, de 21,1% em 1990 para 1,4% em 1999.

Na pecuária, o crescimento da área de pastagem por queimada e do aumento da quantidade do rebanho bubalino, aliado à sua criação extensiva tem causado impactos ambientais negativos principalmente no Município do Amapá, onde se encontra a maior parte deste rebanho no Estado. Como impactos desta atividade citam-se: assoreamento de igarapés, o pisoteio do búfalo tem modificado a textura do leito de igarapés, tornando-os mais compactos e diminuindo o seu grau de permeabilidade.

Sob o ponto de vista político-administrativo, deve-se ressaltar que a própria transformação do Território Federal em Estado implicou em nova relação dessa nova unidade autônoma com o federalismo brasileiro. No político, têm-se a mudança nas suas orientações legais, fundamentalmente após a promulgação de sua Constituição Estadual, em 1991, quando efetivamente o Amapá se torna Estado. Outro aspecto a se considerar, neste tema, diz respeito à criação de novos municípios, fechando o século XX com 16 unidades municipais.

Porto (2003) chegou a sugerir linhas possíveis de desenvolvimento para o Amapá. Passadas 2 décadas do século XXI, poucos avanços foram estabelecidos do que foi construído ao longo do século XX, reforçando a temporalidade longa e lenta miltoniana

das transformações espaciais neste ente federativo e a com a permanência da grande ocorrência da magnitude do Estado na sua sócio-economia, mas fraca, exposta por Chelala (2008).

Quanto à localização amapaense, Porto (2003, 2020), entende que sua posição, em zona de fronteira amazônica, litorâneo, à margem da foz do rio Amazonas, com baixa densidade demográfica, exige, por si só, maior envolvimento do Estado, no sentido de: Maior controle e monitoramento sobre o tráfico de drogas, o contrabando aurífero, os recursos genéticos de sua flora e fauna; aprimoramento das relações econômicas, tecnológicas e científicas com a Guiana Francesa, em uma zona de contato para além de Brasil-França, mas com blocos de blocos econômicos Mercosul, região Caribenha e a União Europeia.

Nas interações espaciais, ressalta-se a importância da ampliação portuária de Santana, da Rodovia BR-156, conectando o Estado de norte a sul, a sua pavimentação parcial no seu trecho em direção de Macapá ao Oiapoque; a construção da ponte Oiapoque-Saint George, que juntamente com a Rodovia Transcaribenha, pode-se ampliar as relações comerciais entre o Amapá e o Caribe e com o departamento ultramarino francês, Guiana Francesa.

Ao finalizar o século XX, o Amapá estadualizado, ainda não havia encontrado sua rota para o desenvolvimento. *Vivificações* e *vitalizações* ocorreram. Intenções ocorreram. Discursos de desenvolvimento foram adotados. Outros dinamismos econômicos ocorreram. Mas a efetivação do desenvolvimento, não. O grande negócio permaneceu e foi repassado para o próximo século. Pelo menos em seus três decênios iniciais.

OUTRAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E INSTITUCIONAIS AMAPAENSES: O PRIMEIRO QUARTIL DO SÉCULO XXI

À medida que o Amapá foi se *vivificando* e *vitalizando*, novos “Amapás” eram inventados ou apareciam, novos espaços e potencialidades eram acionados. Assim, mediante aos usos e funções do território amapaense que surgiam, outros aprendizados territoriais ocorriam, mas a lição permanecia a mesma. Fortalecia-se a necessidade de analisá-lo em suas multiescalaridades e pluralidades de transformações e permanências registradas e materializadas. Não basta ser um espaço de potencialidades, também de se saber usar, acessar e dominar as suas potencialidades. Não basta perceber suas vantagens (sejam elas comparativas e/ou competitivas), também se deve saber aproveitá-las para o bem-estar de sua população. Afinal de contas, desenvolvimento não é só dinamismo econômico.

Desde a institucionalidade do Amapá como ente federativo (1943), novas institucionalidades tem sido implantadas e novos usos e funções do território amapaense foram adotadas, tais como: Novos sistemas de normas foram criados e instalados (legislações para organizar o uso do território no espaço amapaense, a exemplo do contrato para a exploração manganêsfera, a instalação do Distrito Industrial em Santana, da ALCMS, da Zona Franca Verde, dentre outras); elaboração de planos diretores municipais; criação de novos municípios; instalação e diversificação de novas unidades de conservação e terras indígenas; criação da região metropolitana amapaense; novas regionalizações para se organizar as dinâmicas

econômicas e estimular as *vocações* territoriais (Porto 2022c; Porto, et al., 2010; Santos, 2013).

Neste rumo, novas ações foram adotadas para se (re)organizar o espaço amapaense (Quadro 4), mediante instalações de novos espaços de restrição de uso do território (Porto, 2020); de novas redes econômicas e institucionais sendo criadas e se interagindo; instalação e ampliação de um sistema complexo de articulações roviárias, ferroviária, aeroviária e portuária⁹ no espaço amapaense; a gradual consolidação de sua interação espacial¹⁰, embora haja necessidade de modernizá-las, mesmo que seja com uma mera pavimentação rodoviária, a exemplo da não pavimentação completa da BR-156 e da BR 210 e; a ampliação de novas conexões, com novos espaços, visando a sua integração física (Porto, 2022a).

⁹ Sobre a importância de se entender a fluidez do capital do Complexo Portuário de Santana (AP), vide Sardinha, Lomba e Porto (2021) e Sardinha (2022).

¹⁰ Segundo Corrêa (1997, p. 279), *as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades.*

ANO	AÇÕES	OBJETIVO
2000	Compra do Complexo Industrial do Jari pelo Grupo ORSA	Ampliar a produção de caulim, da bauxita; aprimorar o domínio biotecnológico do eucalipto, destinado à fábrica de celulose da Jari; construção Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Jari.
2002	Criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.	Assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico.
2003	Instituição da Região Metropolitana Macapá e Santana.	Contribuir com a integração, organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum das localidades.
2004	Instalação da Mineração Pedra Barca do Amapari	Recuperação da atividade mineral, pela extração industrial aurífera.
2006	Criação da Floresta de Produção do Amapá (Flota).	Promover o uso racional dos recursos naturais, para garantir sua perenidade e a dos processos ecológicos de forma socialmente justa e economicamente viável.
2010	Conclusão da ponte binacional sobre o rio Oiapoque	Ampliar a articulação transfronteiriça entre Brasil e França.
2012	Linhão de Tucuruí conecta o Amapá ao Sistema Integrado Nacional elétrico.	Inserção do Amapá ao Sistema Integrado Nacional elétrico.
2013	Queda do porto de exportação mineral da Icomi.	Sinistro de queda de uma parte do sistema de engenharia portuária (*).
2014	Início da produção de energia pelas UHEs de Ferreira Gomes (rio Araguari) e Santo Antônio do Jari (rio Jari).	Produção de energia elétrica para industrialização e urbanização nacional
2015	- Instalação portuária para o agronegócio. - Instalação da Zona Franca Verde de Macapá e Santana. - Implantação da Usina Hidrelétrica de Porto Grande.	- Integrar o processo de escoamento da produção da soja oriunda do centro-oeste brasileiro. - Estimular investimento industrial mediante incentivo fiscal, em mercadorias fabricadas a partir de matérias-primas vegetal, animal e mineral. - Produção de energia elétrica para industrialização e urbanização nacional.

Quadro 4 - Principais ações para a organização espacial do Amapá (2000-2023)
(Continua).

Fonte: Porto e Guimarães (2023), revisto e atualizado.

(*) Até a conclusão desta obra, o porto da Icomi não havia sido refeito, reconstruído ou construído um novo no local.

ANO	AÇÕES	OBJETIVO
2016	- Primeira exportação de soja oriunda de Mato Grosso pelo porto agropecuário, em Santana. - Inserção do Município de Mazagão na Região Metropolitana Amapaense. - Início da produção de energia pela UHE Caldeirão (rio Araguari).	- Integrar o processo de escoamento da produção da soja oriunda do centro-oeste brasileiro. - Ampliação territorial da Região Metropolitana Amapaense - Produção de energia elétrica para industrialização e urbanização nacional.
2017	Liberação da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.	- Ampliar a interação e integração transfronteiriça entre Brasil e França.
2018	Regulamentação da Região Metropolitana Macapá e Santana.	Contribuir com a integração, organização, planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum das localidades.
2020	Apagão energético no Amapá.	Sinistro energético com 20 dias de ocorrência.
2021	- Privatizações da Companhia Elétrica do Amapá (CEA) e da Companhia de Saneamento do Amapá (Caesa). - Instalação do Programa Norte Conectado/Conecta Amazônia	Revisão administrativa do processo de distribuição energético e de saneamento amapaense. - Expandir a infraestrutura de comunicações e de rede de informática na região Amazônica, promovendo a integração da região e as políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e judiciário
2022	Inova Amazônia	- Financiamento start up
2023	Exploração petrolífera na costa Amapaense.	- Intenção da exploração petrolífera na costa Amapaense, fronteira com a Guiana Francesa.

Quadro 4 - Principais ações para a organização espacial do Amapá (2000-2023) (Conclusão).

Fonte: Porto e Guimarães (2023), revisto e atualizado.

OUTRAS DINÂMICAS ECONÔMICAS E OUTROS USOS DO TERRITÓRIO AMAPAENSE

O primeiro quartil do século XXI no Amapá mantém as mesmas dinâmicas e lógicas do uso de seu território da segunda metade do século XX. Com novos atores e acesso de novas técnicas e tecnologias as transformações são mais ágeis e instantâneas, notadamente com o acesso e a modernização dos equipamentos de comunicação (Internet via rádio, banda larga, acesso a equipamentos de telefonia móvel 5G, intenção de inserção no espaço amapaense na geração da indústria 4.0), ampliaram-se e agilizaram-se os fluxos e fluidez informacionais; a inserção de equipamentos modernos para exploração de suas *commodities*, mas de reduzidíssima instalação de equipamentos para agregar valor de seus produtos (extração do óleo

de breu-branco e castanha do Brasil; açaí; minérios; soja); a integração do sistema elétrico isolado ao Sistema Integrado Nacional, instalando mais três usinas hidrelétricas (duas no rio Araguari e uma no rio Jari), assim o Amapá passa a produzir e exportar energia elétrica para a industrialização e urbanização brasileira; iniciam-se as ações de ensaios de transfronteirização, notadamente com a liberação da ponte binacional sobre o rio Oiapoque, entre Brasil/França (Amapá/Guiana Francesa) e; mais recentemente, a expectativa da exploração petrolífera.

Em nenhuma dessas opções, muito usadas para se propalar a chegada do desenvolvimento no Amapá, a etapa da sua industrialização, para se agregar valor aos produtos no Amapá explorados, foi implantada. Ou seja, ainda não se instalou no Amapá uma *elite tecnificante* (que criam técnicas e tecnologias, a exemplo de uma Samsung, de uma Apple), nem *tecnificadora* (que constroem técnicas e tecnologias, a exemplo das instaladas em uma Zona Franca). Mas se consolida cada vez mais uma *elite tecnificada*, que somente consomem produtos industrializados produzidos em outros locais (a exemplo da instalação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana) e até usando matérias primas oriundas do território amapaense, que retornam industrializados.

Uma discussão que **não** foi executada nesse primeiro quartil do século XXI, embora foi muito exposto no seu início, diz respeito às *medidas compensatórias* pela criação do Parque Nacional Montanhas Tumucumaque, que em 2022, registrou seus 20 anos de existência. Contudo sem ocorrer qualquer avaliação dos impactos ou consequências ou avanços da presença deste Parque Nacional, que somente ele ocupa 25% do espaço amapaense, envolvendo cinco de seus municípios (Oiapoque, Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari), chegando

a ter 72% do município de Serra do Navio integrar esta unidade de conservação.

Este município possui 95,54% de seu território envolvido em *espaços de restrição* e o seu núcleo urbano é tombado pelo patrimônio histórico e, está inteiramente inserido na faixa de fronteira. O outro município com quase a sua totalidade territorial envolvida em *espaços de restrição* é o Oiapoque, com 96,64%, sendo 23,13% deste total, de áreas indígenas.

Então, essas *outras* dinâmicas econômicas e *outras* usos do território aqui adotados não dizem respeito à *novas* dinâmicas e *novos* usos do território, mas *práticas* de outrora já executadas, em outros locais do território amapaense. São essas reflexões que este capítulo almeja levantar ao debate.

A retomada da economia mineira

Com a saída da Icomi em 1997, houve um desacionamento espacial sobre a questão mineral de grande porte, notadamente na área central amapaense, envolvendo o município de Serra do Navio. Embora que a exploração mineral empresarial tenha permanecido no espaço meridional amapaense desde a década de 1980 até a conclusão deste livro, com a extração do caulim pela empresa Caulim da Amazônia (Cadam), em Vitória do Jari, criado em 1994, desmembrado do Município de Laranjal do Jari.

Por outro lado, a atividade mineira aurífera continuou na região central amapaense por garimpagem em Pedra Branca do Amapari e, em seu vizinho, Serra do Navio. Sobre a retomada da atividade mineral de grande porte nesta região central, tal comportamento ocorreu a partir de 2004, com a recuperação da produção aurífera, no Município de Pedra Branca do Amapari.

Segundo Moreira e Mathis (2017) o novo ciclo de mineração do Amapá identificou que dos 16 municípios amapaenses, 13 receberam *royalties* da mineração entre os anos de 2004 a 2016 e que se materializaram em suas atuações empresariais entre 2005 e 2013 (Figura 1).

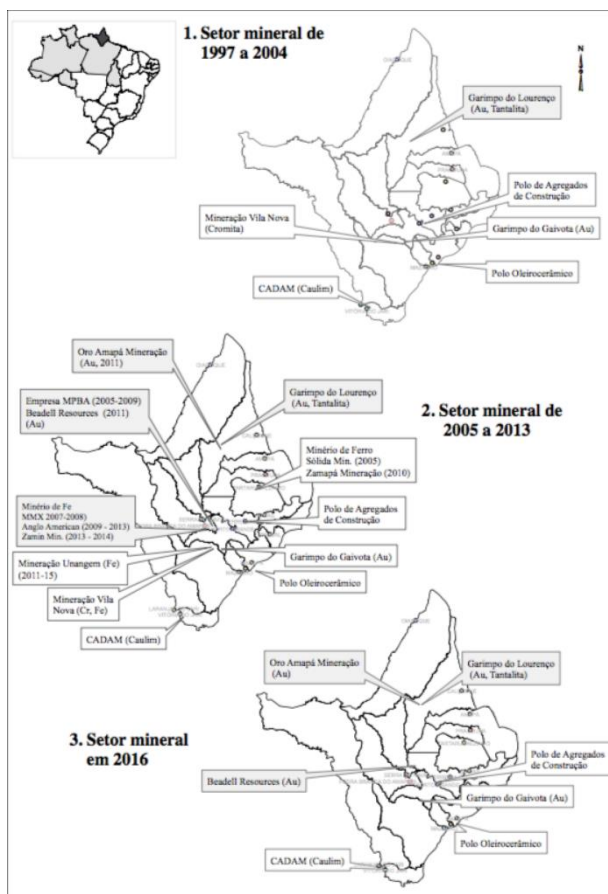


Figura 1 - Evolução do setor mineral amapaense de 1997 a 2016
 Fonte: Oliveira e Mathis (2017, p. 9).

Desde 2004, então, os municípios que mais se destacaram no setor mineral foram: Pedra Branca do Amapari e Vitória do Jari. Suas histórias estão muito ligadas à mineração e, além das questões ambientais inerentes às atividades, deve-se avaliar a percepção da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) em seus usos.

Mesmo considerando todos os volumes das arrecadações expostas pelos autores acima, não se pode afirmar que a retomada da economia mineira no primeiro do século XXI trouxe mesmo dinamismo econômico ao Amapá, comparado ao primeiro quartil da existência do Amapá enquanto ente federativo no século XX (Gráfico 1), pois a lógica, os investimentos e as infraestruturas eram outras.

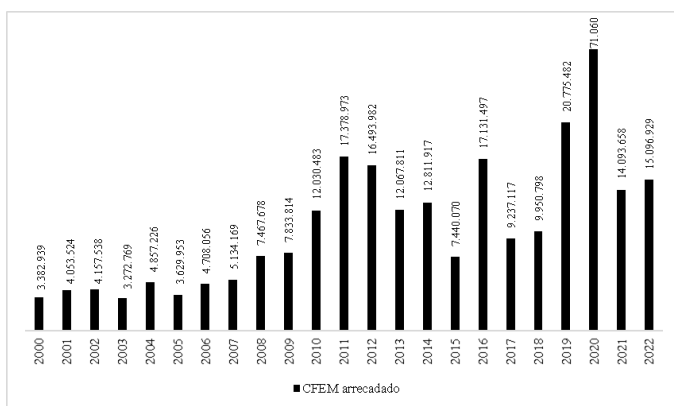


Gráfico 1 - CFEM arrecadado no Amapá (2000-2022)

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro.

A partir de 2019, inicia-se a exploração do ferro em Pedra Branca do Amapari, sendo seu escoamento feito por via rodoviária, BR-210 em trecho de 80 km não asfaltado e BR-156, com 110 km asfaltado, até chegar ao km 9 que acessa o município de Santana, pela estrutura portuária da Companhia Docas de Santana (CDSA),

para escoar o produto. Isso proporcionou uma nova dinâmica econômica nos municípios por onde passa a ferrovia (Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari), como também no principal ponto nodal dos circuitos superior e inferior da economia¹¹ amapaense: O sistema portuário no Município de Santana (Vide Sardinha, 2022).

Quando se observam os valores da produção mineral comercializada e correlacioná-los com a arrecadação do CFEM, o grande negócio do Amapá mineral fica mais evidente (Gráfico 2).

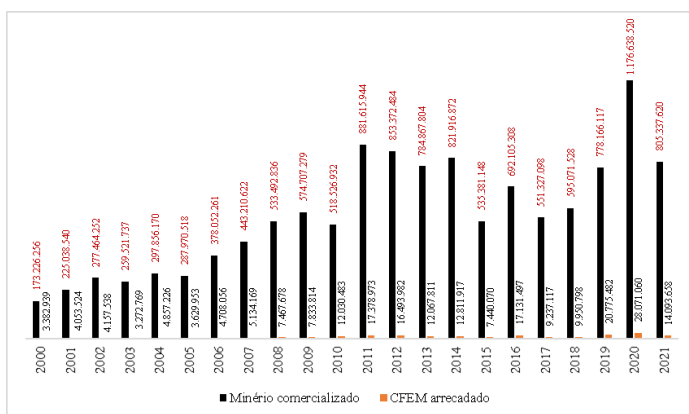


Gráfico 2 - Produção mineral comercializada e CFEM arrecadado no Amapá (2000-2021)

Fonte: Anuário Mineral Brasileiro.

PS: os valores referentes ao período 2010 a 2014, referem-se aos dados oriundos das estatísticas de Balança Comercial do Amapá do então Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços. Esses dados originalmente estão em dólar americano. Foram convertidos em Real pelo site do Banco Central brasileiro (<https://www.bcb.gov.br/conversao>), na cotação de 30/06 do período.

¹¹ Sobre os circuitos superior e inferior da economia, vide Santos (2004).

Por mais que houvesse todo investimento para instalação infraestrutural para a extração mineral pela Icomi (rodovia, *company towns*, ferrovia, porto), com a sua saída nem a modernização da infraestrutura por ela instalada foi executada. Muito pelo contrário. Ou foi deteriorada, ou foi vendida, com a sua saída do Amapá em 1997. Neste sentido, eles não devem ser reconstruídos, mas construídos como novos.

Em 2013, ocorreu o sinistro da queda do porto da Icomi e não foi reconstruída até a conclusão deste livro 10 anos depois (figura 2). Aquela estrutura rodoviária que estava parcialmente pronta (rodovia BR-210) permaneceu. Não foi completamente pavimentada em seus 70 anos de existência; a ferrovia que ligava a mina de manganês em Serra do Navio ao Porto de Santana, foi desacionada, deteriorada, uma parcela da população de Santana expandiu suas residências por sobre o trilho (Figura 03); o poder público pavimentou o cruzamento da ferrovia com a rodovia Duca Serra (Figura 04) e; o ponto nodal mineral ferrovia/porto deixou de ser usado. Foi desacionado.



Figura 01 – Porto da Icomi tombado
Foto: Jadson Porto (2023).



Figura 02 - Expansão de habitação sobre o trilho em Santana.
Foto: Magdiel Ayres (2022).



Figura 03 - Blocos de cimento na Rodovia Duca Serra sobre a estrada de ferro.
Foto: Rodolfo Paixão

Ou seja, tanto a iniciativa popular quanto a pública corroboraram para desacionar efetivamente a via de fluxo e fluidez mineral. Isso encerra a possibilidade de exportação mineral de dois municípios. A menos que sejam feitas intensas negociações entre o poder público e moradores locais sobre o assunto.

Neste sentido, o investidor deverá atender à demanda de moradia, negociações como o poder público, a recuperação funcional da estrada de ferro e do porto... E assim, até a elaboração deste texto, já se passaram 10 anos do sinistro e o desuso continuam.

Ou seja, o trecho da BR-210 não suporta o movimento de caminhões pesados, em rodovia não adequada para tal intento, passando por pontes de madeira, afetando as densidades e intensidades dos fluxos e fluidez dos Municípios de Serra do Navio,

Pedra Branca do Amapari e Porto Grande, por onde passa o eixo rodoviário. No período de chuvas intensas equatoriais, faz com que a degradação aumente cada vez mais, afetando a sua trafegabilidade e destruição de equipamentos. Esses veículos passam pelo núcleo urbano santanense até acessar um porto que, também, não foi construído para este tipo de produto.

A exploração aurífera industrial em Pedra Banca do Amapari desde 2004, nunca necessitou da rodovia, pois sua produção é escoada por helicóptero. Indepe de uma rodovia, ferrovia ou porto para o seu escoamento. Os equipamentos de transporte mineral de outrora, não usavam a rodovia até então. Não é à toa que a BR-210, por mais que seja um espaço de influência do fluxo e fluidez do capital internacional, não fora pavimentada em 70 anos.

Sobre a questão rodoviária, Porto (2022b) assim organiza as articulações espaciais internas amapaenses, que corroboraram para a criação de novas interações espaciais e conexão de novos espaços:

- a) **Conexões para exportação mineral (1950-1970):** pela conexão do centro amapaense com as construções da BR-210 e da ferrovia Serra do Navio-Santana, conectando a mina de manganês ao porto de exportação mineral;
- b) **Conexões e a condição fronteira (1970-1985):** com a construção do trecho norte da BR-156, conectando o município de Oiapoque a Macapá, consolidando as relações fronteiriças deste estado;
- c) **Conexões meridionais amapaenses (1985-1991):** com a construção do trecho sul da BR-156, conectando Laranjal do Jari a Macapá, intensificam-se as articulações e conexões entre Macapá e com a região do Jari pela terra firme;
- d) **Modernizações e a articulações transfronteiriças (Pós-1996):** com novos investimentos da BR-156 entre Macapá e Oiapoque,

como reflexos das expectativas criadas com o Acordo-Quadro entre Brasil França; apresenta três sub-períodos, ei-los:

d.1) *Novos investimentos e a construção para a transfronteirização (1996-2017)*: mediante a pavimentação da BR-156 até Calçoene; a construção da ponte sobre o rio Oiapoque; a construção da estação aduaneira para o controle de fluxo de pessoas e mercadorias com a Guiana Francesa;

d.2) *Ocorrência de novos aglomerados urbanos e Conexões do agronegócio (Pós-2004)*: acompanhando a infraestrutura rodoviária. Pavimentação no trecho Macapá-Itaubal, pelo investimento do agronegócio. Construção do trecho rodoviário entre Laranjal do Jari e Vitória do Jari; crise no fluxo rodoviário por veículos pesados na BR-210, entre Serra do Navio e Porto Grande, conta do desuso e desacionamento de ferrovia para o transporte mineral desde 2015.

d.3) *Expectativas para a transfronteirização (Pós-2017)*: mediante à liberação da ponte internacional sobre o rio Oiapoque (pós-2017).

O terceiro decênio do século XXI inicia com a intenção de encetar as explorações petrolíferas na costa amapaense, fronteira com a Guiana Francesa. Esta atividade indica um outro e novo tipo de uso do território amapaense quanto à questão mineral, assim configurada (Porto; Guimarães, 2023): mineração pré-sal na costa amapaense; uso de tecnologias não adotadas no continente, em terra firme como ocorreram nas explorações do manganês, ouro, caulim e ferro; modo de exportação mineral; uso de técnicas e tecnologias não em terra firme, mas na plataforma continental oceânica.

Ou seja, as explorações das potencialidades minerálicas permanecem; com a expectativa da exploração petrolífera oceânica, um outro eixo de produção começa a ser traçado, chegando a ser proposto na Assembleia Legislativa do Amapá o Requerimento 3453/2023-AL, requerendo a implantação do curso de Bacharelado

em Engenharia Petrolífera na Universidade Estadual do Amapá, em 18/10/2023, antes mesmo da confirmação da ocorrência deste mineral na costa amapaense. O Amapá como um grande negócio, em sua condição estratégico-periférica, continua e permanece em evidência no século XXI.

Entre o agrário e o agrícola, o agronegócio

As questões agrícolas e agrárias são fundamentais para se manter uma sociedade. Suas reflexões vão para além de uma produção alimentícia e acesso à terra. Também dizem respeito a(o): subsistência; uso de técnicas simples e ocupação da terra; legalização da terra e seu domínio; preparo, plantio e colheita mecanizadas; tipos de produtos cultivados e destinos de consumo; fertilidade do solo; uso e acesso à irrigação mecanizada; acessos ao financiamento e crédito para aquisição de insumos, tecnologias e preparo do solo; conflitos decorrentes da produção do espaço agrícola, da especulação do território e grilagem; impactos sociais, ambientais e econômicos; agentes sociais, econômicos e políticos envolvidos; questões fundiárias (legalização, domínio, uso); dentre outros fatores.

Enfim, há uma série de abordagens sobre a forma e conteúdo das questões agrárias e agrícolas que tem sido pauta de investigações e debates em instituições de pesquisa, universidades, de movimentos sociais e de oórgão não governamentais no Brasil a pelo menos 85 anos, expondo suas materialidades, conflitos, contextualidades e avanços.

Na Amazônia, por exemplo, ressalte-se a criação do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), em 1939, posteriormente transformado em Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte

(IPEAN), em 1962. Em 1975, foi criado o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU).

Ao se observar o caso amapaense, longe de se esgotar o assunto, por conta das complexidades acima expostas, as insvetigações locais ainda são incipientes e recentes, em um olhar mais técnico para a produção agrícola, desde 1981, pela Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Territorial de Macapá (UEPAT de Macapá). Dez anos depois, é transformada em Centro de Pesquisa Agroflorestral do Amapá (CPAF Amapá)

Com a criação da Universidade Federal do Amapá (Unifap), começaram a ser executadas pesquisas com olhares mais sociais, políticos, econômicos; bem como criações de Grupos de Pesquisa para esses focos. Embora a incipiência seja evidente, avanços consideráveis foram alcançados pelas construções de monografias de: graduação em Geografia, História e Ciências Sociais; pós-graduação *stricto sensu* oriundos de docentes da Unifap, que escolheram o tema para as suas construções intelectuais, e dos seus orientandos inseridos nos mestrados e doutorados em que atuam, até a criação de mestrados e doutorados na própria instituição.

Retornando ao tema desta subseção, enquanto Território Federal, além da produção de subsistência, iniciaram-se investimentos como parte integrante de uma gênese à produção agrícola para atender ao mercado no novo ente federativo: a Colônia Agrícola do Matapi (1949).

Na década de 1970, outros assentamentos agrícolas no Amapá começaram a ser instalados, estimulados pelo Programa Polamazônia. Contudo, problemas quanto ao acesso a esses assentamentos e à logística de escoamento de seus produtos, corroboraram para o não avanço dos resultados esperados. Quanto à política fundiária, de regulamentação e regularização da terra no Amapá. Muito há para se avançar (Jorge, 2003; Figueira; Devisate;

Kohl, 2022) e com a ampliação dos espaços com restrições de uso de território (unidades de conservação e terras indígenas) no Amapá após a década de 1980 (até a conclusão desta obra, 72% do espaço amapaense possuíam tais restrições), mais complexa ficou a situação sobre a regularização das terras no Amapá.

Conflitos agrários no Amapá ocorreram? Sim! Mas não com as mesmas dimensões e exposições que ocorreram no Sul do Pará; na região do bico do Papagaio, norte de Tocantins; em Rondônia; ou mesmo no oeste paulista. Destaque-se, aqui os sérios trabalhos executados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) expostos nos seus levantamentos de conflitos no campo disponíveis em seu site (<https://cptnacional.org.br/>), bem como em Tavares e Chaves (2019), Lomba e Schweitzer (2022), Lomba e Silva (2022).

Na segunda década do século XXI, o estado do Amapá começa a se inserir no agronegócio para a exportação da Soja. Contudo, o problema da regularização fundiária não tem conseguido avançar desde o seu período enquanto Território Federal.

Em 2016 o Estado do Amapá se insere na “rota de exportação brasileira da soja”. Com a produção oriunda de Mato Grosso pela rodovia BR-163, ligando Cuiabá (MT) a Santarém (PA), passando pelo Município de Itautuba (PA). Mediante a intercambialidade nodal rodovia-porto fluvial, pelos rios Tapajós e Amazonas, esta produção são embarcadas em balsas até o porto de Santana (AP) para exportação (Chelala; Chelala, 2019; 2022; Pires; Chelala; Chelala, 2023). Cerca de 80% das exportações da soja pelo Amapá, vem de Mato Grosso.

A agregação de valor da produção agrícola no Amapá ainda não aconteceu, mesmo com a inserção deste Estado no circuito internacional da soja. Comportamento semelhante à exportação mineral aqui exesistente desde a década de 1950. A lógica de fornecedor de *commodities* permanece e sem industrializá-los.

Quanto à pecuária, especificamente bubalina, esta é usada desde meados do século XIX, na região dos lagos amapaenses, envolvendo os atuais municípios de Amapá, Calçoene, Tartarugalzinho e Pracuúba. Também não se agrega valor a esta atividade, mas tem se percebido e acompanhado o impacto desta cultura no espaço amapaense (Monteiro 2019), pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e pela Embrapa Amapá.

O que se tem percebido neste contexto é que já se passaram sete décadas desde a primeira ocorrência de uma colônia agrícola no Amapá como ente federativo¹². E ainda não se percebeu a instalação de equipamentos industriais para se agregar valor à produção agrícola amapaense.

A intenção da zona franca verde

Porto e Costa (1999) apresentaram que o Amapá poderia se destacar no comércio exterior, seja como um pólo de distribuição de bens industrializados via regime aduaneiro especial (Área de Livre Comércio, Zona de Processamento de Exportação e Zona Franca), seja de matéria-primas para a região do Caribe, se fossem ampliados os investimentos em infra-estrutura e se fossem criadas condições de atração de novas empresas (fiscais, creditícias e de mercado).

Efetivamente, investimentos ocorreram no Amapá, nesse primeiro quartil do século XXI, seja na ampliação do sistema portuário de Santana (Sardinha, 2022), aeroportuária, na duplicação da rodovia Duca Serra, ampliação da pavimentação do trecho norte

¹² A primeira colônia agrícola existente no Município do Amapá é de 1922, a Colônia Agrícola de Clevelândia. Hoje, Clevelândia do Norte é um distrito do Município do Oiapoque, onde se encontra uma base militar do Exército. Sobre o assunto, vide Romani (2003).

da BR-156, seja na construção e liberação da ponte binacional Brasil-França. Como também, investimentos não foram efetivados, a exemplo da passagem dos 10 anos do tombamento do Porto da Icomi (2003) e a sua não reconstrução.

Porto e Costa (1999) também interpretaram que, naquele momento da elaboração da obra acadêmica, que o caso amapaense passaria por 3 etapas: Comércio varejista (em execução à época); Comércio atacadista¹³ e; industrialização. Passados 25 anos da obra desses autores, percebe-se o acerto nas expectativas lançadas, principalmente no contexto de um regime aduaneiro industrial, mesmo que seja em um avanço parcial, mas a criação de uma Zona Franca, verde, está formalmente criada, mesmo que seja em forma de *decretização do desenvolvimento*. Neste rumo, sobre o regime aduaneiro industrial, as expectativas indicadas foram:

a) *Zona Franca de Macapá.*

Segundo Porto (2003), a primeira indicação para ser instalada uma Zona Franca no Amapá foi sugerida pelo ex-Deputado Federal Giovane Borges (PDS) no Projeto de Lei nº 1.009, de 12/0511983 (Borges, 1983, p. 53-61), previa: a possibilidade de instalação de indústrias em qualquer grau em Macapá, aproveitando a infra-estrutura do Distrito Industrial de Santana,

¹³ Azevedo (2010, p. 146), assim expressa sobre assim expõe sobre o comércio atacadista: *estabelecimentos que interligam os produtores ao varejo, criando redes de distribuição que facilitam a chegada dos produtos aos mais distantes mercados, estes têm contribuído para o desenvolvimento econômico regional também com empregos, renda e tributos. Porém, outro tipo de contribuição deve ser analisado. É a capacidade das empresas do setor de proporcionar aos consumidores das regiões periféricas a possibilidade de consumo de produtos modernos e atualizados, tal e qual os consumidos nos principais centros desenvolvidos do país. A expansão do segmento atacadista/distribuidor na direção do interior do estado, além de caracterizar um modelo em rede de distribuição, tem efeitos na melhoria da qualidade do consumo dos indivíduos localizados naquelas cidades.*

criado no início da década de 1980; recebendo os incentivos fiscais ao modelo da ZFM; e a criação da autarquia Superintendência da Zona Franca de Macapá (SUFRAPA), sob a qual seria administrada, possuidora de personalidade jurídica e patrimônio próprios, com autonomia financeira e administrativa, com sede e foro em Macapá e vinculada ao Ministério do Interior e comercializando produtos importados.

Tal Projeto, no entanto, não foi aprovado pela Câmara dos Deputados, devido aos seguintes fatores: a reduzida influência política que o então Território possuía no contexto das discussões em Brasília e porque feria os interesses da ZFM. Outra sugestão, que não foi aprovada, foi relatada por Toledo (1997), quando o Governo Federal propôs, em 1997, a criação de uma Zona Franca no Amapá (abrangendo Macapá e Santana), que seria uma Zona Franca às avessas, onde produtos seriam fabricados no Estado e embarcados semi-prontos para a Guiana Francesa, finalizados e vendidos com o selo "*made in France*" para a União Européia. Em 1999, o Senador José Sarney (PMDB-AP), em discurso no dia 17/8, incluiu na pauta de votação da Comissão de Assuntos Econômicos a proposta de criação de uma ZF em Macapá.

Segundo Porto (*op. cit.*), esta proposta foi obstruída pelo Senador Jefferson Péres (PDT-AM), por entender que esta criação coloca em perigo a sobrevivência da ZFM. O que se verifica nesta situação é a inserção do Estado do Amapá na guerra fiscal com o Amazonas e a resistência dos representantes deste último, por perceberem a vantagem da posição geográfica amapaense, como também do prestígio político atribuído ao ex-Presidente e Senador pelo Amapá.

A outra proposta para se implantar uma ZF no Amapá foi indicada pelo Projeto de Lei nº 2.912, de 2000, do Deputado Benedito Dias (PPB/AP). Segundo este projeto, esta ZF sucederia a ALCMS; a entrada de mercadorias estrangeiras seria feita com a

suspensão do II e do IPI, que seria convertida em isenção e benefícios, por um prazo de vinte e cinco anos, quando forem destinadas ao consumo e vendas internas na ZF; haveria beneficiamento de matérias-primas; seria feita a estocagem para comercialização no mercado externo; haveria industrialização de produtos em seu território; e seria administrada pela SUFRAMA, como já ocorre com a ALCMS. Quanto às empresas já instaladas, estariam assegurados os benefícios a que já faziam jus, bem como aqueles decorrentes do tratamento instituído por esta Lei.

b) *Zona Franca Verde de Macapá.*

A Zona Franca Verde (ZFV) é um novo incentivo fiscal (Isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI), concedido pelo Governo Federal, para produção industrial nas Áreas de Livre Comércio principalmente de matéria-prima de origem regional. Se comportando como um marco regulatório estratégico para a área de atuação da Suframa, com reflexos positivos no incremento da indústria de transformação, e que repercutirá na maior união entre os Estados amazônicos envolvidos, em prol da defesa dos interesses regionais (Fonte: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/zfv>).

Segundo Gouveia (2016), ZFV diz respeito à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, concedido pelo Governo Federal, para os produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio com preponderância de matéria-prima de origem regional. O incentivo é concedido ao produto, e não à empresa como um todo, devido à natureza dos requisitos legais, a serem avaliados individualmente para cada processo produtivo. Assim, a aplicação do incentivo da ZFV está limitada aos produtos que sofrem o processo de industrialização nos limites geográficos das Áreas de Livre Comércio.

Sobre a procedência da matéria prima, Gouveia (*op. cit.*, p. 13) assim expressa:

(...) é estabelecido que basta que o processo de extração, coleta, cultivo ou criação animal seja realizada dentro dos limites legais da Amazônia Ocidental, constituída pelos Estado do Acre, Estado do Amazonas, Estado de Rondônia e Estado de Roraima, ou nos limites do Estado do Amapá, exceto as ALCs de Roraima, que não preveem a procedência do Estado do Amapá como válida para constituir matéria-prima de origem regional. O quadro abaixo ilustra as áreas de procedência válida por ALC.

Este Regime Aduaneiro Especial (RAE) é resultado do projeto de Lei nº 2105/2007, sancionada pela Lei nº 11.898/2009, e regulamentada pelo Decreto nº 8.597, de 18 de dezembro de 2015, a Zona Franca Verde é um instrumento voltado para o desenvolvimento econômico regional e fortalecimento das Áreas de Livre Comércio e se encontra sob as diretrizes administrativas da Suframa.

A Zona Franca Verde de Macapá e Santana (ZFVMS) teve por sete anos tramitando no Congresso Nacional até a sua criação em 2015. Segundo Feijão (2019, p. 40), este RAE *é um projeto gerador de uma perspectiva que visa pela primeira vez o desenvolvimento da indústria de insumos regionais, projeto que não foi contemplado pela ALCMS*. Sua área de atuação de investimentos serão nos limites municipais de Macapá e Santana.

Segundo Chelala e Chelala (2020, p. 178),

A ZFVMS possui uma localização geográfica privilegiada, e isso seguramente a distingue das demais Zonas Francas Verdes criadas, principalmente sob o aspecto de atração de investimentos. A facilidade de escoamento da produção é uma variável que repercute

significativamente na redução dos custos logísticos e tornam os empreendimentos viáveis.

A utilização da matéria-prima regional, conforme definida legalmente poderá representar uma restrição para a ZFVMS, posto que não será possível utilizar a matéria-prima originária do Pará, e os dois Estados possuem um intenso fluxo comercial, muitas vezes não capturado pela economia formal. Os rios compartilhados entre o Pará e o Amapá transportam mercadorias para diversas localidades da região, como frutas, farinha, castanhas, essências, raízes, peixes, carnes e madeiras, dentre outras, que garantem o abastecimento desse subsistema regional. Esta é uma histórica característica das trocas comerciais existentes na região da foz do rio Amazonas, incompreendida pela burocracia administrativa que instituiu tais restrições.

Pelos critérios adotados para o funcionamento do processo produtivo na ZFVMS, será estimulada a bioeconomia. Não serão favorecidos os empreendimentos tecnológicos, com maiores possibilidades de agregação de valor ao produto, a exemplo de instalação de indústria automobilística. Dois projetos industriais deram início às suas atuações no espaço de amapaense, ei-los: a *Verçosa Alimentos*, uma fábrica de rações, e a *Q-Sabor*, tradicional sorveteria amapaense.

A chegada das privatizações, ou seriam desestatizações, no Amapá?

As intenções e movimentações políticas e econômicas para se privatizar as empresas estatais no cenário mundial foram intensificadas após a década de 1980. A origem para este movimento foi decorrente da não ocorrência do Consenso de Washington de 1979, quando houve o aumento dos juros da dívida

externa pelos EUA, em sua retomada da hegemonia norte americana (Tavares, 1997).

Sob as diretrizes das políticas capitaneadas pelos EUA e Inglaterra, na década de 1980 foram estimuladas ações neoliberalistas que atingiu a economia e comportamentos econômicos mundiais. E, para que pudessem serem pagas as altas taxas de juros das dívidas externas dos países, uma das alternativas foi o estímulo às privatizações de empresas estatais, a exemplo do que ocorreu no Brasil.

No caso brasileiro, os estudos de Aloysio Biondi (2001; 2003a; 2003b) estimularam várias dissertações e teses ao serem analisadas quais foram os impactos, como foram os impactos, como foram construídos os discursos para se estimular a crença que “privatizar é a solução”¹⁴.

*Privatizar*¹⁵, com o passar do tempo, tornou-se uma expressão não apropriada nos discursos daqueles que defendiam este processo de aquisição das empresas estatais, uma vez que defendiam a retirada do poder e influências do Estado nos investimentos e financiamentos em setores da economia. Ou seja, visava o grande negócio que os setores ofereciam. Estimulava o neoliberalismo, a expansão de empresas de impacto internacionais adquirindo empreendimentos em países com dificuldades para pagar a dívida externa. E sem investimentos do Estado, a estratégia

¹⁴ Vide, também: Avelino (1998); Miranda (2022) .

¹⁵ Segundo Sandroni (1994, p. 284-285), privatização é a *aquisição ou incorporação de uma companhia ou empresa pública por uma privada*, que ocorre na maioria das vezes quando: 1) *ela passa a apresentar lucros a curto ou médio prazo, após a maturação do investimento privado feito pelo Estado, tornando-se então um empreendimento atraente para a empresa privada*; 2) *após o trabalho saneador do Estado, quando se trata de uma empresa falida absorvida pelo poder público*.

adotada para facilitar o grande negócio, foi a de usar o sucateamento daqueles empreendimentos.

Assim ocorreu na educação, saúde, segurança, infraestrutura, dentre outros, aliado aos discursos da inoperância do Estado iniciado na década de 1980 e ampliado nas décadas posteriores, a nova expressão cunhada para substituir a de *privatização*, foi a de *desestatização*¹⁶, indicando uma outra maneira para se expor a diretriz neoliberalista. Ou seja, é uma outra maneira de se privatizar sem se apresentar como tal. Os investimentos privados irão arrumar a

¹⁶ Segundo o a Lei 9.491/1997, em seu art. 1º, § 1º ao criar o Plano Nacional de Desestatização, considera-se *desestatização*: a) a alienação, pela União, de direitos que lhe assegurem, diretamente ou através de outras controladas, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; b) a transferência, para a iniciativa privada, da execução de serviços públicos explorados pela União, diretamente ou através de entidades controladas, bem como daqueles de sua responsabilidade; c) a transferência ou outorga de direitos sobre bens móveis e imóveis da União, nos termos desta Lei.

Em seu art. 4º, as desestatizações serão executadas mediante as seguintes modalidades operacionais:

I - alienação de participação societária, inclusive de controle acionário, preferencialmente mediante a pulverização de ações;

II - abertura de capital;

III - aumento de capital, com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de subscrição;

IV - alienação, arrendamento, locação, comodato ou cessão de bens e instalações;

V - dissolução de sociedades ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de seus ativos;

VI - concessão, permissão ou autorização de serviços públicos;

VII - aforamento, remição de foro, permuta, cessão, concessão de direito real de uso resolúvel e alienação mediante venda de bens imóveis de domínio da União.

inoperância do Estado, assim se expressava. Mas não disseram que o sucateamento dos investimentos públicos foi provocado e estimulado, fazia parte do projeto de internacionalização da economia brasileira, retirando de seu domínio, as suas potencialidades mais interessantes ao grande negócio. Mas, não disseram que o valor da conta a ser paga, seria feita pelo consumidor.

Houve avanços? Sim, ocorream! Mas quando havia algum problema de maior monta a ser resolvido, era o Estado quem resolvia, a exemplo do que ocorreu no evento do apagão elétrico amapaense (Vide Porto; Tostes; Gomes, 2021).

Quarenta anos após o início deste processo no Brasil, o fenômeno chega ao Amapá. O primeiro com o Banco do Estado do Amapá (Banap); o segundo com a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e; a terceira a Companhia de Água e Saneamento do Amapá (Caesa).

Banco do Estado do Amapá (Banap)

Embora o caso Banap não possa ser considerado como privatização e/ou desestatização,

Segundo Rodrigues (2017), Banco do Estado do Amapá (Banap) teve suas atividades financeiras exercidas no período de 1993-2001. Em 1997, segundo o autor, “por tentativa de fraude no mercado financeiro internacional, a instituição entrou em liquidação extrajudicial pelo Banco Central”.

Em seu lugar, um outro modelo de agência de fomento assume as diretrizes de apoio aos financiamentos ao micro e pequeno empreendedor, urbano ou rural, formal ou informal, com estímulo a política de geração de emprego e renda, principalmente na população de menor renda: a Agência de Fomento do Amapá

(1997) (Fonte: <https://www.afap.ap.gov.br/pagina/quem-somos>).

A integração do sistema elétrico e a privatização

Segundo Porto (2002), as primeiras ações voltadas para o setor energético no então Território Federal do Amapá, remonta à década de 1950, na instalação de termoeletricas para atender o processo de extração manganésifera e na criação Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), pela Lei nº 2.740/1956. Na década de 1970, o sistema energético amapaense obteve um reforço com a produção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Coaracy Nunes, inicialmente denominada de UHE do Paredão, no Rio Araguari, como um sistema isolado. O sistema amapaense de energia permaneceu com esta configuração até 2015, quando foi inserido ao Sistema Integrado Nacional (SIN) energético brasileiro quando foi interligado pelo Linhão de Tucuruí¹⁷.

Porto (2021b), ao resgatar os novos usos e função do sistema energético amazônico no cenário brasileiro, decorrente da construção de novas usinas hidrelétricas em seu território, suas conexões ao Sistema Integrado Nacional (SIN) elétrico, a construção do linhão de Tucuruí, conectando o sistema energético isolado amapaense (2012), percebeu que a região amazônica (com 31 novas UHEs) e, também o Amapá (Com 4 UHEs), passaram a exportar energia elétrica para outros subsistemas regionais, inserindo esta região em um novo panorama: Produtora de energia elétrica. Assim, a Amazônia se

¹⁷ Para maiores detalhes sobre a questão energética no Amapá, vide: Santos Filho (2010); Campos (2015); Corrêa; Porto (2017); Viana (2017); Corrêa (2018); Corrêa; Porto (2020); Correa; Porto; Lomba (2020); Porto (2021); Porto; Superti; Bentes (2021).

apresenta como a nova fronteira elétrica na brasileira (Porto; Superti; Bentes, 2021).

Porto (2021b) relata, também, que o sistema elétrico amapaense é composto por dois grupos: os sistemas isolados e o sistema interligado. O isolado se localiza no município de Oiapoque; o integrado, envolve os demais municípios amapaenses conectados e articulados ao SIN, pelo subsistema Norte-Interligado Este subsistema foi ampliado em 1998 e é, em sua grande maioria, mantido pela energia gerada da UHE Tucuruí.

Uma primeira referência sobre o uso de energia elétrica no que é hoje conhecido com Estado do Amapá é exposto na obra de Barreto (2000), ao resgatar a história da base aérea norte americana no município do Amapá, antes da criação do Território Federal e de sua indicação como capital do ente federativo. A autora identifica serviços e usos de equipamentos que somente funcionariam mediante o uso de eletricidade.

Contudo, muitas dinâmicas territoriais foram alteradas quando a base aérea foi desativada com o término da 2ª Guerra e, principalmente, quando a capital do Território Federal foi transferida para Macapá, 250 km mais ao Sul da sede do Município do Amapá. Assim, Macapá assume as diretrizes das dinâmicas, das políticas e dos investimentos territoriais a partir de 1944.

O início do setor energético amapaense inicia na minuta do contrato para a exploração do manganês pela Icomi (Decreto nº 24.156/1947, cláusula 43ª e que foi mantida na revisão contratual com a empresa (Decreto nº 28.162/1950, cláusula 38); promoveu-se, também, um estudo para o aproveitamento da força hidráulica do rio Araguari, para geração de energia cujas condições legais foram explícitas pelo Decreto nº 35.701/1954; pela criação a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) (Lei nº 2.740, de 2 de maio de

1956); o início da produção de energia pela o Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (UHCN) (1976).

Efetivamente, a instalação desta UHE é condição fundamental para as mudanças de uso tecnológico no Amapá, sendo alterado, somente em 2012 com a conexão do linhão de Tucuruí ao sistema elétrico amapaense. Após 2014, com as construções das UHE de Ferreira Gomes, Cachoeira Caldeirão (ambas no rio Araguari) e Santo Antônio (no rio Jari) interligação foi ampliada a produção energética amapaense, mas visando atender a o consumo da industrialização e urbanização nacional.

Efetivamente, a integração do sistema elétrico amapaense, isolado até o segundo decênio do século XXI, é uma articulação tardia em seu processo de integração ao sistema nacional. Tal situação somente ocorreu mediante às ações de grupos privados que vem investiram nesta integração técnica em sistemas de engenharia de conexão física pelo linhão de Tucuruí, quatro décadas após o início das atividades da UHCN.

A perspectiva de exportar energia elétrica corroborou para diversificar as características do Amapá como espaço geoestratégico. O que outrora possuía uma importância geopolítica no contexto de relações internacionais por ser um espaço fronteiro; que possui sua participação na economia-mundo no que diz respeito às suas exportações minerais e alimentícias; apresenta uma configuração espacial com amplos *espaços de restrição* pela instalação de áreas protegidas e terras indígenas, estimulando discussões sobre a inserção do Amapá na ecologia-mundo; agora, uma nova função regional da margem esquerda do rio Amazonas se insere: a geração, produção e fornecimento energéticos extraregional. Onde a integração entre a margem esquerda com a margem direita do rio Amazonas não ocorre por uma ponte rodoviária, mas por torres e um linhão de transferência energética.

Em novembro de 2020 ocorreu um sinistro em um dos transformadores do sistema elétrico amapaense, que perdurou por 21 dias, evento este denominado de “apagão energético amapaense”¹⁸. Por mais que o sistema distributivo estivesse sob a iniciativa privada, quem resolveu o problema foi a ação pública, pela Eletronorte. Sete meses depois do sinistro, a Companhia de Eletricidade do Amapá foi privatizada em junho de 2021, adquirida pela empresa Equatorial Participações e Investimentos com um contrato de concessão por 35 anos.

Para melhor entender este comportamento, quatro fases para a produção e integração energética amapaense podem ser identificadas, e elas são: A fase CEA (1947-1976); CEA/Eletronorte (1976-2012); Integração energética (após 2012-2021) e; a fase privatização (Pós-2021).

A CEA, então, foi vendida à Equatorial Participações S.A., representada pela corretora XP Investimentos. Tal negociação ocorreu por via de leilão realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 21 de junho de 2021, concedendo-lhe a distribuição de energia elétrica no Estado pelos próximos 30 anos. O grupo vitorioso pagou o valor simbólico de R\$ 50 mil pelas ações da CEA e assumiu o compromisso na partida de realização de aporte de R\$ 400 milhões na empresa e de pagamento de dívidas na ordem de R\$ 1,1 bilhão. Os investimentos totais devem alcançar R\$ 2,4 bilhões em 30 anos, sendo R\$ 480 milhões nos cinco primeiros anos (BNDES, 2021).

¹⁸ Para maiores detalhes sobre o apagão energético amapaense, vide: Porto; Tostes; Gomes (2021); Porto; Superti; Bentes (2021).

A privatização da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa)

A existência e o acesso ao saneamento são dois dos principais setores para a qualidade de vida de uma sociedade. Pois, além das questões higiênicas, afeta diretamente as condições de saúde dos seus habitantes. À medida que a sociedade vai se tornando mais complexa, com uma condição urbana em evolução, alcançando uma condição urbano-metropolitana e posteriormente megalopolitana, outros investimentos se tornam necessário.

Para o caso do Estado do Amapá, os trabalhos de Jennefer Lavor Bentes (2023) são fundamentais para se entender este setor. Pois, além de ser os primeiros a serem elaborados para este ente federativo, apresenta a sua evolução e construção histórica e política sobre o saneamento público amapaense.

Para Bentes e Superti (2023), as escolhas políticas dos governos, a atuação das instituições públicas e privadas e as pressões e interesses da sociedade amapaense e brasileira levaram a construção de um cenário de grande desafio no setor de saneamento básico no Amapá, em seus oitenta anos de existência como ente federativo

As subordinações governamentais e institucionais amapaenses às políticas públicas, decorrente de seu elevado grau de dependência ao poder central brasileiro são características básicas para a existência e elaboração de políticas territoriais neste ex-Território Federal (Porto, 2023c).

Bentes e Superti (*Op. cit.*) ao analisarem a política pública com ênfase ao saneamento amapaense, apresentam a seguinte periodização reflexiva: a) raízes das políticas públicas de saneamento básico (XVIII - 1943); b) as políticas sanitárias e as “*company towns*” (1955 - 1997); c) as políticas sanitárias do golpe militar à estadualização (1964 - 1988) e; d) a estadualização e a desestatização no Amapá (1988 - 2023).

Com esta configuração, as autoras constroem o que denominaram de arquitetura das instituições governamentais amapaenses, em seus oitenta anos de existência, desde como Território Federal. A precariedade é bem evidente nas análises das autoras e na tese doutoral de Bentes (2023), quando apresenta os indicadores amapaenses. Assim, mediante às informações históricas, à precariedade e ao sucateamento do setor de saneamento, a sua privatização chegou ao Amapá.

Após constantes debates ocorridos entre Jennefer Lavor, Eliane Superti e Jadson Porto, elaborou-se para reflexões futuras a seguinte periodização quanto ao comportamento histórico do setor de saneamento básico no Amapá (Bentes; Superti, 2023, p. 71-72): Gênese, ocupação e organização territorial (1758-1938); Raízes do Saneamento Básico no Amapá (1938-1969); Avanços e limitações do saneamento no Amapá (1969-2020) e; Desestatização (Pós-2020). Ressaltam, também, que inexistem um Plano de Saneamento metropolitano.

A Caesa foi privatizada no modelo de concessão (Semelhante ao caso da CEA) por 35 anos, por R\$ 930 milhões, na bolsa de Valores de São Paulo, ao Consórcio Marco Zero, cuja empresa que adquiriu a CEA (Equatorial Energia) é detentora de 80% da participação no Grupo (Costa, 2021).

O que chama atenção no grande negócio da privatização dos serviços de energia e saneamento amapaenses é a mesma empresa como vencedora. A diversificação de investimentos pela mesma empresa é uma artimanha que o capital exerce e não é algo novo no Amapá. Além dos investimentos de personalidades imponentes da economia local que possuem suas diversificações, há o caso do Grupo Caemi que também exerceu tal comportamento ao longo da história econômica amapaense, ao atuarem nas atividades da Icomi, Brumasa, Amcel e do Complexo Industrial do Jari.

OUTRAS DINÂMICAS INSTITUCIONAIS PARA NOVOS USOS DO TERRITÓRIO AMAPAENSE

O repensar sobre as dinâmicas institucionais e as suas participações nos novos usos do território implica em percebê-las enquanto institucionalidades per si, temporalidades, espacialidade e territorialidades.

Enquanto institucionalidade, a sua gênese encontra-se na criação dos municípios que formaram o Território Federal; em seguida, na criação deste ente e de seus órgãos administrativos e legislativos; na criação de novos municípios; na instalação de órgãos com responsabilidades de gestões territoriais distintas a de um ente federativo (ICMbio; Funai; Incra; DNIT; Defesa - Faixa de fronteira); criação de territórios institucionalizados com gestão espacial distintas de um ente federativo (Município, Estado e/ou Território Federal), no formato de áreas protegidas ambientais e terras indígenas, ocupando múltiplos territórios municipais.

Enquanto temporalidade, cada dinâmica institucional é reflexo de um contexto histórico de suas instalações. Enquanto espacialidade, refere-se às materializações das gestões das institucionalidades em suas ações de vivificações e vitalizações ali estabelecidas. Enquanto territorialidade, diz respeito às responsabilidades que cada instituição exerce em espaços juridicamente delimitados em um Estado também juridicamente delimitado; em suas relações de gestão; em suas relações de poder e; de regulamentação do uso do território.

Por ser um Estado de fronteira, em 80 anos de existência como ente federativo, a institucionalidade territorial amapaense é complexa devido: ao convívio e pactuações que as instituições ali estabelecidas devem atuar em solidariedade em sua gestão territorial; à sua localização na faixa de fronteira, indicando que sua autonomia não é tão flexível; à sua recente estadualização; e à sua gradativa ampliação e diversificação de atividades econômicas que necessitam de regulamentação do território a ser usado, a exemplo da regularização das terras para o agronegócio, ao domínio do solo urbano de seus municípios e às relações transfronteiriças com a Guiana Francesa, representante da União Europeia na América do Sul, com controles aduaneiros mais presentes, embora não se tenha perdido a condição da porosidade da fronteira.

OS ENSAIOS DA TRANSFRONTEIRIZAÇÃO

As questões transfronteiriças amapaenses são recentes em suas manifestações. Efetivamente a delimitação diplomática foi definida em 1900, com o Laudo Suiço; sua efetividade demarcatória somente na década de 1960; suas ações mais formais somente a partir da assinatura do Acordo Quadro Brasil-França, em 1996 e; seu maior dinamismo ensaiados com a liberação de fluxo e fluidez da ponte internacional sobre o rio Oiapoque (2017)¹⁹.

Porto e Superti (2018), ao analisarem os Territórios Federais e as suas contribuições para ocuparem a fronteira, interpretaram

¹⁹ Muito material tem se discutido sobre aproximação, articulação, interação espacial com a fronteira da Amazônia Setentrional, em especial com a Guiana Fronteira, dentre eles testam-se: Porto (2020a, 2020c); Porto e Superti (2020, 2021, 2022); Santos e Porto (2013); Silva (2013, 2023c).

que a fronteira deixou de ser ocupada, para ser *vivificada*²⁰. Neste rumo, a *vivificação* se materializava com a *vitalização*, conjunta e indissociável, porém com tempos de execuções e regulamentações distintos.

Adota-se, aqui, a perspectiva de Porto e Superti (2022a), ao entenderem que as expressões de *vivificação* e *vitalização* ajudam a explicar a institucionalidade e a espacialidade quanto ao uso do território. Enquanto o primeiro, *vivificar*, diz respeito ao estímulo das políticas públicas na conformação do território; o segundo, *vitalizar*, expressa o uso do território em si, seja em ações formais ou informais, expressando seu uso econômico, político cultural; são contínuos, inter-relacionados e com tempos distintos de execução; ambos são resultantes de suas temporalidades, logo são constantemente recompostas, revistas e reinventadas.

Considerando, também, que dentre as várias materializações da *vivificação* e *vitalização* do espaço amapaense (Porto; Superti, 2022a), a transfronteirização é uma dessas materializações, também. Pois atos e ações transfronteiriços tem *vivificado* a fronteira, ao passo que *vitalizações* estimulam o seu uso e sua ocupação.

Por ser um comportamento muito recente, Santos e Porto (2013) ao identificarem os *efeitos barreira* e os *efeitos-cooperação* ocorridos na fronteira amapaense, percebem que o que havia eram *ensaios de cooperação*. A ponte internacional sobre o rio Oiapoque, ainda não havia sido liberada. Passados 10 anos, mesmo com a ponte liberada para atravessar, mas ainda seguindo todos os protocolos de controle (Exigência do Visa, por exemplo) de entrada de brasileiros na Guiana

²⁰ Esses autores resgatam a compreensão exposta por Reis (1949, p. 123), quando advertia sobre os perigos advindos do abandono em que se achavam aquelas regiões, sugerindo, então, que fossem criadas políticas para que “procedesse a recuperação humana, cultural e econômica, vivificando-a, vitalizando-a”.

Francesa, os ensaios permanecem. Agora, também, há ensaios e as expectativas para a *interação transfronteiriça* em substituição às *relações fronteiriças*.

Superti, Porto e Oliveira (2020), ao discutirem a *vivificação* da fronteira setentrional entendem que esta é um dos fatores para a consolidação da fronteira. Quando este fator foi materializado, pela *vitalização*, a estimularam-se, também a estadualização e a transfronteirização.

Partindo do pressuposto que a transfronteirização ocorrera somente após a construção da ponte sobre o rio Oiapoque e da agência estação aduaneira, isso ocorreu 117 anos após a assinatura do Laudo Suíço (1900), que definiu efetivamente o rio Oiapoque como fronteira entre Brasil-França; como também, 36 anos após a estadualização amapaense.

Neste sentido, sugere-se a seguinte periodização para se refletir sobre o uso da fronteira: **Velhos usos da fronteira** (até 1995): Origens da condição fronteiriça; **Novos usos da fronteira** (1996 - 2017): da assinatura do acordo quadro (1996) à liberação da ponte binacional (2017); a condição transfronteiriça amapaense; **Novas dinâmicas da fronteira** (2017 - 20??): Da inauguração da ponte binacional a liberação da rodovia pavimentada, ocorrência de ensaios de transfronteirização; **Novos tempos da fronteira**: Após a pavimentação da rodovia concluída.

Quanto à transfronteirização amapaense, dois aspectos devem ser considerados: o primeiro enquanto articulações locais, com fluxo e fluidez de pessoas e mercadorias sem o controle estatal, em uma relação de circuito inferior da economia, embora haja uma atividade econômica entre países. Para Porto (2020a, p. 66),

Ao se adotar o pensamento miltoniano (1996) no que diz respeito ao uso da fronteira como sistemas de objetos que condiciona a forma como se dão as

ações e a condição fronteira como sistema de ações, que leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes; como também há uma idade do lugar como materialidade artificial, que indica a linde amapaense como uma fronteira tardia, entende-se que esta fronteira tardia é decorrente de uma construção externa, onde as ações estimulam os objetos técnicos, formando e transformando os “espaços derivados” miltoniano, da materialidade artificial e que os sistemas de objetos e de normas existentes não são suficientes para atender as novas dinâmicas territoriais, mas que exige a criação de novas normas e estruturas físicas que visam estabelecer critérios para o (des)(re)uso ou o não uso do território; e, também, apresenta-se como um sistema híbrido dos circuitos superior e inferior da economia.

O segundo, diz respeito às relações diplomáticas entre Brasil-França, com todo as exigências normatizadas, questões de soberania, relações com formalidades diplomáticas. Quanto às tais formalidades exigidas, esta se tem comportado muito mais como *ensaios* do que como *efetividades*, embora já tenha ocorrido 12 encontros da Comissão Mista Transfronteira Brasil-França (Silva, 2023).

A pauta da reunião ocorrida em 2023, por exemplo, foi para se tratar da operacionalização do Acordo sobre Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas entre o Brasil e a Guiana Francesa (Brasil, 2023).

Enfim, muito ainda há para avançar na inte(g)ração entre os espaços desses dois países no contexto sul-americano. Ainda não se tem uma integração formalizada diplomaticamente nos mesmos moldes de um Mercosul ou da União Europeia. Embora haja uma integração física, após a liberação da ponte sobre o rio Oiapoque em 2017.

A AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE RESTRIÇÃO, MAS SEM MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Sobre a questão ambiental, três discussões devem ser executadas no Amapá: enquanto espaço de gestão ambiental em suas institucionalidades, espacialidades e territorialidades; enquanto usos e potencialidades estabelecidos em suas espacialidades e; nas expectativas de seus usos em busca do desenvolvimento local.

Por mais que haja unidades de conservação decretadas no Amapá desde enquanto Território Federal sob o controle da União (Figura 4), a ampliação de diversificação desses *espaços de restrição*, unidades de conservação (UC) e terras indígenas (TI), bem como as suas maiores espacialidades, foram estabelecidas enquanto Amapá Estado, ocupando multiplicidades territoriais de municípios. Assim, duas escalas se evidenciam, mas pouco avaliadas.

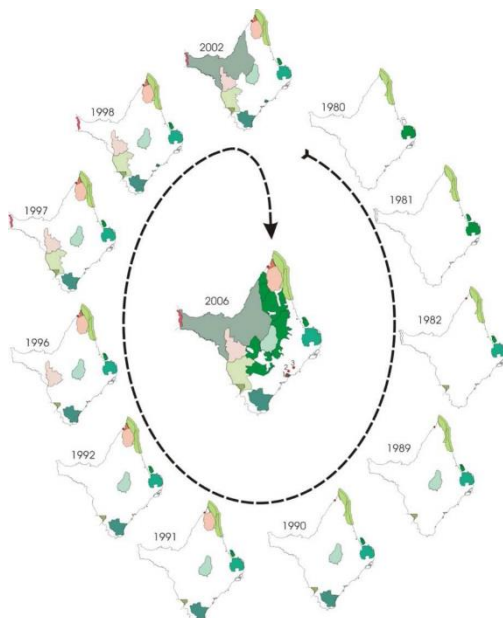


Figura 4: Evolução das unidades de e Terras Indígenas no Amapá
Fonte: Schmidt (2009).

Porto *et. al.* (2007), defendem que no Amapá, no quisito de uso do território, há *espaços de expansão*, que dizem respeito àqueles espaços que o capital poderia usá-los sem as restrições no quisito ambiental que as UC e TI impõem, mas mediante a outros tipos de legislação. Na figura 4 são as espacialidades de coloração branca. Quanto aos *espaços de restrição*, estes seguem as diretrizes legais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em suas diversas categorias de gestão das UC's existentes, e das TI. Na figura 4 são as espacialidades de coloridas.

No Amapá existe todas as categorias indicadas no SNUC, nas institucionalidades federais, estaduais e municipais, totalizando mais de 70% do território amapaense. Se forem inseridos os territórios quilombolas, e terras do Incra, atinge quase 90%. Tal configuração, torna o uso do território amapaense muito complexo, seja pela regularização da terra, seja para acessas os produtos ali estabelecios.

Percebe-se, então, que em 43 anos (1980-2023), o caso amapaense foi gradativamente se formatando como atuação de *espaço de expansão a de restrição*. Para o seu aproveitamento econômico, começou a ser exigido o plano de manejo em unidades de conservação autorizadas pelo SNUC, de todas as UC's no Amapá, a Floresta de Produção do Amapá (Flota), uma UC estadual, em 2014; a Floresta Nacional (Flona), uma UC estadual, em 2022 e; na região do Maracá, Mazagão (2023), área do Incra. Ou seja, o plano de manejo passou a ser inserido como mais um elemento para se buscar o desenvolvimento.

Enquanto espaço de gestão ambiental em suas institucionalidades, espacialidades e territorialidades, não são avaliados os impactos das ocorrências de unidades de conservação e terras indígenas, geralmente terras federais ocupando áreas de dois ou mais municípios, afetando a institucionalidade municipal, na sua gestão e ploíticas territoriais locais. Qual é o papel, as ações

e/ou as funções de um prefeito nessas áreas? Nenhuma! Então, é possível encontrar municípios juridicamente delimitados, mas que não possuem território. São municípios virtuais (Araújo, 2010).

Duas discussões foram muito presentes, em 2002, quando foi instalado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque: a primeira dizia respeito sobre as *medidas compensatórias* que o Estado do Amapá teria por conta a “perda” de quase 25% de seu território. A Pesquisadora Odete Silveira (Iepa), durante a audiência pública, sugeriu o investimento de 20 anos de pesquisa no Amapá como compensação. Passando-se 21 anos, até a conclusão deste livro, nenhuma *medida compensatória* foi oferecida ao Amapá, seja no aspecto científico, social ou qualquer outro tipo de investimento.

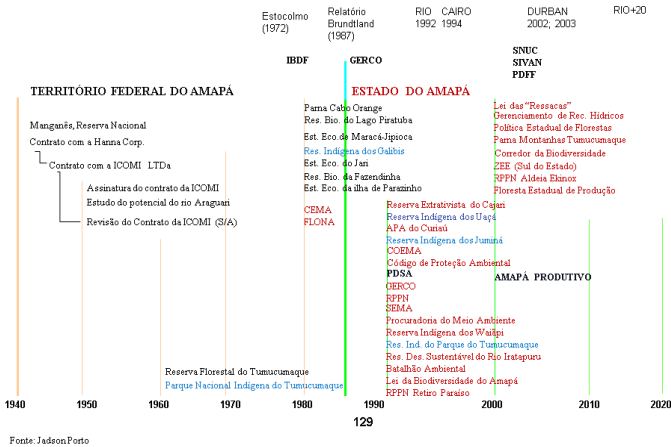
A segunda foi sobre o entorno das unidades de conservação. Àquela época, não existia a Flota, então a somatória das áreas de todas as UC e TI no Amapá, correspondia a 55% do território amapaense. Qual seria a área de entorno ou de amortecimento no Amapá? 10 km? Como intenção de gestão daqueles espaços não inseridos naqueles de *restrição*, propagou-se que a área de entorno das UC no Amapá seria aqueles espaços de *expansão*, ou seja, os 45% restante.

Enquanto usos e potencialidades estabelecidos em suas espacialidades, a diversidade de riquezas ali existentes (minerais, madeiras, não madeiras), se forem inseridas técnicas e tecnologias na agregação de seus valores, elevarão essas potencialidades à enésima potência de seus usos.

Quanto às expectativas de seus usos em busca do desenvolvimento local, muitas vezes as intenções são embasadas em leituras umbilicais. De um lado, o Amapá enquanto condição *estratégico* ao capital (Porto, 2020a), detentor de matérias primas, atrai os interesses externos. Por outro lado, enquanto *periférico*, em que se usufrui toda a sua riqueza, mas sem aproveitá-la, faz com que ele se

comporte ora como *periférico/estratégico* ou como *estratégico/periférico*, dependendo de como o grande negócio é realizado.

No Amapá, já se passaram mais de 40 anos de instalação de *espaços de restrição* do uso do território, criações de legislações ambientais federais, estaduais e municipais (Esquema 1).



Esquema 1 - Gestão ambiental no espaço amapaense.

Neste período, já se passou o primeiro quartil de suas orientações e configurações legalizadas pelo SNUC. Neste período, 10 anos tem-se de atuação de planos de manejos..., não se tem percebido o tal desenvolvimento chegando. Percebe-se, sim, outro dinamismo econômico.

A partir do primeiro decênio do século XXI no Amapá, as gestões territorializadas passaram a possuir outro modelo de organização espacial, mas sem perder a sua territorialidade: a necessidade de *planos de manejos* para a exploração das potencialidades naturais das áreas protegidas.

ÁREA PROTEGIDA	CRIAÇÃO	PLANO DE MANEJO
PARNA Cabo Orange	1980	2010
REBIO Piratuba	1980	2021
Estação ecológica do Jari	1982	2021
Floresta Nacional do Amapá	1989	2016
RDS Iratapuru	1997	2015
RESEX Cajari	1997	2009
PARNA Tumucumaque	2002	2009
Floresta Estadual do Amapá	2006	2014

Quadro 5 - Áreas protegidas e os planos de manejo no Amapá

Ao se observar a temporalidade das criações das áreas protegidas e os planos de manejo expostas no quadro 5 percebe-se que entre 1980 e 2023 são:

- São 43 anos de existência da primeira área protegida (Parna do Cabo Orange) e 13 anos de seu plano de manejo;
- São 14 anos de existência do primeiro plano de manejo (Resex do Cajari) e 26 anos de existência de sua área protegida;
- São 22 anos da maior área protegida do Estado do Amapá (PARNA do Tumucumaque) e 14 anos de seu plano de manejo;
- São 26 anos de existência da área protegida mais dinâmica economicamente, embasada no extrativismo da Castanha do Brasil (RDS Iratapuru) e 8 anos de seu plano de manejo.

Contudo, uma análise sobre essas temporalidades e seus impactos nessas territorialidades, nas comunidades ali estabelecidas e o seu dinamismo econômico, não foram elaboradas.

A CONDIÇÃO URBANO-METROPOLITANA AMAPAENSE

Para Porto (2018), a construção da Região Metropolitana Amapaense (RMA), Estado do Amapá (Brasil) pode ser explicada sob dois entendimentos: *espacialidade* e *institucionalidade*. Enquanto *espacialidade* e enquanto *institucionalidade*. A manifestação espacial da intenção de sua criação tem corroborado para a desconstrução das configurações da *condição urbana* para novas construções de uma configuração *urbano-metropolitana*, articulada com intenções políticas; mas ainda não é construída com políticas territoriais.

Criada pela Lei Complementar nº 21, de 26 de fevereiro de 2003, foi originalmente formada pelos municípios de Macapá e Santana; foi inserido o município de Mazagão, pela Lei Complementar nº 95, de 17 de maio de 2016 e; foi regulamentada pela Lei Complementar nº 112, de 09 de abril de 2018. A RMA (Figura 5) possui uma área de 21.399,46 km², que corresponde 15,02% do território amapaense. Em 2022, sua população foi registrada em 572.475 habitantes, ou seja, 78,02% dos habitantes do Estado do Amapá habitam nesta região; detendo uma densidade demográfica de 26,75 hab/km²; e IDH em 0,672.



Figura 5 - Localização da Região Metropolitana de Macapá, Santana e Mazagão

Fonte: Silva, Tostes; Ferreira (2016).

Acompanhando a interpretação de Firkowski (2013), a autora identifica algumas reflexões que indicam a complexidade de se estudar a temática metropolitana no Brasil. Dois dilemas são destacados em suas reflexões sobre a região metropolitana: como *espacialidade* e como *institucionalidade*.

Enquanto a primeira *significa recuperar o sentido de processo socioespacial inerente ao termo, ou seja, significa reconhecer que existe uma espacialidade na qual o fato metropolitano é predominante e articulador das relações existentes, conformando uma região* (op. cit., p. 38). Tal orientação evidencia na RMA uma nova dinâmica em construção na condição urbana amapaense, inicialmente na expectativa da criação de uma condição urbano-metropolitana, concentrada, conurbada, com dinâmicas

geográfica, econômica, territorial, cultural assentada em uma lógica cada vez menos amazônica

A segunda *significa atribuir ao termo um caráter mais relacionado a uma perspectiva de desenvolvimento regional que urbano-metropolitano. Neste sentido, sua formação não prioriza o processo de metropolização, mas sim o político-institucional, ou seja, sua definição é legalmente atribuída por força de uma lei (op. cit., p. 39)*. A manifestação desta institucionalidade é oriunda de normatizações em sua instituição (ALAP, 2003), expansão (ALAP, 2016), organização, planejamento²¹ e gestão, e regulamentação (ALAP, 2018); é articulada com intenções políticas; mas ainda não é construída com políticas territoriais.

Assim, percebe-se no Estado do Amapá, a partir do reconhecimento institucional da RMA e da nova construção espacial de Macapá, Santana e Mazagão, algo indicado por Lencione (2013) de “*um novo fato urbano de caráter metropolitano*”.

Passados 20 anos de sua existência, inexistente governança na RMA, pois os municípios não se articulam em seus planos diretores uns com os outros. Mazagão, por exemplo não possui plano diretor, embora detenha condição demográfica para tal. Inexistente uma articulação metropolitana nos setores de transporte, segurança, saúde, por exemplo.

Assim, *institucionalidades* e *espacialidades* urbanas foram construídas, onde as institucionalidades intencionam regulamentar as espacialidades, seja para *vivificar* ou *vitalizar* o território (Porto e Superti, 2022), a exemplo de(a) (Porto, 2023b): indicação de município para ser a capital do TFA; criação de novos municípios; criação, expansão e regulamentação da Região Metropolitana

²¹ Sobre planejamento de Macapá e Santana, vários artigos foram escritos pelo Dr. José Alberto Tostes. Dentre eles se destaca Tostes (2006). Nesta obra, o autor expõe e analisa os Planos Diretores elaborados para Macapá e Santana entre 1959-2005.

Amapaense (RMA); criação de órgãos gestores (Prefeituras) ou para se elaborar políticas urbanas (Planos Diretores, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em 2016; do Conselho das Cidades do Estado do Amapá, 2017); há a ocorrência de dois modelos de aglomerados urbanos: um composto por municípios pequenos e; o outro identificada como Região Metropolitana.

Ainda não houve o aprendizado territorial no Amapá sobre este quisito, o metropolitano. Mas ainda permanecemos *em metropolização*, sabe-se lá até quando.

REPENSANDO O ESPAÇO AMAPAENSE, HOVE APRENDIZADO TERRITORIAL?

“A territorialização propõe-se como um processo e pressupõe aprendizagem”. Assim expõe o professor Gilberto Rocha (2016, p. 17). Sobrinho (2016, p. 328), por sua vez, pauta três dimensões para se entender as relações multidimensionais de poder: o autorreconhecimento; o permanente reposicionamento no contexto das inter-relações glbal-local e local-global e; o reconhecimento do território como espaço de conflito e de negociação para sua qualificação. Com isso, “a aprendizagem territorial significa, portanto, a incorporação dessas dimensões mas novas práticas de ação pública e gestão do território advindas das experiências anteriores ocorridas no próprio território”.

Em oitenta anos de existência, o Amapá foi ocupado, descoberto, estudado, acionado mediante aos interesses identificados em suas temporalidades e materializações. O que se tem percebido da linha de conexão entre este aprendizado territorial amapaense, é que a não instalação de empreendimentos para a agregação de valor dos produtos aqui explorados, sendo a mais recente com este comportamento diz respeito à exploração do petróleo no litoral amapaense, em que não há previsão de instalação e uma refinaria no Amapá.

O Amapá aprendeu a ser fornecedor de *commodities* e de suas potencialidades. Sendo que os mais recentes aprendizados dizem respeito a ser produtor de energia elétrica para a urbanização e

industrialização nacional e as expectativas da inserção do Amapá no circuito internacional petrolífero internacional.

Evidenciou-se, então, nestes aprendizados e estudos: potencialidades, usos e desusos do seu território; acionalidades, desacionalidades e reacionalidades do território; desenvolvimento geográficos desiguais e; as desigualdades sociais evidenciadas em diversos indicadores. Neste rumo, em 8 décadas de existência como ente federativo, o Amapá passou por (re)formatações e (re)configurações espaciais, econômicas, institucionais ocorreram em seu território (Quadro 6).

FATORES	MANIFESTAÇÕES
Instalação do Território Federal do Amapá (1943).	Elaboração de novas políticas públicas e ações privadas; execução de investimentos públicos e privados; realização de novos usos, reorganizações, reformatações espaciais; criação de expectativas de novas dinâmicas geoeconômicas nessa linde brasileira; atração migratória.
Articulações internas por via rodoviária.	Criação de novas interações espaciais e conexões com novos espaços, mediante aos novos usos e acessos do território amapaense.
Instalação de grandes projetos (minerai, agrícola, silviculturais e hidrelétricos).	Acesso e produção de potencialidades naturais; articulação de novos interesses econômicos e territoriais; invenção de novos usos do território e de novas dinâmicas aos fenômenos geográficos.
Estadualização amapaense (pós-1991).	Criações de expectativas de desenvolvimento: atração migratória regional e nacional; criações de novas expectativas decorrente das novas dinâmicas geoeconômicas nessa linde brasileira (concursos públicos; criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana; novos investimentos de obras públicas e privadas na região; pavimentação das rodovias BR-156 e BR-210 - porém, até 2021, não haviam sido completadas as obras -; recuperação da economia mineira no oeste amapaense (2004); a construção e liberação da ponte internacional sobre o rio Oiapoque; construções de usinas hidrelétricas nos rios Araguari (Ferreira Gomes e Caldeirão) e Jari (Santo Antônio); intenção da instalação do agronegócio (soja).
Assinatura do Acordo Quadro Brasil-França (1996).	Novos usos da fronteira amapaense: criação de expectativas para a <i>interação transfronteiriça</i> em substituição às <i>relações fronteiriças</i> ; ampliação do porto de Santana (1996); criação de ensaios de cooperação entre Amapá e Guiana Francesa; conexão rodoviária Saint-Georges/Caiena (2004) estabelecida e pavimentada; conclusão da ponte binacional no rio Oiapoque (2011) e sua liberação (2017); envolvimento do Amapá em políticas de integração internacional (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA - e Interreg).
Criação e instalação de unidades de conservação e de terras indígenas.	Criação de espaços com restrições de uso do território capazes de inibir a expansão selvagem do capital; redefinição das políticas de uso, ocupação e de desenvolvimento do espaço amapaense, sem, contudo, inibir o uso das potencialidades de produtos naturais neles encontrados. O uso de planos de manejo como gestão do território.
Recuperação da economia mineira (2004-2013; 2019-?).	Retorno das atividades industriais minerai no oeste amapaense, enfatizando a exploração aurífera industrial em Pedra Branca do Amapari; reinvestimentos na exploração manganêsfera e reuso da infraestrutura ferroviária; tombamento do porto da Icomi e o desacionamento da ferrovia; exploração do ferro e seu transporte rodoviário.
A inserção do Amapá no agronegócio nacional (pós-2016).	Inserção do Amapá no agronegócio da soja, seja como área de expansão de região de plantio agrícola nacional, na sua inserção da rota de escoamento e exportação do grão oriundo de Mato Grosso.
A liberação da ponte binacional Brasil-França (2017).	Intenção de maior interação espacial e transfronteirição entre Brasil-França; intenção de maior articulação e interagibilidade espaciais entre Amapá e Guiana Francesa; ampliação da inversão da fronteira.
Produção e integração ao sistema energético nacional.	A produção e integração energética amapaense, inicialmente como sistema isolado, ao Sistema Elétrico Nacional e a privatização de seus serviços de distribuição.

Quadro 6 - Fatores para (re)formatações e (re)configurações espaciais amapaenses.

Fonte: Porto (2022c), revisto.

Neste rumo, além de aprender, o Amapá também foi muito estudado, seja para os levantamentos de suas potencialidades pelo capital, seja nas dissertações defendidas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Amapá, como também fora do Estado

Até meados da década de 1990, a exploração manganésifera apresentava-se como a principal atividade econômica na balança comercial amapaense e a grande atuação do Estado em investimento público na sua economia. A partir de então, as reflexões sobre este ente federativo passaram a ser repensadas, reinterpretadas, rediscutidas, decorrentes da inserção e diversificação de outras atividades, embora continuem serem exercidas no setor de serviços e de exportação de *commodities*, mas de produtos para além da mineração. Daí a necessidade de se rever o impacto deste novo perfil de produção e intenções de desenvolvimento proferidos.

Entre as releituras, expõe-se aqui, com teor geográfico, a de que o Estado do Amapá se comporta como um “*território estratégico recomposto periférico tardio e institucionalizado*” (Porto, 2020a), constantemente *acionado* pelo capital (Porto, 2021a), à medida que se *implantavam* sistemas de engenharia e ajustes espaciais no espaço amapaense (Porto; Guimarães, 2023).

Assim, gradativamente, em sua temporalidade, este ente federativo passa a manifestar os seguintes comportamentos:

a) *De periférico nacional a estratégico internacional*, o Amapá vem se consolidando: Decorrente da exploração e exploração das *commodities* ali encontradas (minérios, madeira, pescado, açaí) ou estabelecidas, a exemplo da recém atividade do agronegócio sojeiro; ampliação e diversificação da atuação do Amapá na economia-mundo (exportação de *commodities*, instalação da Área de Livre Comércio, Zona Franca Verde; transfronteirização com a Guiana Francesa) e economia-

nacional (extração e envio de óleos naturais para indústria de cosméticos; Inserção da produção energética amapaense ao sistema elétrico brasileiro) e; levantamento identificação de potencialidades para exploração (Petróleo).

b) *De fronteira desconectado a articulado*, vem sendo construído: Materializado pelo avanço e instalação de sistemas de engenharias infraestruturais (Rodovias, pontes, sistemas portuários, ferrovia, aeroportos) para articulações de fluxos e fluidez de pessoas e mercadorias tanto no circuito superior da economia, quanto no inferior²²; lenta e gradual substituição dos efeitos de barreiras econômicas fronteiriças para os, ainda lentos e graduais, ensaios de relações de cooperação econômicas transfronteiriças.

c) *De espaço de expansão a de restrição*, vem se formatando: A inserção de unidades de conservação de diversas categorias e usos de seus territórios e demarcação de terras indígenas e quilombolas, vem exigindo uma série de reflexões sobre: como será o uso, a gestão, o planejamento do uso de seu território, a exemplo das exigências de planos de manejo; os impactos e materializações sócio-ambientais no território; denúncias e ocorrências de conflitos no território.

d) *Da condição fronteira a ensaios transfronteiriços*, vem se construindo: Desde o Acordo Quadro Brasil-França (1996), as relações

²² Segundo Santos (2004) há dois subsistemas nos circuitos da economia: o *superior* e o *inferior*. Enquanto o primeiro “originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior”. Os elementos que constituem este circuito são: Bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores (p. 40). O segundo é “formado de atividades de pequena dimensão e interessado principalmente às populações pobres, é bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região” (p. 22).

diplomáticas entre esses dois países, com foco para as suas fronteiras (Amapá e Guiana Francesa) tem sido alvo de constantes e tentativas de aproximações e reuniões. E mediante às lentas e graduais substituições dos efeitos barreiras diplomáticas e espaciais fronteiriças para os ensaios de intenções de cooperações transfronteiriços, esta linde também ensaia em suas inter(g)rações espaciais.

e) *Vivificações e vitalizações espaciais construídos*, continuam sendo elaborados para estimular novos usos e reconstruir a outras funções de seu território. Políticas e investimentos públicos fora sendo efetivados, a exemplo do envolvimento e acesso de investimentos em programas de habitação (Minha casa, minha vida), exigência de planos de manejo em unidades de conservação e/ou (des)acionalidades espaciais decorrentes das potencialidades identificadas, estabelecidas e exploradas em seu território.

Dentre as releituras executadas, Porto (2022c) sugere que a partir dos novos comportamentos espaciais e territoriais efetuados no Estado do Amapá, tem-se exigido, também, novas abordagens e reflexões outras, tais como: O Amapá enquanto institucionalidade; espacialidade; territorialidade; acionalidade²³; como seu território é usado e a sua inte(g)rabilidade com outros espaços nacionais e globais; a sua função nas economias regional, nacional e global; é um

²³ Porto (2021, p. 365), ao refletir sobre o pensamento de Wilson Cano sobre a Amazônia, assim se posiciona: “Esse *acionamento* permite trazer uma série de reflexões sobre um assunto, pois da mesma forma em que se acionam territórios, desacionam-se também. À medida que a Amazônia vai se tornando cada vez mais articulada para além das conexões fluviais, com a inserção de rodovias *acionando* novos espaços distantes dos rios, a integração física por eixos artificiais (rodovias e ferrovias) corroborou para que novos usos do território amazônico fossem criados. O *acionamento* da Amazônia, então, amplia-se em suas manifestações quanto à sua institucionalidade, espacialidade e interagibilidade. Essa lógica também é pertinente para o caso amapaense?”.

ente federativo fronteiriço, litorâneo, amazônico e estratégico; sua atuação nos contextos das relações entre blocos econômicos (é o único Estado brasileiro representando o Mercosul com a União Europeia, pela Guiana Francesa) e militares (Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN - e Atlântico sul); a sua construção econômica recente na busca de cooperações com a França, a partir da Guiana Francesa; entender a atuação das elites na gestão e uso do território amapaense; economia com grande atuação da magnitude do Estado e; da *decretização do desenvolvimento* (Chelala, 2008).

Ao observar a construção do uso do território amapaense em suas ações econômicas e institucionais, enquanto Território Federal (1943-1988) e na condição de estado brasileiro (pós-1988), até a elaboração deste texto, Porto (2022c) também sugere propostas de reflexões sobre o espaço amapaense (Quadro 7).

PROPOSTAS	CARACTERÍSTICAS
A fronteira amapaense como um circuito conjunto e indissociável da economia.	Configuração transfronteiriça amapaense com um comportamento conjunto e indissociável, ora como um circuito inferior/superior, ora como superior/inferior. Possui uma configuração peculiar em sua relação espacial: a “inversão da fronteira” ²⁴ .
Atualização no conceito de Territórios Federais.	Considerando sua origem institucional, esses entes federativos foram resultados de ações que conduziram à: formação de estruturas que envolveram relações de políticas econômicas; exposição de condições para atender às elites locais; redelimitações de um espaço juridicamente definido; territorializações de suas relações de poder. Os Territórios Federais se configuraram como territórios vivificados tutelados embrionários periféricos recompostos e estratégicos.
Vivificação e vitalização do território.	A criação dos Territórios Federais no Brasil, na década de 1940, teve como um dos seus objetivos a “vivificação e vitalização da fronteira” e estes necessitam de análises mais aprofundadas, seja no enfrentamento de questões fronteiriças (Geopolíticas), defesa nacional (Geografia Política) ou no complexo cenário econômico. As configurações do <i>vivificar</i> e <i>vitalizar</i> são resultados de uma série de ações e fatores que perpassam por (des)construções de políticas territoriais; usos do território; dinâmicas econômicas; políticas territoriais e públicas; estabelecem-se articulações em redes políticas, sociais e econômicas multiescalares.
A ocorrência de “Amapás”.	Ocorrência de diversas regionalizações do espaço amapaense (aspectos ambientais, econômicos, políticas públicas, políticas governamentais, região metropolitana), que expõem um ente federativo multiescalar e plural quanto ao uso de seu território.

Quadro 7 - Propostas de reflexões sobre o espaço amapaense (continua).
Fonte: Porto (2022c).

²⁴ A *inversão da fronteira* no Amapá é decorrente da diferença cambial entre o Euro e o Real, fazendo com que as mobilidades de pessoas para aquisição de produtos sejam mais evidenciadas entre Guianenses franceses em direção ao Brasil. Nas outras fronteiras brasileiras, são os brasileiros que estimulam o comércio transfronteiriços locais.

PROPOSTAS	CARACTERÍSTICAS
Amapá como um grande negócio.	Fornecedor de <i>commodities</i> ; vitrine de produtos industrializados; possui posição estratégica de acordo com as intenções de uso do território e para articulação de redes; é inserido no circuito nacional com fornecedores de energia elétrica; receptor de investimentos públicos para construção e instalação de sistemas de engenharia e ajustes espaciais; e concedente de incentivos fiscais para atração de investimentos; integrante do rol de privatizações (Banco do Estado do Amapá; Centrais Elétricas do Amapá; Aeroporto de Macapá; e Porto de Santana).
As invenções territoriais amapaenses.	Espaços institucionais e regionalizados; a reinvenção de novos usos em novos espaços amapaenses; novas dinâmicas territoriais; espaços de expansão e de restrição; condição urbana; condição urbano-metropolitana; possíveis novos aglomerados urbanos.
Gestão ambiental no Estado do Amapá.	Gênese e gestão dos recursos naturais no espaço amapaense: reserva manganésifera amapaense como Reserva Nacional (Decreto Lei n. 9.858/1946); contrato de exploração do minério (Decreto n. 24.156/1947; Decreto n. 28.162/1950); estudo do aproveitamento da força hidráulica do rio Araguari (Decreto n. 35.701/1954); instalação de terras indígenas; instalação de unidades de conservação; a normatização ambiental pós-1995.
Ensaio de interações transfronteiriças.	Visando criar uma <i>institucionalidade</i> em que se reconhecesse a natureza transfronteiriça da Amazônia, foi elaborado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) em 1978, a fim de se estabelecer infraestrutura física adequada entre os países signatários e integrar seus territórios amazônicos às suas respectivas economias nacionais. Contudo, tanto esse documento quanto a IIRSA não reconhecem a Guiana Francesa como amazônica e como espaço sul-americano. Esse espaço ultramarino francês não é inserido nessas iniciativas de políticas públicas de integração na América do Sul. A articulação da Guiana Francesa em políticas públicas que visassem à integração no norte da América do Sul somente foi efetivada com a proposta de integração regional da União Europeia conhecida como Interreg IV (2007), através do Programa de Operação da Amazônia – PO Amazonie (atualmente, esse Programa chama-se Programme de Coopération Interreg Amazonie – PCIA), 30 anos após a assinatura do TCA, ao intencionar integrar fisicamente Suriname, Guiana Francesa e Brasil (pelos estados do Amapá, Pará e Amazonas). Com isso, o PCIA corrige o vazio a que o TCA e o IIRSA não atendiam.

Quadro 7 - Propostas de reflexões sobre o espaço amapaense (continua).

Fonte: Porto (2022c).

PROPOSTAS	CARACTERÍSTICAS
A condição fronteira amapaense.	<p>Apresenta-se como um <i>sistema de ações</i>, que leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes, sendo ela constantemente (re)inventada. Manifesta-se de duas maneiras: <i>periférico-estratégica</i> e <i>estratégico-periférica</i>.</p> <p>A primeira decorre de ajustes espaciais e da inserção de próteses no território amapaense a partir de sua instalação de ente federativo Amapá, gerando condições para ampliação das suas articulações em redes econômicas nos cenários nacional e internacional.</p> <p>A segunda possui uma relação mais institucionalizada, com acordos internacionais que abordem um espaço relacional entre países desde o período colonial. Esta última se amplia após a criação do Território Federal do Amapá nas articulações com o norte da América do Sul, gerando as expectativas de integração com a Guiana Francesa.</p>
A inversão da fronteira.	<p>A fronteira Brasil-França apresenta três momentos de inversões da fronteira:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A primeira ocorreu como reflexo de políticas e conflitos na Europa se manifestando na organização territorial no período colonial. Percebe-se as consequências de tratados diplomáticos entre França e Holanda no século XVII. 2) Durante a segunda metade do século XIX, ocorre a segunda inversão para maior interação espacial (também visando à expansão territorial) francesa em direção à foz do rio Amazonas. Nesse período ocorreram descobertas de veias auríferas e resgatou-se o questionamento sobre qual seria o rio Vincente Pinzón, o rio Oiapoque ou o rio Araguari. O Laudo Suíço (1900) concedeu parecer favorável ao Brasil, mantendo a fronteira entre Brasil e França no rio Oiapoque. Esse laudo finaliza as disputas limítrofes entre Brasil e França. 3) A terceira, com as expectativas da integração física do Amapá com a região das Guianas, pela ponte sobre o rio Oiapoque, há a perspectiva da mudança do eixo de conectividade da Guiana Francesa do Caribe para usar o sistema portuário de Santana; a invisibilidade fronteira com o vizinho francês é decorrente de uma questão cambial, onde a moeda brasileira (Real) é vizinha à zona do Euro (cujo valor cambial é valorizado em relação ao Real).
Evolução da condição urbana para urbano-metropolitana.	<p>Até 2003, criou-se e construiu-se a <i>condição urbana amapaense</i>. Com o reconhecimento da Região Metropolitana amapaense, envolvendo inicialmente os Municípios de Macapá e Santana (2003); ampliando-a com a inserção do Município de Mazagão (2016) e, regulamentando-a em 2018, uma nova etapa começa a ser escrita na configuração territorial amapaense: <i>a condição urbano-metropolitana</i>.</p>

Quadro 7 - Propostas de reflexões sobre o espaço amapaense (conclusão).

Fonte: Porto (2022c).

Em uma expectativa para melhor entender a temporalidade amapaense, Porto (2022c) sugere algumas periodizações (Quadro 8), a fim de perceber a trajetória das dinâmicas espaciais amapaenses nessas suas oito décadas de existência.

<p>Evolução política dos Territórios Federais no Brasil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centralização (1904-1969). - Descentralização (1969-1991). - Estadualização (pós-1991).
<p>Estudos de interação fronteiriça:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Velhos usos da fronteira (até 1995). - Novos usos da fronteira (1995-2017). - Novas dinâmicas da fronteira (Pós-2017).
<p>Urbanização amapaense:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Da gênese à criação da capital (1678-1943). - Urbanização explosiva (pós-1944): Macapá como capital do Território Federal. <ul style="list-style-type: none"> - Da fragmentação à construção da condição urbana amapaense (1944-2002). - A construção da condição urbano-metropolitana (pós-2003).
<p>Urbanização macapaense:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Da gênese à criação da capital (1678-1943). - Urbanização explosiva (pós-1944). <ul style="list-style-type: none"> - Da fragmentação à construção da condição urbana amapaense (1944-2002). - Formação da condição urbana macapaense (1944-2002). - Expansão urbana, “vilarização” e loteamento da cidade (1990- 2002). - A condição urbano-metropolitana (pós-2003).
<p>Produção e integração energética amapaense:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fase CEA (1947-1976). - Fase CEA/Eletronorte (1976-2012). - Fase de integração energética (2012-2021). - Fase privatização (pós-2021).
<p>Saneamento no Amapá</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gênese, ocupação e organização territorial (1758-1938). - Raízes do saneamento básico no Amapá (1938-1969). - Avanços e limitações do saneamento no Amapá (1969-2021). - Privatização (Pós-2021).

Quadro 8 - Propostas de periodizações sobre o espaço amapaense (Continua).
Fonte: Porto (2022c).

Econômicas:

- Gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974).
- Planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987).
- Estadualização e sustentabilidade econômica (pós-1991).

- Para o oeste amapaense:

- Gênese, estruturação produtiva e construção infraestrutural (1946-1957).
- Consolidação, reestruturação e a institucionalização espacial (1957-1997);
- Desacionamento da fronteira conectada (1997-2004);
- Recuperação e o reuso de um espaço construído (2004-2013);
- Desacionamento e desconexão física fragmentária (pós-2013).

Articulações espaciais internas no Amapá:

- Conexões para exportação mineral (1950-1970).
- Conexões e a condição fronteiriça (1970-1985).
- Conexões meridionais amapaenses (1985-1991).
- Modernizações e a articulações transfronteiriças (pós-1996).
 - Novos investimentos e a construção para transfronteirição (1996-2017).
 - Ocorrência de novos aglomerados urbanos e conexões do agronegócio (pós-2004).

Debates jurídicos sobre a atuação dos territórios no cenário nacional:

- Ignorância do ente federativo (1904-1969): espaço juridicamente delimitado, mas política e juridicamente não regulamentado.
- Regulamentação do ente federativo (pós-1969): influência do Decreto n. 411/1969.
- Estadualização: orientações pelas Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988.

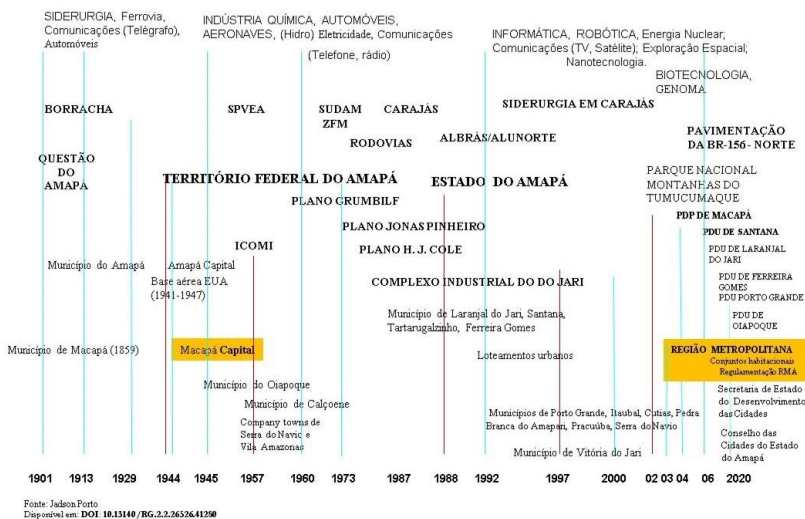
Quadro 8 - Propostas de periodizações sobre o espaço amapaense (Conclusão).
Fonte: Porto (2022c).

Quanto ao repensar à questão urbana amapaense, os fatores que corroboram para a urbanização amapaense e para a construção da sua condição urbano-metropolitana são (Porto, 2018): A ocupação do território amapaense voltada para a defesa da fronteira; a criação do Território Federal do Amapá; a transferência de capital do município do Amapá para Macapá (1944); os investimentos da exploração mineral no espaço amapaense; a implantação de projetos minerais e madeireiros; a implantação de *company towns* (1950); as ações políticas locais em processos eleitorais; criação novos municípios; a estadualização amapaense; a implantação de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Reservas Indígenas); a criação da ALCMS; as expectativas de novos investimentos; a pavimentação da

BR-156; o novo ciclo da mineração na região central amapaense; as expectativas da implantação da Zona Franca Verde; expansão da fronteira agrícola; as obras do Programa de Aceleração do Crescimento; o estímulo ao agronegócio; a instituição da Região Metropolitana Amapaense (2003); a instalação de conjuntos habitacionais com investimentos públicos; a ampliação da Região Metropolitana Amapaense, pela inserção do Município de Mazagão (2016); construção de três UHEs e; a regulamentação da região metropolitana (2018).

Assim, institucionalidades e espacialidades urbanas foram reconstruídas, onde as institucionalidades intencionam regulamentar as espacialidades, seja para *vivificar* ou *vitalizar* o território, a exemplo de(a): A criação do TFA; indicação de município para ser a capital do TFA; criação de novos municípios; criação, expansão e regulamentação da Região Metropolitana Amapaense (RMA); criação de órgãos gestores (Prefeituras) ou para se elaborar políticas urbanas (Planos Diretores, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em 2016; do Conselho das Cidades do Estado do Amapá, (2017)²⁵ (Esquema 2). Neste rumo, há a ocorrência de dois modelos de aglomerados urbanos: um composto por municípios pequenos e o outro identificado como Região Metropolitana.

²⁵ Tais órgãos e as prefeituras integrantes da RMA não a insiriram em seus planejamentos, bem como seus planos diretores não são articulados enquanto região metropolitana e inexistente uma governança e plano diretor metropolitano no Estado do Amapá.



Esquema 2 - Institucionalidades para a urbanização amapaense.

Sobre a condição urbana amapaense, para Porto (2018) uma nova espacialidade foi dinamizada decorrente da transferência de capital do TFA, do Município do Amapá para Macapá (1944), 250 km mais ao Sul. No período entre 1950-2020, a população amapaense concentrou-se em sua nova capital e em seu núcleo urbano vizinho, Santana, e; após a década de 1980, em Laranjal do Jari (Gráfico 1), por influência dos investimentos do Complexo Industrial do Jari entre na bacia hidrográfica do rio Jari, sendo esses dois últimos municipalizados em 1987.

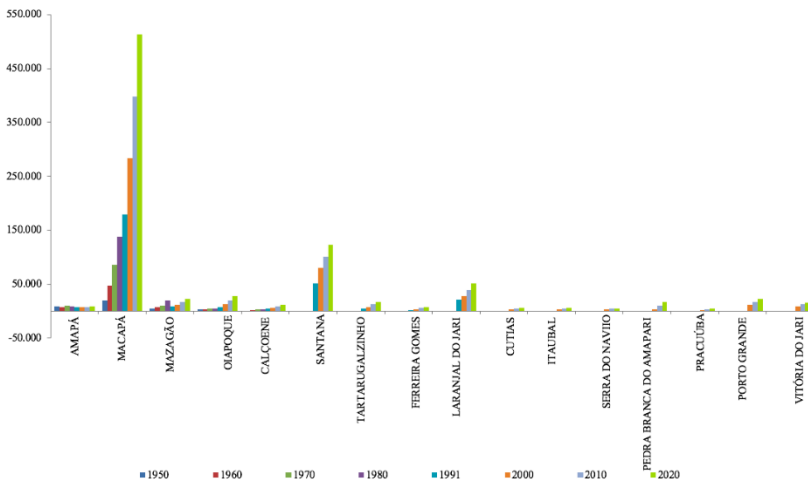


Gráfico 1 - População residente do Estado do Amapá (1950-2020).

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e Estimativa da População 2020.

Quanto aos indicadores demográficos do período entre 1991-2020, indicam dois comportamentos para a aglomeração urbana amapaense: o primeiro se refletindo em cidades pequenas, criando expectativas para novas concentrações urbanas (Gráfico 2) nas BR-156 e 210; e na criação da RMA.

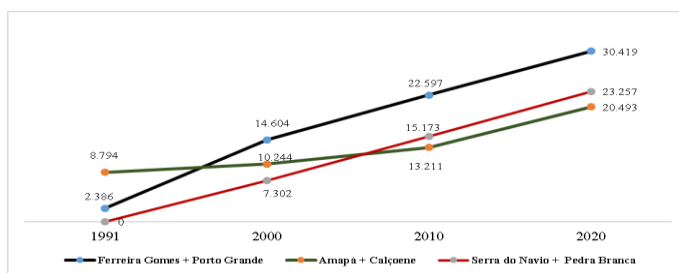


Gráfico 2 - População residente em possíveis novos aglomerados urbanos amapaenses (1990-2020).

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000, 2010 e Estimativa da População 2020.

A construção dessas rodovias gerou novas dinâmicas territoriais locais, por passarem por trechos distantes dos rios, terras-firmes, e gerando vilas e cidades às margens rodoviárias. Como também, corroboraram para a ocorrência de possíveis novos aglomerados urbanos, acompanhando a infraestrutura rodoviária instalada, compostas por cidades pequenas, são elas: Serra do Navio e Pedra Branca; Ferreira Gomes e Porto Grande e; Amapá e Calçoene (Figura 6).

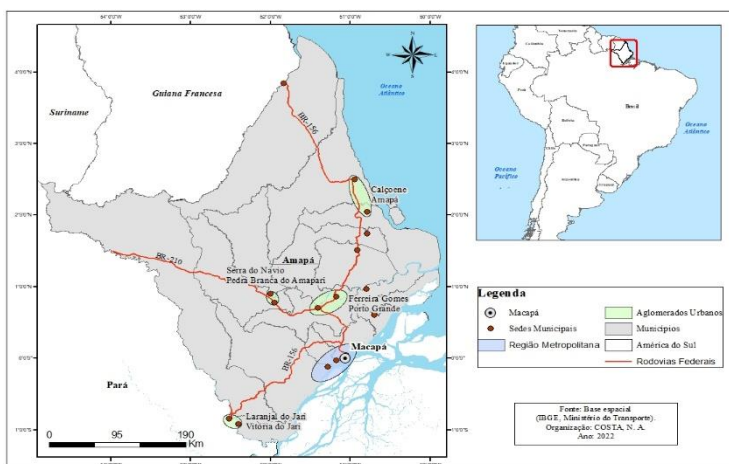


Figura 6 - Possíveis novos aglomerados urbanos amapaenses.

Ainda sobre a urbanização, Porto (2022a) ao resgatar o pensamento de Wilson Cano e organizada por Miranda, Miotto e Araújo (2021), sobre o caso brasileiro, sua construção apresenta quatro fases: Da urbanização suportável à explosiva (1930-1979); bases da urbanização caótica e o neoliberalismo (1980-2002); as

contradições da urbanização caótica (2003-2014) e; a urbanização deplorável e o agravamento da crise (Pós-2015).

Neste rumo, a percepção da urbanização amapaense para Porto (2022a) possui a seguinte periodização (Quadro 9):

FASES	MANIFESTAÇÕES
Da gênese à criação da capital (1678-1943)	Criação de vilas (Macapá, Amapá); Construção da Fortaleza de São José; Criação das cidades de Mazagão, Macapá e Amapá; Instalação da base aérea norte-americana no Amapá; Reconhecimento do Município do Amapá como capital do Território Federal do Amapá.
Urbanização explosiva (pós-1944)	Transferência de capital amapaense para Macapá; Promulgação do Decreto 411/1969. Instalação de novos municípios; Transformação do Território Federal em Estado; Implantação de infraestrutura urbana; Instalação Região Metropolitana Amapaense.
a) Da fragmentação à construção da condição urbana amapaense (1944-2002)	Instalação de novos municípios; Promulgação do Decreto 411/1969. Implantação da Icomi e do Complexo Industrial do Jari; Instalação de duas companies towns (Vila Amazonas e Serra do Navio); Instalação do Beiradão e Beiradinho, atuais municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari; Construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes; Elaboração de 3 Planos Diretores de Macapá (1958, 1969, 1974).
b) A construção da condição urbano-metropolitana (Pós-2003)	Criação e Regulamentação da Região Metropolitana Amapaense; Inserção de Mazagão Região Metropolitana Amapaense; Conexão ao Sistema Elétrico de Integração Nacional; Ocorrência de novos aglomerados urbanos, acompanhando a infraestrutura rodoviária; Construção de 3 Usinas Hidrelétricas: UHE Santo Antônio do Jari (2014), UHE Ferreira Gomes (2014), UHE Porto Grande (2016); Planos Diretores de Macapá (2004), de Santana (2006), Ferreira Gomes, Porto Grande (2013) e Oiapoque (2020); Percepções das consequências das urbanizações caótica e deplorável.

Quadro 9 - Periodização da urbanização amapaense.

Fonte: Porto (2022a).

Quanto à metropolização amapaense, segundo Porto *et al.* (2019), após 2003, a condição urbano-metropolitana amapaense inicia uma nova etapa em sua configuração espacial, notadamente com a sua regulamentação tardia, pois foram necessários 15 anos para sancionar tal regulamentação (Lei Complementar 112/2018). Assim, a institucionalidade da RMA implica em sua nova regionalização amapaense, exigindo *per si* de novos olhares e análises sobre este

espaço ainda em construção, pois o seu comportamento é de uma *região em metropolização* (Silva; Porto, 2022).

Esta região metropolitana, então, deve ser percebida, planejada e analisada como uma espacialidade conjunta, composta pelos municípios por ela envolvidos (Macapá, Santana e Mazagão). Neste sentido, a RMA deve ser analisada sob três entendimentos, e-los: *espacialidade, institucionalidade e territorialidade*.

Enquanto *espacialidade* evidencia uma nova dinâmica em construção na condição urbana amapaense, onde se cria a expectativa de uma condição urbano-metropolitana, concentrada, conurbada, com dinâmicas geográficas, econômica, territorial, cultural e políticas habitacionais assentadas em uma lógica cada vez menos amazônica. Na *institucionalidade*, baseia-se em normatizações de sua criação, expansão e planejamento para garantir nova gestão territorial que extrapolem jurisdições municipais (Em 2016, o Município de Mazagão foi inserido na RMA) e; em 2018, esta nova regionalização amapaense foi regulamentada. Quanto à sua *territorialidade*, há necessidade de mais investigações, pois embora esteja juridicamente delimitada, não é politicamente organizada, construída e planejada; como também, não possui governança.

O Amapá, então, um ente federativo com 8 décadas de existência, possui comportamentos distintos em suas fases (enquanto Território Federal e enquanto Estado); em seus usos territoriais recompostos de suas temporalidades, inseridos na economia-mundo e nas políticas territoriais nacional e regional; trilha em busca de seu centenário e; atua em expectativas de alcançar o seu desenvolvimento.

Segundo Porto (2023a), entre reflexões, regionalizações e periodizações, *Amapás* aparecem e são: construídos; politizados; reconstruídos com novas funções e uso; acionados. E nesta aprendizagem territorial, aprendeu que não possui um espaço

homogêneo, embora constantemente tem sido assim estudado; sobre seus estudos, aprendeu que é explorado e ainda não atingiu o desenvolvimento; aprendeu sobre a reversibilidade de sua condição periférico/estratégica... e continua aprendendo.

E nesta aprendizagem, a lição, sabemos de cor. Só nos resta aprender.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado anteriormente, a questão orientadora estabelecida para as reflexões aqui elaboradas, as transformações econômicas e institucionais percebidas no Estado do Amapá entre 2000-2023 também se materializaram no espaço; definiram territórios; acionaram interesses em suas potencialidades; interagiram na economia-mundo, bem como em seus circuitos regional, nacional e local e; refletiram suas temporalidades.

Enquanto Território Federal, o Amapá criou estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas internas que em muito contribuíram para a sua estadualização. Sob os pontos de vista político e administrativos, deve-se ressaltar que a própria transformação do Amapá em Estado implicou em nova relação dessa nova unidade autônoma com o federalismo brasileiro, como também em sua juridicidade, por conta da promulgação de sua Constituição Estadual, em 1991.

Em oitenta anos de existência, o Amapá foi ocupado, descoberto, estudado, acionado mediante aos interesses identificados em suas temporalidades e materializado. E o que se tem percebido da linha de conexão entre este aprendizado territorial amapaense, é que a não instalação de empreendimentos para a agregação de valor dos produtos aqui explorados, sendo a mais recente com este comportamento diz respeito à exploração do petróleo no litoral amapaense, em que não há previsão de instalação e uma refinaria no Amapá.

No que se refere ao agronegócio, esta atividade foi estimulada para atender ao circuito superior da economia na segunda década do século XXI, quando o estado do Amapá começa a se inserir na exportação da soja oriunda do Estado de Mato Grosso, transportada por via rodoviária (BR-163) e mediante a intercambialidade nodal rodovia-porto fluvial, pelos rios Tapajós e Amazonas, são embarcadas em balsas até o porto de Santana (AP) para exportação. Assim, Estado do Amapá se insere na “rota de exportação brasileira da soja”. Contudo, o problema da regularização fundiária não tem conseguido avançar para a consolidação da atividade no espaço amapaense.

Outra questão que mudaria a dinâmica econômica amapaense, diz respeito à agregação de valor da produção agrícola, que ainda não aconteceu, mesmo com a sua inserção no circuito internacional da soja. Comportamento semelhante à exportação mineral aqui exesistente desde a década de 1950, à pecuária, aos óleos vegetais. A lógica de fornecedor de *commodities* permanece e essa agregação continua fora da pauta de investimentos.

Quanto ao avanço das etapas dos RAE instalados no Amapá (Área de Livre Comércio e Zona Franca, verde), passando pelo crescimento das atividades iniciando pelo comércio varejista, comércio atacadista e a industrialização, 25 anos depois do início da ALCMS, instalou-se a ZFVMS, enfatizando o estímulo à bioeconomia. Sendo que os dois projetos industriais iniciais foram a da fábrica de rações *Verçosa Alimentos* e a de uma tradicional sorveteria amapaense, *Q-Sabor*.

Quanto à questão energética, dois fenômenos foram novidades quanto ao uso desta potencialidade, a sua produção: a sua integração ao sistema nacional e, cinco anos depois, a sua privatização. A perspectiva de exportar energia elétrica corroborou para diversificar as características do Amapá como um grande

negócio, em que exportava, minérios e alimentos. Agora, também produz e exporta energia elétrica pelo linhão de Tucuruí. Assim, a nova configuração quanto ao uso das potencialidades hidroenergéticas amapaenses possui quatro fases, e elas: A fase CEA (1947-1976); CEA/Eletronorte (1976-2012); Integração energética (após 2012-2021) e; a fase privatização (Pós-2021).

Quanto às privatizações, a empresa que adquiriu as concessões de energia e de saneamento no Amapá é a mesma. O comportamento da diversificação de investimentos pela mesma empresa faz parte do capitalismo e não é algo novo no Amapá. Pois, personalidades imponentes da economia local também possuem suas diversificações e exercem esta artimanha do capital. Para os investidores mais pesados, com poder econômico internacional, há o caso do Grupo Caemi que também exerceu tal comportamento ao longo da história econômica amapaense, ao atuarem nas atividades da Icomi, Brumasa, Amcel e do Complexo Industrial do Jari.

No que se refere às questões (trans)fronteiriças, exigências formais e protocolares e quanto à entrada de brasileiros em território da Guiana Francesa ainda são exigidas, mas não no sentido inverso. Mantendo-se, então, comportamentos de *ensaios* e não como *efetividades* de integração territorial transfronteiriço. Mesmo com a ocorrência de 12 edições da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França. Muito ainda há para se avançar na inte(g)ração entre os espaços desses dois países no contexto sul-americano.

Sobre a questão ambiental, três discussões devem ser executadas no Amapá: enquanto espaço de gestão ambiental em suas institucionalidades, espacialidades e territorialidades; enquanto usos e potencialidades estabelecidos em suas espacialidades e; nas expectativas de seus usos em busca do desenvolvimento local. Passados 4 décadas de instalação de *espaços de restrição* do uso do território, criações de legislações ambientais

federais, estaduais e municipais, a novidade deste novo uso do território diz respeito à exigência de planos de manejos. Então elaboram-se planos de manejo.

Ao se observar a temporalidade das criações das áreas protegidas e os planos de manejo, percebe-se que entre 1980 e 2023 são: 43 anos de existência da primeira área protegida (Parna do Cabo Orange) e 13 anos de seu plano de manejo; 14 anos de existência do primeiro plano de manejo (Resex do Cajari) e 26 anos de existência de sua área protegida; 22 anos da maior área protegida do Estado do Amapá (PARNA do Tumucumaque) e 14 anos de seu plano de manejo; 26 anos de existência da área protegida mais dinâmica economicamente, embasada no extrativismo da Castanha do Brasil (RDS Iratapuru) e 8 anos de seu plano de manejo.

Contudo, uma análise sobre essas temporalidades e seus impactos nessas territorialidades, nas comunidades ali estabelecidas e o seu dinamismo econômico, não foram elaboradas.

Na expectativa de responder à questão que se tem proposto (*O que é Amapá?*), as respostas são, no mínimo, multiescalares e plurais. O entendimento multiescalar decorre por ser um ente federativo fronteiro, com recém-ensaios de articulações transfronteiriças; é articulado com o sistema-mundo pelo seu sistema portuário; possui configurações espaciais internas bastante distintas quanto ao uso de seu território; e há ocorrência de diversas regionalizações, seja considerando seus aspectos ambientais, econômicos, políticas públicas e políticas governamentais, seja na recém-criada e regulamentada região metropolitana quanto ao uso de seu território.

Quanto à sua pluralidade, são identificados diversos “Amapás”, dependendo da escala e das diretrizes analíticas adotadas. Esse espaço foi: vivificado e (re)vitalizado; recomposto e (re)configurado; (re)pensado e (re)inventado.

Quanto às questões urbanas, seus problemas permaneceram e se ampliaram. A novidade neste quisito diz respeito à criação da Região Metropolitana Amapaense, que completou 20 anos durante a elaboração deste livro. Esta nova espacialidade amapaense deve ser percebida, planejada e analisada como uma espacialidade conjunta, composta pelos municípios por ela envolvidos (Macapá, Santana e Mazagão). Então, deve ser analisada sob três entendimentos, ei-los: *espacialidade*, *institucionalidade* e *territorialidade*. Na sua *espacialidade*, evidenciar sua nova dinâmica em construção, a condição urbano-metropolitana, concentrada, conurbada, com dinâmicas geográfica, econômica, territorial e cultural assentada em uma lógica cada vez menos amazônica; na *institucionalidade*, avaliar as normatizações de sua criação, expansão e planejamento, em uma possível nova gestão territorial que extrapolará jurisdições municipais e; na sua *territorialidade*, na construção de sua governança pois, mbora esteja juridicamente delimitada, não é politicamente organizada, construída e nem planejada.

Encerrado século XX, o Amapá estadualizado não havia encontrado sua rota para o desenvolvimento. Intenções ocorreram, tais como: Apostou-se no setor de serviços pela comercialização de importados; manteve-se a exportação de cavacos para o seu beneficiamento em outro; a extração mineral continuou como a potencialidade, mas a sua permanência com avanços tecnológicos em seu beneficiamento e/ou agregação de valor, não ocorreu; o seu acionamento, comoo grande negócio, permaneceu com as mesmas características daquele século, formecedor de *commodities*, porém usando-se o uso de técnicas e tecnologias mais intensas em seu modo de produção, como também houve investimentos públicos seja enquanto instalação e execução do Território Federal, de novos municípios e/ou após a sua estadualização; *vivificações* e *vitalizações*

ocorreram. Intenções ocorreram. Discursos de desenvolvimento foram adotados.

Outros dinamismos econômicos ocorreram. Mas a efetivação do desenvolvimento, não. O grande negócio permaneceu e foi repassado para o próximo século. Pelo menos em seu primeiro quartil.

Novos acionamentos espaciais foram executados, a partir de então. Bem como, espaços foram desacionados e outros foram reacionados em suas temporalidades, em suas atividades e em suas tomadas de decisão política-econômica de gestão territorial e dos produtos ali estabelecidos.

Neste rumo, uma vez estabelecidas as conexões, garantiram-se a densidade e intensidade de fluidez da conexão pelo capital na medida em que houvesse interesse das novas funções e usos do território para ali estabelecidas. Uma vez conectada e acionada, o desafio passou a ser como a modernização das infraestruturas estabelecidas iria impactar no uso do território, à medida que as temporalidades de seus usos amadureceram e as temporalidades tecnológicas eram acessadas e não usadas em sua plenitude.

Neste contexto, destacam-se: a não pavimentação completa da BR-156, que até a elaboração deste texto não foi efetuada; a queda do porto de exportação mineral, antigo Porto da Icomi, em 2013, que 10 anos depois não foi reconstruído e nem construído um novo; a expansão de habitações em Santana sobre o trilho de escoamento mineral de Ferro e Manganês; a não modernização do sistema portuário do sistema inferior da economia fluvial em Santana e em Macapá e a longa espera para a modernização do aeroporto de Macapá (2004-2017) e pouco tempo depois se executar a sua privatização (2018) ; e as privatizações da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e da Companhia de Saneamento do Estado do Amapá (Caesa (2022).

Enfim, a nova função do Amapá nas economias regional, brasileira e mundo, não visa mais somente a exportação de *commodities*. Há, agora a produção de energia para a industrialização e urbanização nacional. Não é para a matéria prima ser transformada, mas para fazer a indústria funcionar. Indústria que não está localizada em seu território.

Um ente federativo com 8 décadas de existência, com comportamentos distintos em suas fases (enquanto Território Federal e enquanto Estado); em seus usos territoriais recompostos em suas temporalidades, inseridas na economia-mundo e nas políticas territoriais nacional e regional; em busca de seu centenário e alcançar o seu desenvolvimento.

E entre reflexões, regionalizações e periodizações, *Amapás* aparecem, são construídos, politizados, reconstruídos com novas funções e uso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. W. R. de. **Configuração do espaço amapaense: Um mosaico de territorialidades.** Macapá: UNIFAP/PPG/MDR, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

AVELINO, R. R. G. O processo brasileiro de privatização. In: **Formação econômica.** (2): 31-51, jun./dez. 1998.

AZEVEDO, L. R. **Comércio e desenvolvimento regional: a consolidação de novos usos do espaço amapaense.** Macapá: UNIFAP/PPG/MDR, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

BARRETO, C. **Passáros máquinas no céu do Amapá.** Brasília: s.ed., 2000.

BENEVIDES, M. **Os novos Territórios Federais** (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguazu): geografia história e legislação. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

BENTES, J. L.; SUPERTI, E. Saneamento básico no Amapá: Arquitetura das instituições e políticas públicas. In: Porto, J. (Org.). **Amapá: Oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023).** Maringá: Uniedusul, 2023.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado.** Ed. Especial. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2001.

BIONDI, A. **O Brasil privatizado**: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003a. (Coleção Brasil Urgente).

BIONDI, A. **O Brasil privatizado II**: o assalto das privatizações continua. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003b. (Coleção Brasil Urgente).

BNDS - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **CEA se torna décima distribuidora elétrica desestatizada pelo BNDES**. Disponível em: <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/cea-se-torna-decima-distribuidora%20-eletrica-desestatizada-pelo-bndes>.

BORGES, G. **Uma esperança para o Amapá**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

BRASIL. Decreto nº 8.597, de 18 de dezembro de 2015. **Regulamenta a Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, na parte que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados nas Áreas de Livre Comércio localizadas nos Municípios de Tabatinga, no Estado do Amazonas, Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, Macapá e Santana, no Estado do Amapá, e Brasiléia e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre**.

BRASIL, Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969. **Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais, a organização dos seus Municípios e dá outras providências**.

BRASIL, Agência Nacional de Transportes Terrestres. **ANTT participa da XII Reunião da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt->

br/assuntos/ultimas-noticias/antt-participa-da-xii-reuniao-da-comissao-mista-transfronteirica-brasil-franca.

CAMPOS, K. F. S. **Novas dinâmicas territoriais da usina hidrelétrica de Santo Antônio no Vale do Jari**: a desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru (AP). Macapá: PPGMDR/Unifap, 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

CAPES. **Estudos de desenvolvimento regional** (Territórios Federais). Rio de Janeiro: CAPES, 1957.

CARVALHO, S. S. C.; CARVALHO, J. W. S.; PORTO, J. A emancipação do Amapá: Reflexões sobre a juridicidade e oportunidade. In: PORTO, J L. R (Org.). **Os Territórios Federais no Brasil**: Aspectos de um ente em construção. Maringá, PR: Uniedusul, 2023.

CHELALA, C. **A magnitude do Estado na sócio-economia amapaense**. Macapá: MDR/Unifap, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá.

CHELALA, C.; CHELALA, C. **Soja no Amapá**: História, economia e meio ambiente. Macapá: S. ed., 2019.

CHELALA, C.; CHELALA, C. Zona Franca Verde de Macapá e Santana: política de desenvolvimento regional para o estado do Amapá. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 162–179, 2020. DOI: 10.35701/rcgs.v22n3.725.

CHELALA, C.; CHELALA, C. Os obstáculos para a produção de grãos na Amazônia: o caso do estado do Amapá. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, p. 1-19-19, 2022.

CORRÊA, K. A. **A formação do complexo hidrelétrico no Rio Araguari**: impactos no ordenamento territorial de Ferreira Gomes, Amapá. MDR/Unifap, 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá.

CORRÊA, K. A.; PORTO, J. L. R. Os empreendimentos hidrelétricos no rio Araguari e seus efeitos no espaço urbano amapaense. In: **Anais** do XVII ENANPUR, São Paulo, 2017. Disponível em: http://xviienanpur.anpur.org.br/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseos_Tematicas/ST%201/ST%201.3/ST%201.3-03.pdf.

CORRÊA, K. M. A.; PORTO, J. L. R. Integração energética e desenvolvimento regional no Amapá. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 2, p. 5-22, 17 jan. 2020.

CORRÊA, K. M. A.; PORTO, J. L. R.; LOMBA, R. M. **A integração do Amapá ao sistema energético nacional**: ajustes espaciais e transformações socioeconômicas. Macapá, datil., 2020.

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações Geográficas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

COSTA, M. A. P. Amapá: Caesa é arrematada por R\$ 930 milhões. In: **SelesNafes.com**. 02/09/2021. Disponível em: <https://selesnafes.com/2021/09/amapa-caesa-e-arrematada-por-r-930-milhoes/>.

FEIJÃO, A. J. **As implicações urbano-ambientais e institucionais da concepção à implementação da Zona Franca Verde**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

FIGUEIRA, P. S. S; DEVISATE, R. R; KOHL, P. R (Coordenadores). **Regularização fundiária**: experiências regionais. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2022. 567 p. (Edições do Senado Federal; v. 304).

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Metrôpoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. **Território metropolitano, políticas**

municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília: Ipea, 2013.

FREITAS, A. **As políticas públicas e administrativas de Territórios Federais no Brasil**. Boa Vista: Boa Vista, 1991.

GOUVEIA, R. S. **Zona Franca Verde: roteiro do incentivo fiscal**. Superintendência da Zona Franca de Manaus: Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais – COGEC. – Manaus: SUFRAMA, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/zfm/zfv/conteudo-principal/roteiro-dos-incentivos#:~:text=A%20denomina%C3%A7%C3%A3o%20Zona%20Franca%20Verde,mat%C3%A9ria%2Dprima%20de%20origem%20regional>.

IBGE. **Censos Demográficos e prévia do censo 2022**. Brasília, 2022.

JACQUES, P. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense. 1977.

JORGE, S. P. S. **Política fundiária como instrumento de ordenamento territorial**. Brasília: CDS/UnB, 2003. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Unversidade de Brasília.

LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo socioespacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. *In: Anais do Encontro Nacional da ANPUR*, 10. Belo Horizonte: ANPUR, CD-ROM, 2013

LOMBA, R. M ; RANGEL, K. S. ; SILVA, G. G.; SILVA, M. G. (Orgs.) . **Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense**. Macapá: Edunifap, 2016. v. 2.

LOMBA, R. M.; SCHWEITZER, A. F. Disputas socioterritoriais no Amapá: conflitos por terra, água e florestas. **Confins (PARIS)**, v. 1, p. 1-15, 2022.

LOMBA, R. M.; SILVA, E. C. Renda e propriedade privada da terra: uma leitura sobre a regularização fundiária no Estado do Amapá - Brasil. **GEO UERJ**. v. 40, p. 1-19-19, 2022.

MAYER, L. R. A natureza jurídica dos Territórios Federais. In: **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 125:15-41. Jul./set. 1976.

MEDEIROS, O. **Territórios Federais**: doutrina, legislação e jurisprudência. Rio de Janeiro: Nacional de Direito, 1944.

MEDEIROS, O. **Administração Territorial** (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MIRANDA, C. S. L. Desestatização: conceito, espécies e um panorama geral sobre o atual cenário. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 04, Vol. 05: 193-214. Abril de 2022.

MIRANDA, M. L.; MIOTO, C. B. T.; ARAÚJO, J. B. Desenvolvimento e a urbanização deplorável no Brasil pelas lentes de Wilson Cano. In: SANTOS, A. Q.; et al. **A questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular: ABED, 2021.

MONTEIRO, F. J. C. **Impactos ambientais causados pelos búfalos asselvajados nos campos inundáveis da Estação Ecológica de Maracá-Jipioca (Costa Atlântica de Amapá)**. Macapá: PPGGIO/Unifap, 2019. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade). Universidade Federal do Amapá.

MORTARA, G. Os Territórios Federais recém-criados e seus novos limites. **Boletim Geográfico**. 2 (16) Jul., 1944.

OLIVEIRA, M. J.; MATHIS, A. O recente Ciclo de Mineração no estado Amapá: uma análise preliminar com base na Produção Mineral, Arrecadação de Royalties e Taxa Anual por Hectare. **Paper do NAEA**, Volume 26, Nº 1 2017. (Edição 363). DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v26i1.12110>

PIRES, M. A. F.; CHELALA, C. M. S. C. F.; CHELALA, C. A. Desestruturação da produção de soja na fronteira amazônica: o caso do estado do Amapá. **Revista de Gestão e Secretariado**. (14): p. 9700-9716, 2023. DOI: 10.7769/gesec.v14i6.2328.

PORTO, J. L. R.; COSTA, Manoel. **A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana**: questões geoeconômicas. Macapá: O Dia, 1999.

PORTO, J. L. R. **A Influência do Setor Energético nas Transformações Espaciais do Estado do Amapá**. Macapá, 2002. 2º lugar no concurso de monografia CEA/UNIFAP.

PORTO, J. L. R. **Amapá**: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000). Macapá: SETEC. 2003.

PORTO, J. L. R. A construção da condição urbana-metropolitana amapaense. **Acta Geográfica**. v. 12, p. 145-159, 2018.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento geográfico desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional brasileira**: reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013). Maringá: Uniedusul, 2020a.

PORTO, J. L. R. **Entre o tempo e o limite, entre andanças e descobrimentos**. Curitiba: Uniedusul, 2020b.

PORTO, J. L. R. Os Territórios Federais e a fronteira Brasileira: A formação da condição fronteiriça amapaense. In: FERREIRA, J. F. C. **Geografia do Amapá em Perspectiva**. Maringá: Uniedusul, 2020c, v.2, p. 34-48.

PORTO, J. L. R. A acionalidade espacial e a Amazônia: de espaço isolado, truncado, à busca pela integração. In: SANTOS, A. Q. et al. **Wilson Cano**: A questão regional e urbana no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular: ABED, 2021a. p. 362-377.

PORTO, J. L. R. De isolado a integrado: novos usos e funções do território amapaense e o sistema energético nacional. In: PORTO,

J. L. R.; TOSTES, J. A.; GOMES, A. F. **De apagão a apagado:** Ensaio sobre a questão energética amapaense. Maringá: Uniedusul, 2021b. p. 12-36.

PORTO, J. L. R. Entre vivificações e vitalizações espaciais: Entre transferência de capital a novas aglomerações urbanas no território amapaense. In: LEOPOLDO, E.; LIMA, M. C.; SOUSA, I. S. (Orgs.). **A Produção do Espaço Urbano e Regional na Amazônia.** Rio de Janeiro: Consequência, 2022a, v.1, p. 40-60.

PORTO, J. L. R. **Periodizações para se pensar o Amapá.** Macapá, 2022b. Disponível em: DOI: 10.13140/RG.2.2.19506.27844.

PORTO, J. L. R. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. **Revista Confins**, v. 55: 131 - 146, 2022c.

PORTO J. **A aprendizagem territorial amapaense:** a lição, sabemos de cor. Só nos resta aprender. Macapá: PPGDAS/Unifap, 2023a. Ensaio apresentado na Oficina “História e os discursos sobre o (des)envolvimento do Amapá”, durante a XX Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Macapá, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/374753721_A_APRENDIZAGEM_TERRITORIAL_AMAPAENSE_A_LICAO_SA_BEMOS_DE_COR_SO_NOS_RESTA_APRENDER.

PORTO, J. Repensares sobre o Amapá: ensaios de aprendizados de usos de seu território. *In:* PORTO, J. (Org.). **Discursos da Academia Amapaense de Letras.** Maringá: Uniedusul, 2023b.

PORTO, J. L. R. Repensando os territórios federais: 80 anos para a formação da condição fronteiriça da amazônia brasileira. In: PORTO, J. (Org.). **Os Territórios Federais no Brasil:** Aspectos de um ente em construção. Maringá, PR: Uniedusul, 2023c.

PORTO, J. L. R.; COSTA, M. **A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana:** questões geoconômicas. Macapá: Gráfica O Dia, 1999.

PORTO, J. L. R.; COUTO, M. E. A. C.; BARROZO, J. M.; SANTOS, M. M.; THALEZ, G. M. Do território Federal a Estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá. In: **Anais** do Seminário trinta e cinco anos de colonização da Amazônia. Porto Velho: Unir, 2007

PORTO, J.; GUIMARÃES, F. Dinâmicas e expectativas do Estado do Amapá: 80 Anos de transformações territoriais e econômicas. PORTO, J. **Amapá: oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023)**. Maringá: Uniedusul, 2023. DOI: 10.51324/54180511.1

PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. **Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano: inserción de la periferia e institucionalización espacial**. Macapá: Edunifap, 2018.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. O uso do território como parte de políticas públicas centralizadas brasileiras: a atuação dos Territórios Federais in: PORTO, J. L. R.; SCHWEITZER, A. **Estrategias territoriales para la ocupación del continente sudamericano: inserción de la periferia e institucionalización espacial**. Macapá: Edunifap, 2018, p. 129 -145.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E. Peripheral or strategic? The border condition of the amazon frontier in Brazil. **Estudios Fronterizos**. 23), p:1 - 22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21670/ref.2219103>.

PORTO, J. L. R.; SUPERTI, E.; BENTES, J. L. A integração do Amapá ao sistema energético nacional: do sistema isolado ao apagão. In: FOLMER, I.; SOUTO, T. S. (Org.). **Desenvolvimento regional: Política, planejamento e economia**. Santa Maria: Arco Editores, 2021, p. 44-61.

PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A.; GOMES, A. F. **De apagão a apagado: Ensaio sobre a questão energética amapaense**. Maringá: Uniedusul, 2021.

PORTO, J. L. R.; TOSTES, J. A.; GONÇALVES, E. M. P.; ALENCAR, O. A.; ISACKSON, S. C. C. Pólos turísticos amapaenses: novas dinâmicas territoriais em um estado em construção. In: **Anais** do 4º Congresso Latino Americano de Investigación Turística, 2010, Montevideu.

REIS, A. C. F. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

REIS, A. C. F. A idéia de Território no pensamento do legislativo brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Administrativo** (74). out./dez., 1963.

ROCHA, G. M. Aprendizagem territorial. In: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; SOBRINHO, M. V. **Aprendizagem territorial**: Dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia. Belém: NUMA/UFPa, 2016. p.9-22.

RODRIGUES, E. Banap: Breve Histórico. In: **Blog do Edgar Rodrigues**, 24/07/2017. Disponível em: <https://edgar-rodrigues1.blogspot.com/2017/07/banap-breve-historico.html>.

ROMANI, C. Clevelândia (Oiapoque). Colônia penal ou campo de concentração. In: **Verve**. (4): 112-130, 2003.

ROSA, R. Dos Territórios Federais. **Boletim Geográfico**. 23 (181). jul/ago, 1972.

SANDRONI, P (Org.). **Novo dicionário de Economia**. 7ª ed. São Paulo: Ed. Best Seller, 1994.

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do "mundo" das águas às florestas protegidas. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

SANTOS, M. M. **Direito ao patrimônio genético**: acesso e repartição de benefícios em Iratapuru. Macapá: PPGDR/Unifap, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O retorno do território? In: SANTOS, M. et al (orgs). **Território**: globalização e fragmentação. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, P. G. S.; PORTO, J. L. R. Novos usos da fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação. In: **Revista GeoNorte**. v. 4 n. 12. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1227/1110>

SANTOS FILHO, ARNALDO. **Energia elétrica: perdas comerciais, ineficácia dos programas de conservação e aumento da geração termoeletrica no estado do Amapá**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Amapá.

SARDINHA, J. C. S. **Complexo Portuário de Santana, Amapá, Brasil**: O uso e o efeito de políticas territoriais. Macapá: PPGEU/Unifap, 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amapá.

SARDINHA, J. C. S.; LOMBA, R.; PORTO, J. Complexo Portuário de Santana (Amapá-Brasil): da interação regional à conexão internacional. In: **Geopolítica e Interação Regional na América Latina**, 2021. DOI: 10.23899/9786589284109.111.

SCHMIDT, C. H. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação do Amapá**: percepções sobre as potencialidades e limitações para a efetiva participação de representantes comunitários. Macapá: PPGEBIO/Unifap, 2009. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade). Universidade Federal do Amapá.

SILVA, C. O.; PORTO, J. L. R. A condição urbano-metropolitana do Amapá: Novas configurações em estado fronteiro, In: PACÍFICO FILHO, M.; SILVA, L. O. F.; LIMA, J. F.; GOMES, J. B. (Orgs.). **Urbanodiversidade**: possibilidades e contradições. Palmas: EdUFT, 2022, v.1, p. 264-297.

SILVA, E. C.; LOMBA, R. M. (Org). **Conflito, territorialidade e desenvolvimento**: algumas reflexões sobre o campo amapaense. vol 3.. Macapa: Unifap, 2018. v. 3.

SILVA, G. **Uma nova página na geopolítica franco-brasileira**: As expectativas que emergem com a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá no século XXI. UFRJ/PPGGEO, Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, G. Cooperação transfronteiriça na Amazônia internacional: Estratégias e ações no caso entre França e Brasil (1996-2023). In: **Revista Verde Grande Geografia e Interdisciplinaridade**: 5(02):411-443, 2023. DOI: 10.46551/rvg2675239520232411443.

SILVA, G. V.; VIEIRA, A. (Orgs.). Multimodal transportation in the Guyana region: Challenges, deadlocks, and regional geopolitics. In: **Political geography, geopolitics and territorial management: brazilian perspectives**. Macapá, Brazil: Editora da Unifap, Rio de Janeiro, Brazil: Autografia, 2023.

SILVA, S. C. O. ; TOSTES, J. A. ; FERREIRA, J. F. C. O desenvolvimento local integrado na Região Metropolitana de Macapá, Santana e Mazagão na Amazônia. In: **Anais do Congresso Luso Brasileiro de Planejamento Urbano Regional - PLURIS**, 7º, Maceió: UFAL, 2016. v. 1. p. 138-157.

SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R.; OLIVEIRA, N. M. Vivificación de la frontera norte brasileña: los Territorios Federales y la formación de la condición fronteriza en Amapá. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, noviembre 2020.

En línea: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/11/frontera-norte-brasil.html>

SOBRINHO, M. V. Aprendizagens territoriais na Amazônia paraense: O que as experiências nos ensinam? In: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; SOBRINHO, M. V. **Aprendizagem territorial: Dinâmicas territoriais, participação social e ação local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPa, 2016. p. 315-331.

SOUZA, C. A.; PORTO, J. L. R.; PEDRO, J. M.; SANTOS, M. M. Território Federal no Direito Brasileiro: Estudo Comparativo do Projeto de Lei 008/1947 e Decreto-Lei 411/1969. In: PORTO, J. L. R. (Org.). **Os Territórios Federais no Brasil: Aspectos de um ente em construção**. Maringá: Uniedusul, 2023.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte americana. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. 5ª edição.

TAVARES, A. C.; CHAVES, P. R. Conflitos Socioterritoriais no estado do Amapá. In: IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. **Anais do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Recife: LEPEC, 2019. v. 09. p. 01-22.

TEMER, M. **Território Federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUC, 1975.

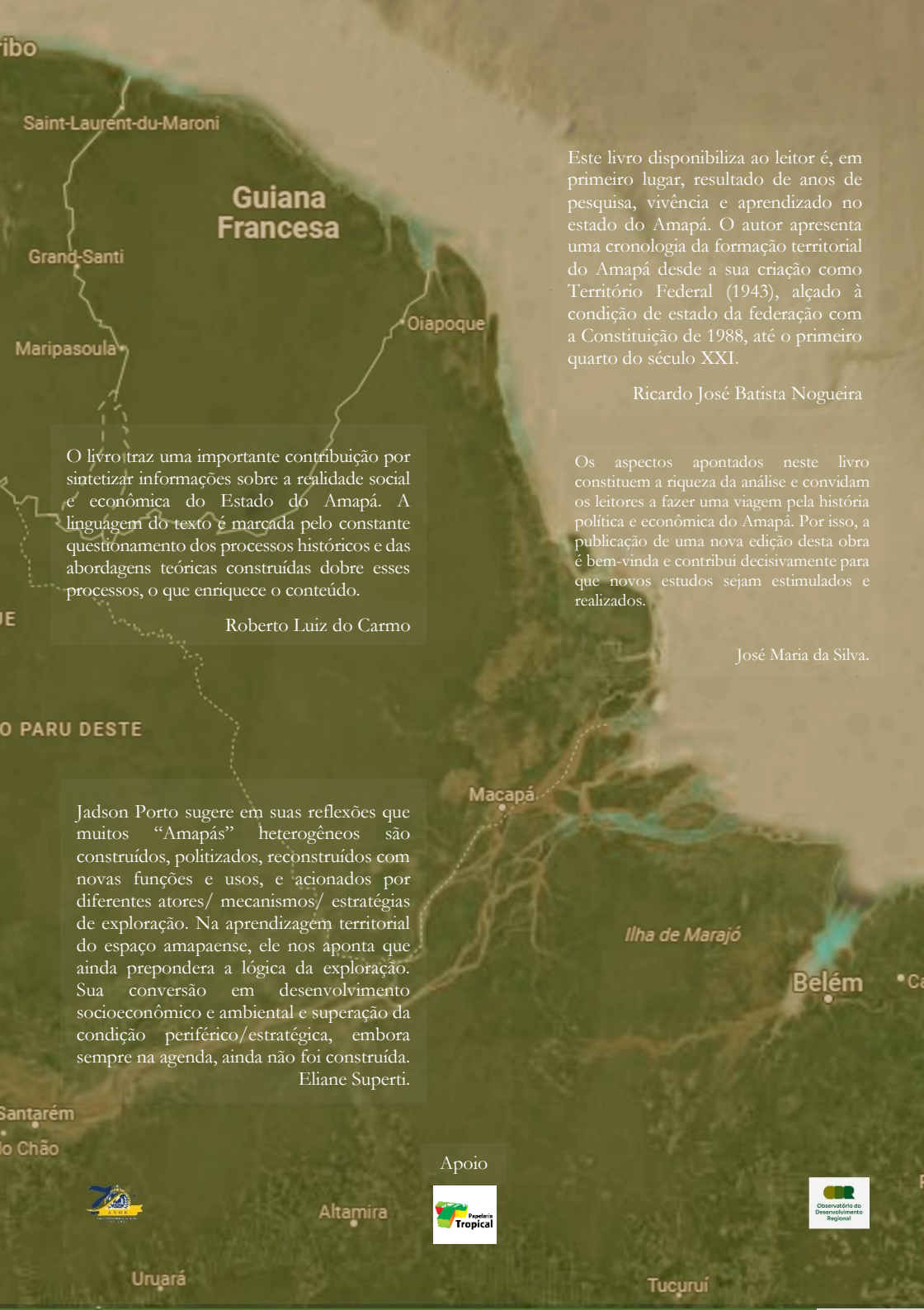
TOLEDO, J. R. Plano Cria Zona Franca às avessas. In: **Folha de São Paulo**. 26/11/1997.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no Estado do Amapá: Uma contribuição para o desenvolvimento regional**. Macapá: José Tostes, 2006.

URECH, E. **Esboço do Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá**. Macapá: s. ed., 1955.

VIANA, I. A. F. **Estudos sobre o setor energético no estado no Amapá e sua influência no desenvolvimento local, entre 1943 a**

2015. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.



Guiana Francesa

Este livro disponibiliza ao leitor é, em primeiro lugar, resultado de anos de pesquisa, vivência e aprendizado no estado do Amapá. O autor apresenta uma cronologia da formação territorial do Amapá desde a sua criação como Território Federal (1943), alçado à condição de estado da federação com a Constituição de 1988, até o primeiro quarto do século XXI.

Ricardo José Batista Nogueira

Os aspectos apontados neste livro constituem a riqueza da análise e convidam os leitores a fazer uma viagem pela história política e econômica do Amapá. Por isso, a publicação de uma nova edição desta obra é bem-vinda e contribui decisivamente para que novos estudos sejam estimulados e realizados.

José Maria da Silva.

O livro traz uma importante contribuição por sintetizar informações sobre a realidade social e econômica do Estado do Amapá. A linguagem do texto é marcada pelo constante questionamento dos processos históricos e das abordagens teóricas construídas sobre esses processos, o que enriquece o conteúdo.

Roberto Luiz do Carmo

Jadson Porto sugere em suas reflexões que muitos “Amapás” heterogêneos são construídos, politizados, reconstruídos com novas funções e usos, e acionados por diferentes atores/ mecanismos/ estratégias de exploração. Na aprendizagem territorial do espaço amapaense, ele nos aponta que ainda prepondera a lógica da exploração. Sua conversão em desenvolvimento socioeconômico e ambiental e superação da condição periférico/estratégica, embora sempre na agenda, ainda não foi construída.

Eliane Superti.

Apoio



Altamira



Uruará

Tucuruí